

Mais de 900 petistas se reuniram, entre os dias 24 e 28 de novembro em Belo Horizonte, com direito a decidir os rumos do PT no II Congresso do partido. O "Fora FHC!" foi legitimado como bandeira de luta, mas o PT não a assume agora. A definição de socialismo continua a mesma de 1991. A elaboração do novo estatuto foi delegada ao Diretório Nacional eleito. Muita gente, mas pouco debate. E as definições colocadas em compasso de espera. Congresso mesmo não teve.

A tese guia adotada foi a da Unidade na Luta e a discussão política acabou se concentrando em torno de uma única questão, a adoção ou não da palavra de ordem "Fora FHC". Os campos políticos foram polarizados pelas candidaturas à presidência do partido. No final, José Dirceu foi reeleito presidente nacional do PT com 496 votos; Milton Temer teve 296 votos; e Arlindo Chinaglia 113.

A apresentação de três candidaturas à presidência e de oito chapas para o Diretório Nacional demonstram a existência de uma nova configuração interna ao partido, que questiona a recente divisão em blocos fixos, especialmente a do "campo majoritário", que enrijeceu a vida interna e esvaziou as instâncias dirigentes do partido.

Na esquerda, a dinâmica da discussão demonstrou os limites à unidade política entre as três chapas que apoiaram Milton Temer para a disputa da presidência (Nosso Tempo, Socialismo ou Barbárie e Fiel ao PT das Origens) e a atualidade do lançamento da tese e da chapa Nosso Tempo, importante para sustentar uma polarização política em torno da disputa pelos rumos do PT.

Assim, dada as condições de preparação (já incluído o esforço das filiações em larga escala) e a dinâmica, os resultados do II Congresso simplesmente transferem para o futuro próximo muitas definições.

FORA FHC!

A avaliação do momento político e das tarefas na conjuntura era o tema onde residia a maior unidade partidária. No entanto, permaneceu e cresceu a polêmica em torno do "Fora FHC!". A maioria dos Encontros Estaduais aprovou esta palavra de ordem. No entanto, num debate sectário, onde se fez presente uma grande pressão através da imprensa, as lideranças da Unidade na Luta e da Democracia Radical compactaram os delegados de suas teses contra esta consigna.

Apesar dos esforços feitos para unificar as várias emendas apresentadas à tese guia, pelos apoiadores da tese "Nosso Tempo" e de setores da tese "Socialismo ou Barbárie", outros setores desta tese foram irredutíveis na manutenção de sua própria emenda.

No momento de maior polarização do Congresso, foram a voto três propostas: uma auto-emenda à tese guia, defendida por José Dirceu, que reconhecia a legitimidade dos movimentos assumirem a bandeira do Fora FHC, mas definia que o PT analisará a questão no futuro; a defendida por Arlindo Chinaglia, que pouco se diferenciava desta posição; e a favorável ao PT assumir o "Fora FHC!", defendida por Milton Temer — não por acaso os três candidatos a presidência nacional do partido. Neste momento, setores da tese "Socialismo ou Barbárie", inclusive aqueles que tinham se mostrado mais irredutíveis na manutenção de sua própria emenda, pediram a Milton



PT: CONGRESSO MESMO NÃO TEVE

JOAQUIM SORIANO

Temer que retirasse a proposta. Nós, da tese "Nosso Tempo", fomos taxativos em manter sua defesa, em um momento em que estava em disputa tanto a orientação do partido para a conjuntura e sua postura política mais geral, quanto a própria candidatura

Temer. Após muito tempo de paralisia, devido a uma polêmica sobre como aferir o resultado da votação, a mesa anunciou a vitória da emenda defendida por Dirceu.

CONTINUA NA PÁGINA 4

NESTA EDIÇÃO

O II CONGRESSO DO PT

Joaquim Soriano, Milton Temer, Carlos Henrique Árabe, Fernanda Estima e Rosana Ramos cobrem os mais variados aspectos do Congresso de Belo Horizonte do Partido dos Trabalhadores.

PÁGINAS 3 A 7

RAUL PONT DISCUTE AS RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS ENTRE DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
PÁGINAS 12 E 13



MICHAEL LÖWY, ANTOINE ARTOUS E DANIEL BENSÂID DEBATEM HANNAH ARENDT, A PSICANÁLISE E OS DISCURSOS DO DISSENSO.
PÁGINAS 19 A 21

O CONTRA-ATAQUE À MUNDIALIZAÇÃO

O fracasso da reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC), em Seattle, encerrada em 3 de dezembro, sinaliza uma alteração na situação internacional. Cinco anos depois de fundada, a OMC fechou sua mais importante reunião, que deveria iniciar a chamada Rodada do Milênio, sem que tenha sido capaz de emitir sequer uma declaração final. Este resultado barra, momentaneamente, a negociação dos acordos indispensáveis para aprofundar a mercantilização e mundialização da economia.

O pano de fundo é uma situação mais difícil, para o capital, que a da primeira metade dos anos 90. A ideologia neoliberal foi fragilizada pelas crises financeiras de 1997-98 e as disputas inter-imperialistas se intensificaram com os avanços na unificação européia. A OCDE foi obrigada, em outubro de 1998, a desistir de encaminhar o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), uma espécie de "constituição" mundial das multinacionais para "enquadrar" os Estados.

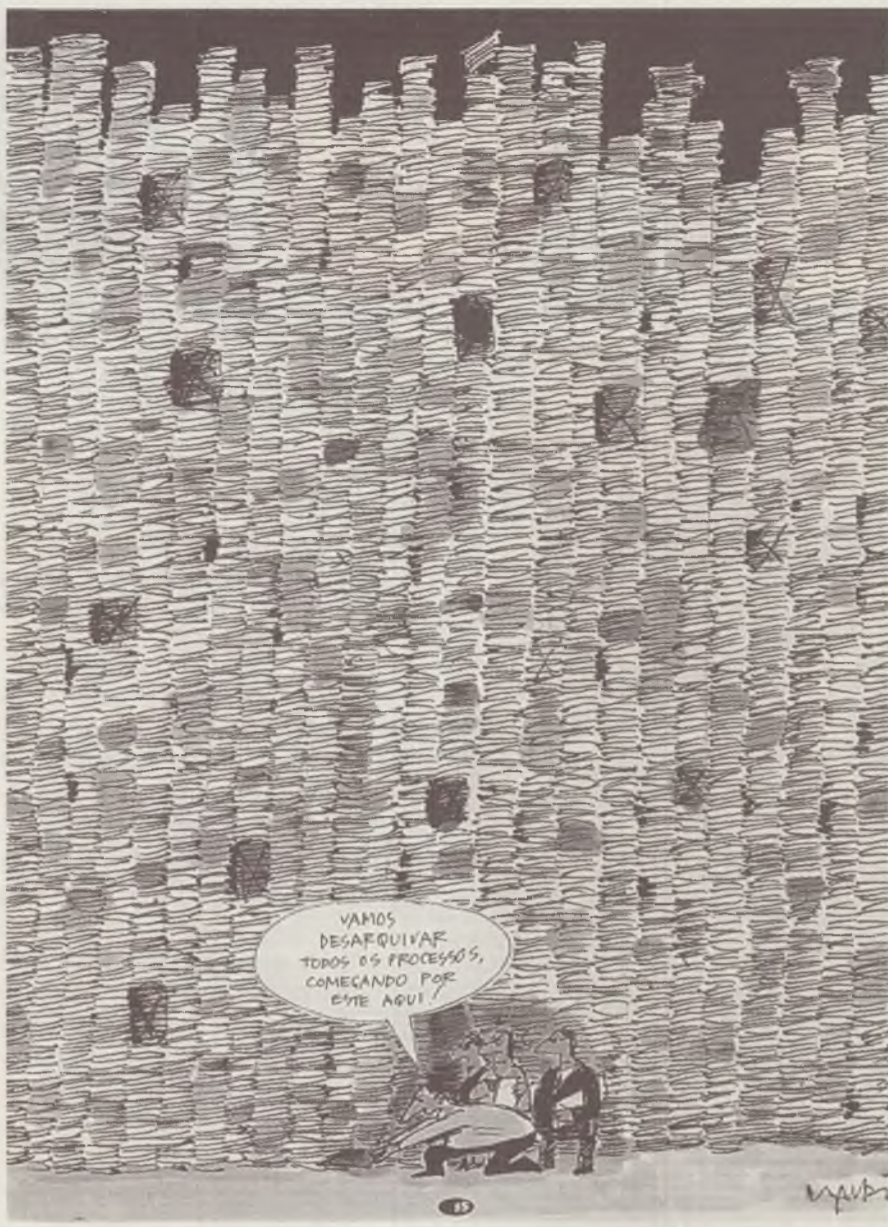
Agora se manifestam com força, de um lado, as divergências entre os três pólos da Triade imperialista, que têm interesses distintos nas atuais negociações para a liberalização da circulação de capitais e mercadorias. Porém, de outro lado é igualmente decisiva a difusão de uma consciência de que a OMC é o elo por onde está passando a transformação do mundo em um imenso mercado controlado pelas grandes corporações.

Dos agricultores da Índia aos ecologistas da Europa, dos desempregados do México aos sindicatos dos Estados Unidos, cada vez mais setores começam a perceber que são as regras de ouro do mercado, canonizadas em leis supranacionais, que bloqueiam a ação política em defesa de suas reivindicações. E que os acordos da OMC têm que ser derrotados se queremos mudar o mundo.

Contra a reunião de Seattle, emblematicamente realizada na cidade que sedia a Microsoft e a Boing, assistimos a enormes protestos populares, preparados durante meses por uma coalização mundial. 1.449 organizações de 89 países assinaram um manifesto pela moratória dos acordos da OMC. E impulsionaram a mais importante convergência internacional de resistências contra a ordem dominante desde as mobilizações contra a Guerra do Vietnam.

Os pontos frágeis do atual padrão de dominação do capital começam a ficar evidentes e os processos de resistência a ele adquirem uma eficácia crescente, alimentando novas solidariedades e um novo internacionalismo. Impulsioná-los é preparar-se para as futuras lutas.

JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO EM TEMPO



NOTAS

JORNAL **EM TEMPO** É UMA
PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
R. BRIGADEIRO GALVÃO, 138
BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000
FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550
E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).
EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE,
CAIO GALVÃO DE FRANÇA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE,
GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS.

TIRAGEM: 4.000 EXEMPLARES. **PERIODICIDADE:** MENSAL. FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 13 DE DEZEMBRO.

Todo homem é filósofo

“É preciso destruir o preconceito muito difundido, que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são ‘filósofos’, definindo os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’, peculiar a ‘todo o mundo’, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por ‘folclore’.

Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente — já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’, está contida uma determinada concepção de mundo —, passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência, ou seja, ao seguinte problema: é preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção de mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na ‘atividade intelectual’ do vigário ou do velho patriarca, cuja ‘sabedoria’ dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma ma-

neira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compositória, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início de elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise”.

Antonio Gramsci, trecho do Caderno 11, a ser publicado pela editora Civilização Brasileira.

INGENUIDADE OU HIPOCRISIA

A cobertura da *Veja* sobre a reunião da OMC é exemplar da forma como a grande imprensa lida com as contradições do “pensamento único”. Intitulada “Cai a máscara dos ricos”, a matéria assinada por César Nogueira tem como mote a idéia de que um neoprotecionismo, dos países ricos e das ONGs, impede o avanço dos países pobres e em desenvolvimento para o melhor dos mundos. A saída é cobrar dos países ricos coerência na defesa do liberalismo econômico. Vejamos algumas passagens, que dispensam comentário.

“O mais novo filhote econômico a pular na praça se chama neoprotecionismo e usa fantasias variadas, de sindicalista a ecologista. Foi essa gente que armou barraca e fez baderna na cidade americana de Seattle, que sediou, na semana passada, a conferência da Organização Mundial de Comércio, OMC. Tudo bem. Não houve feridos graves, apenas constrangimentos policiais passageiros. A decepção verdadeira foi a própria conferência. Os países pobres ou em desenvolvimento esperavam mais coerência dos ricos.

Esperavam principalmente que se abrissem brechas no muro que protege os agricultores japoneses, americanos e europeus da concorrência internacional. Nada feito. A lição de Seattle é a de que o liberalismo dos países ricos é uma via de mão única...

Nos anos 80, a maioria dessas economias se abriu, em grande parte por pressão dos países ricos. Transformaram-se em mercados consumidores, pagaram bem pelo capital em-

prestado. Agora são os ricos que se recusam a uma abertura maior. Fazem isso com a desculpa muito razoável de que precisam defender o emprego em seu território. É uma lógica que dificilmente se entende no contexto de um jogo liberal. O trabalhador da indústria têxtil pode ser despejado no Brasil. O agricultor europeu não...

As distorções comerciais criadas pelo jogo duplo dos países desenvolvidos estão à mostra. Os pobres e remediados podem exportar alimentos brutos a granel ou matérias-primas sem pagar impostos ou pagando imposto muito baixo. Mas se quiserem jogar algum grau de industrialização nos produtos exportados, para agregar mais valor a suas exportações, a alíquota sobe imediatamente...

Levadas às últimas conseqüências, medidas como as descritas acima condenam os países pobres a continuar eternamente pobres, já que não existe incentivo econômico para que melhorem os produtos que exportam...

A OMC surgiu com a finalidade de promover o desenvolvimento do livre comércio e tornar as relações entre os países mais suaves... Foram necessários quase cinquenta anos para que esse fórum conseguisse poder suficiente para arbitrar as brigas entre parceiros. Uma demonstração de que nesse campo a evolução é demorada. Outra prova de que o protecionismo não acaba da noite para o dia é o cerco físico que os manifestantes armaram em Seattle na semana passada. É ignorância bastante pra ocupar os diplomatas por décadas”.

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

UF: _____

CEP: _____

FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os “Cadernos EMTEMPO”.

INTERNET: PÁGINAS DE INTERESSE

<http://attac.org/>

É o sítio da organização ATTAC (**Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos**), formada a partir de convocatória do jornal *Le Monde Diplomatique* e diversos movimentos sociais franceses para combater o capital financeiro internacional. Atualmente conta com seções já constituídas em vários países do mundo, incluindo o Brasil. A página tem um enlace que leva às informações, documentos e campanhas da organização a nível internacional e no nosso país (parte que está em português).

http://www.geocities.com/marcha_2000_br/

Essa é a página da Marcha Mundial de Mulheres 2000. Através dela será possível acompanhar passo-a-passo (e em português) essa importante iniciativa do movimento de mulheres de dezenas de países do mundo (inclusive o Brasil) que se desenvolverá ao longo do ano que vem.

<http://www.encontroamericano.com.br/>

Trata-se do endereço do II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo que acontece a partir da convocatória do zapatismo mexicano. Ocorrido em Belém (Pará) entre 6 a 11 de dezembro de 1999. Pela página é possível ter acesso aos documentos do encontro, às declarações de personalidades que irão comparecer e informações sobre ele (tudo em português).

FORA FHC POLARIZA II CONGRESSO

De 24 a 28 de novembro, no Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte (MG), 927 delegados e delegadas estiveram reunidos para participar do II Congresso Nacional do PT. Com um custo aproximado de R\$ 1 milhão, o clube do Sesc foi tomado pelas delegações petistas de todos Estados do país, além do grande número de convidados e observadores brasileiros e internacionais, representando organizações políticas e partidárias, ambientais, de direitos humanos de países como França, Portugal, Uruguai, Timor Leste e México, entre outros.

A pauta do II Congresso previa três discussões centrais, além da renovação da direção nacional e da presidência: elaborar um novo Programa para o Brasil capaz de apontar para um novo projeto de país, coerente com a perspectiva socialista; a discussão da conjuntura, especialmente o quadro político e econômico nacional, incluindo aí a atitude em relação ao governo FHC, as alianças políticas e as eleições municipais; e a concepção de partido que o PT adotaria para o próximo século. Essa discussão – que oporia distintas concepções político-organizativas – seria finalizada com a adoção de um novo estatuto para o Partido.

Foram apresentadas 12 teses, discutindo estas três questões, e duas declarações (uma da tendência O Trabalho e outra de Milton Temer).

Três candidaturas a presidência do PT foram apresentadas já no início do Congresso: os deputados federais José Dirceu (SP), candidato ao terceiro mandato; Milton Temer (RJ); e o então secretário geral do DN, Arlindo Chinaglia (SP).

Apesar dos temas em pauta, a discussão foi prejudicada. Poucas questões foram debatidas e discussões sobre concepção de partido e socialismo quase não ocorreram, frustrando as expectativas de grande parte dos delegados e delegadas presentes ao Congresso.

A adoção ou não pelo PT da palavra de ordem "Fora FHC" foi responsável pela polarização das discussões do II Congresso.

Para os que não puderam estar nas terras mineiras, uma equipe de jornalistas noticiou em tempo real as atividades, discussões e votações. As informações foram disponibilizadas na página do PT, que teve mais de 54 mil acessos.

TESE-GUIA E EMENDAS

O Congresso começou para valer ao final do segundo dia com as defesas das teses. A tese escolhida foi a da Articulação Unidade na Luta, "Programa da Revolução Democrática". A tese-guia foi usada como forma de "orientar" a fase seguinte, quando delegados e delegadas estiveram reunidos em grupos temáticos para discuti-la e emendá-la.

Os delegados e delegadas se dividiram em três grupos, em que as grandes polêmicas foram a inclusão da palavra de ordem "Fora FHC" na tese, a defesa do socialismo e os temas da construção partidária. As emendas que receberam, no mínimo, 20% de votos nos grupos foram levadas ao plenário.



Sobre o socialismo, o plenário do II Congresso rejeitou a emenda apresentada pela tese Nosso Tempo e manteve o texto da tese-guia (emendado pela própria Articulação, reafirmando as decisões tomadas no VII Encontro do PT e no I Congresso).

A proposta de suspensão do pagamento da dívida externa foi rejeitada. Permaneceu o texto da tese-guia, que defende a renegociação da dívida, com o seguinte acréscimo: "A intransigência dos credores poderá levar a uma suspensão do pagamento da dívida externa pública. E é necessário o estabelecimento de mecanismos de controle de câmbio sobre todas as entradas e saídas de capitais e taxação das remessas de lucro conforme patamares internacionais (30%), distintos dos atuais 15%. É necessário bloquear as tentativas de reestatização da dívida externa."

A ORIENTAÇÃO PARA A CONJUNTURA

O texto aprovado define como "arco de alianças" o PDT, PSB, PCdoB, PC e setores do PMDB em oposição ao governo FHC. Com relação ao PPS, condiciona eventuais alianças a "acordos programáticos, à oposição a FHC e ao neoliberalismo". Abre ainda as portas para outras alianças, desde que submetidas aos Diretórios Regionais.

Foi rejeitada a emenda que restringia as alianças apenas aos partidos que nacionalmente se definem como oposição ao neoliberalismo e ao governo FHC.

Os debates sobre o "Fora FHC" praticamente polarizaram o II Congresso. O deputado Milton Temer, na defesa

que fez pela inclusão do slogan, lembrou que todas as convenções estaduais do PT – exceto a paranaense – elegeram seus delegados para votar o "Fora FHC". Temer salientou, ainda, que as emendas sobre o tema colocam em discussão outra coisa, "a concepção de partido, a questão da democracia interna, questões muito caras ao PT".

Com grandes debates sobre a aprovação ou não do "Fora FHC", a emenda foi rejeitada, sendo o momento mais tenso e de maior especulação para delegados e delegadas.

NOVA DIREÇÃO

Espremido pela falta de tempo, basicamente pela ocorrência de diversas reuniões que impediam o início dos trabalhos no horário correto, a discussão do Estatuto do PT acabou sendo remetida para a próxima reunião do Diretório Nacional (DN), com dois condicionantes importantes. Na questão relativa às finanças, deverá ser realizada uma Conferência Nacional. E, para o conjunto de pontos (incluindo o anterior) referidos às mudanças estatutárias, será requerido, para aprovação, o apoio de pelo menos 60% do total dos membros do DN.

Além da composição proporcional, definida pela eleição por chapas, o DN foi composto pelo presidente eleito, os dois líderes na Câmara e no Senado, representação setorial (no caso, sindical e juventude), e ainda o companheiro Lula, que teve seu nome aprovado diretamente pelo plenário, repetindo o Encontro anterior e manteve-se sob esta questão uma impor-

O QUE TIVEMOS FOI UM CONGRESSO DESPOLITIZADO, ONDE A DISCUSSÃO SOBRE A ADOÇÃO OU NÃO DA CONSIGNA "FORA FHC" MONOPOLIZOU OS DEBATES.

FERNANDA ESTIMA
E ROSANA RAMOS

tante divergência entre os delegados.

Com uma votação e apuração muito mais rápidas em decorrência da utilização de urnas eletrônicas, antes das 17 horas do domingo foi possível saber o resultado. Concorreram sete chapas ao Diretório Nacional, que obtiveram o resultado, conforme tabela:

CHAPAS	VOTOS	%	V/DN	V/CEN
NOSSE TEMPO	90	10	8	2
REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA	398	44	35	8
DEMOCRACIA RADICAL	73	8	7	1
SOCIALISMO OU BARBÁRIE	190	21	17	4
MOVIMENTO PT	116	13	10	2
PT DE LUTAS E DE MASSAS	26	3	2	1
FIEL AO PT DAS ORIGENS	19	2	2	0

A chapa Nosso Tempo tem como componente fundamental a tendência Democracia Socialista. A Revolução Democrática é a chapa da Unidade na Luta que incorporou o antigo grupo paulista, liderado por Rui Falcão, ex-presidente nacional do PT. A chapa Democracia Radical é a tendência interna do mesmo nome, que apresentou a tese sobre o programa Por uma Democracia Republicana. O Socialismo ou Barbárie reúne as tendências Articulação de Esquerda, Força Socialista, Tendência Movimento e vários agrupamentos regionais. O Movimento PT foi a chapa de Arlindo Chinaglia, Tarso Genro, Carlinhos Santana (Presidente do PT-RJ), Tilden Santiago (Secretário de Meio Ambiente do Governo Itamar Franco), Geraldo Magela (deputado federal pelo DF), dentre outros. Fiel ao PT das Origens reúne os militantes da corrente interna "O Trabalho". A chapa PT de Lutas e de Massas foi defendida por Ricardo Berzoini e Jilmar Tatto, de São Paulo (é uma dissidência paulista da Unidade na Luta que se manteve no Congresso).

Para a presidência nacional do Partido, José Dirceu foi reeleito com 496 votos. Em segundo lugar ficou o candidato Milton Temer, com 296 votos. Arlindo Chinaglia ficou na terceira colocação com 113 votos.

FERNANDA ESTIMA E ROSANA RAMOS
SÃO JORNALISTAS E MILITANTES DO PT.

MUITA GENTE, MAS
POUCO DEBATE; E AS
DEFINIÇÕES DO PARTIDO
FORAM COLOCADAS EM
COMPASSO DE ESPERA.

JOAQUIM SORIANO

QUE PARTIDO QUEREMOS?

O Congresso delegou ao novo Diretório Nacional, por maioria de 3/5 decidir sobre as questões de organização partidária e dos novos estatutos. O centro da polêmica é em torno das eleições diretas para as direções partidárias e as relações entre as instâncias.

Para os defensores da tese-guia adotar a eleição direta para as direções partidárias é abrir o partido para a sociedade e democratizá-lo. Na nossa opinião, adotar esta posição é coroar um processo de desestruturação do partido como o concebemos na sua fundação e como o conhecemos até agora – processo que

PT: CONGRESSO
MESMO NÃO TEVE

começou com o fim dos Encontros de Base, através da urna aberta o dia inte-

ro, sem que para votar o filiado participe de algum debate, e continuou com os processos de filiação em massa e despolitizados. A eleição direta para as direções consagraria um tipo de partido verticalizado do topo à base, vetando as relações horizontais e inaugurando uma relação diferenciada entre os filiados: os que são chamados a cada dois anos para votar na direção e os que por estarem nas direções podem elaborar e definir a política do partido.

Esta relação reproduz dentro do partido a representação eleitoral convencional que existe nas democracias representativas. O PT busca, junto com outros sujeitos políticos, um processo democrático mais avançado. É por isso que nas nossas administrações queremos uma cidadania ativa, que através de múltiplos instrumentos é chamada a elaborar, definir, votar, questionar. Não podemos dentro do PT estabelecer relações mais conservadoras das que ajudamos a inaugurar na sociedade.

NOSSO TEMPO

A apresentação da tese e da chapa Nosso Tempo demonstrou a importância da clareza na elaboração política e programática, coerência entre o discurso e a ação política, da inserção social e capacidade de direção para formar uma esquerda com condições de disputar os rumos do PT. No II Congresso a partir de conversas, discussões e relatos de experiências encontramos companheiras e companheiros que compartilham convergências políticas, ideológicas e a vontade de fazer do PT um instrumento para a luta revolucionária. Com outros militantes, mantemos nos últimos anos um elevado grau de identidade. Trata-se agora de levar adiante este movimento, ampliá-lo e reforçá-lo.

JOAQUIM SORIANO É MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

“QUEM SENTE DOR
E FOME NÃO PODE
ESPERAR MAIS”

A senadora Heloisa Helena durante a defesa da tese “Nosso Tempo”, com um discurso emocionado, iniciou sua intervenção homenageando duas mulheres, uma branca, lembrando Dorcelina Folador, e Dandara, guerreira negra que organizava junto com Zumbi a República dos Palmares.

“Esse é tempo de dor, de tristeza, de constrangimento, mas também é tempo de rebeldia, de revolução”. Lembrou que existem dois lados: “o daqueles que são excluídos e dos cínicos da ‘terceira via’”. Criticou as mazelas e a exclusão social que o capitalismo causa, por isso, disse Heloisa, “temos que reafirmar o socialismo”.

Heloisa lembrou que o PT já nasceu defendendo a queda do muro de Berlim, mas que ainda é preciso derrubar outros dois: “derrubar o muro perverso que separa os que podem dos que não podem comer”. O segundo, de acordo com ela, é o que separa os Estados Unidos da América Latina, defendendo, assim, o “Fora FMI”.

Quanto à conjuntura nacional, Heloisa disse que “Fernando Henrique é golpista da Constituição e que arrasa os direitos humanos”. Disse que quem sente dor e fome não pode esperar e, portanto, defendeu novas eleições para presidente, concluindo com “Fora FHC”.

Em seguida leu um texto: “Eu canto a vida / eu canto a liberdade / como os lírios crescem em nossos campos livres, selvagens / se já não crescem como antes / existe algo sombrio / é preciso abrir uma clareira no bosque / ... vai PT ser clareira no bosque.”

PT, COMO VAI TEU AXÉ?

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT promoveu, entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro, o VI Encontro de Negros e Negras Petistas. A inscrição de duas teses, “Todos a Bordo” e “Falta Axé no PT”, permitiu um aprofundamento inédito dos debates, focados em torno da questão de qual deveria ser o eixo norteador do conjunto dos temas desenvolvidos pelas teses. Reafirmando as saídas individuais, a tese “Todos a Bordo” retoma a discussão das ações afirmativas e omite a resistência histórica organizada pelos negros e negras, anterior inclusive à invasão do Brasil pelos europeus. Já a tese “Falta Axé no PT” busca o resgate histórico do povo africano em todas as suas dimensões e inaugura uma forma de analisar a conjuntura do olhar africano, dando visibilidade à luta de resistência empreendida pelos negros e negras desde a invasão européia ao continente africano até os dias atuais. Esta tese inova, também, ao não manter as estruturas das teses tradicionais, partindo da análise das mais variadas formas de opressão coladas como um todo. Conclama, ao mesmo tempo, todos os setores oprimidos da sociedade para a construção de uma grande aliança, reconhecendo a especificidade de cada setor, rumo à construção de uma sociedade socialista.

O Encontro debateu o contexto do II Congresso do PT e a aguda crise de identidade do partido. Para nós, africanos e africanas na Diáspora, que mais uma vez somos submetidos à exclusão e ao extermínio, é

um equívoco pensarmos que pequenos percentuais substituem ou saldarão a dívida histórica causada pela naturalização do racismo que justificou o rapto do povo africano e a consequente interrupção do desenvolvimento do seu processo civilizatório no início da estruturação do capitalismo.

Esquecer o debate ideológico que esta questão encerra significa destinar aos negros e negras o isolamento dos guetos. Este tratamento encontra-se nas entrelinhas de decisões tomadas de cima para baixo, como a determinação da Direção Nacional sobre as datas de realização dos setoriais. Esta reflexão é apontada pela tese “Falta Axé”, demonstrando o esgotamento do modelo imposto pela lógica de levantamento de crachás e ausência de debate ideológico. Por conta deste engessamento não só ficou difícil a participação nos encontros setoriais (pela “coincidência” das datas) como fez com que vários Estados acabasse ficando de fora do VI Encontro da SNCR.

Este foi um encontro numericamente menor que o anterior: enquanto no V Encontro tivemos a presença de vinte estados, agora participaram do encontro apenas nove estados. Mas fica o entendimento de que uma vitória foi alcançada pelo fato de ter sido iniciado um debate aberto no interior da Secretaria e ao mesmo tempo romper-se o gueto, colocando a discussão das duas teses para todo o partido.

Numa crítica ao regulamento dos setoriais, “Falta Axé” propõe a organização da

Secretaria de forma colegiada, apostando na participação coletiva como forma de superar a burocratização. A tese também aprofunda as questões de gênero, sexualidade, religiosidade, geração e classe, subvertendo a lógica eurocêntrica normalmente contida nas discussões sobre racismo. Baseando todo o conteúdo apresentado em sua tese nos referenciais de africanidade, o coletivo da “Falta Axé” foi uma das três chapas que disputou a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Encabeçando a chapa “Todos a bordo”, foi eleito o companheiro Carlos Porto (MS) como secretário nacional. O coletivo da “Falta Axé” participou da coordenação nacional com a companheira Almira (PR) e o companheiro Adriano (SP).

Permanece, todavia, o desafio de ampliar o debate sobre a temática racial, assegurando uma intervenção qualificada nas secretarias municipais e estaduais, contribuindo para construção coletiva do PT rumo a uma sociedade socialista e democrática, na qual as diferenças deixem de significar inferioridade, preconceito e discriminação. Esta é a proposta da “Falta Axé no PT”, esta é a energia vital capaz de nos levar além... Mais do que nunca, em tempos de globalização, a coragem necessária para resgatar a história sob outros referências, extrapolando a cultura hegemônica e eurocêntrica, que nos foi imposta como a “civilizada” permitirá retomar um processo civilizatório cuja interrupção relegou uma imensa maioria ao lumpeninato. O compromisso a ser assumido por um partido como o PT não pode prescindir desta luta. Axé, PT!

Paulo Azarias e Almira Maciel

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

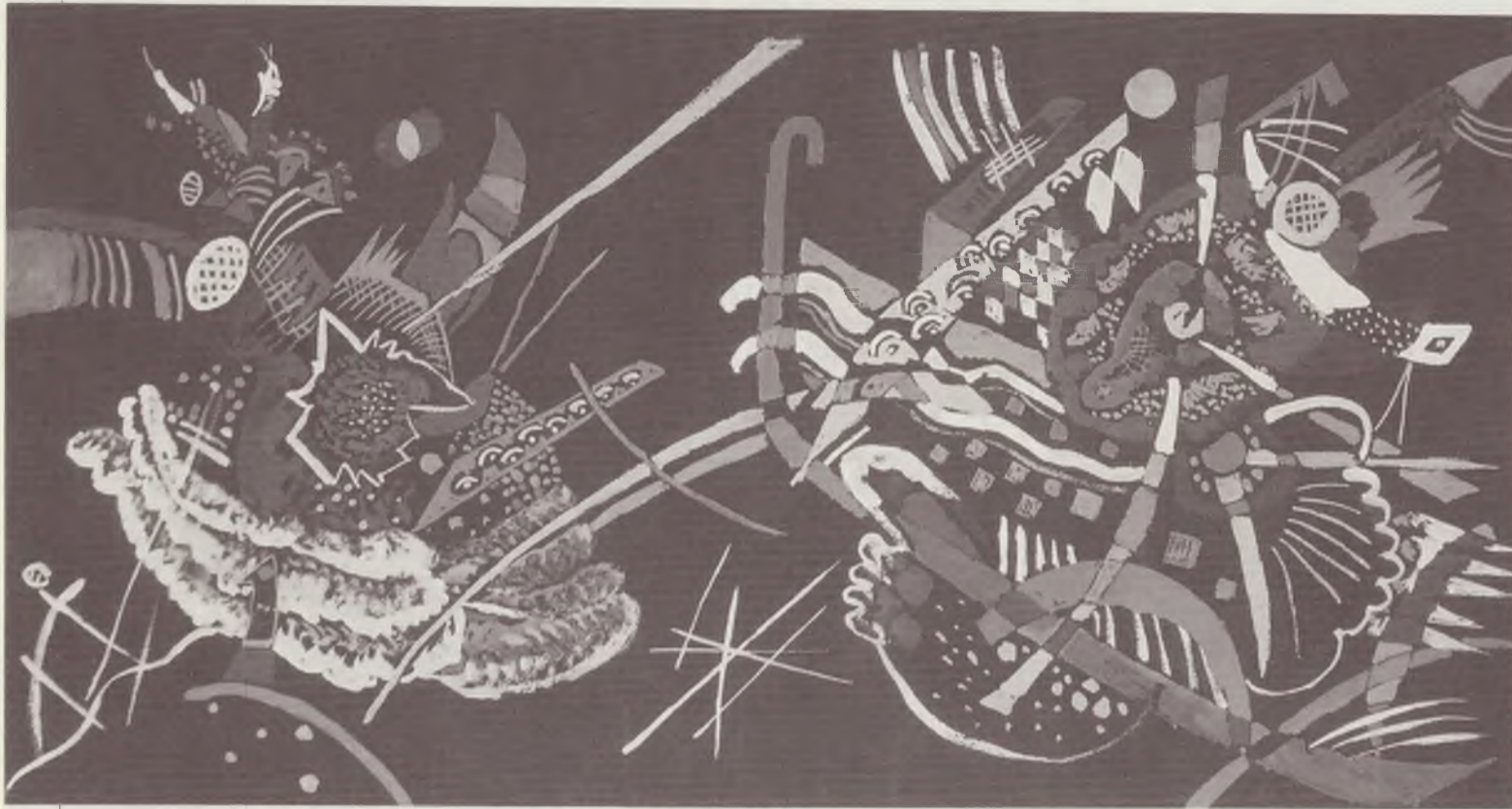
Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIAAssinatura anual (50 números) - R\$ 25,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 50,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

O DEBATE SOBRE SOCIALISMO



KANDINSKY/WAERDEL, 1922

O II CONGRESSO DO PT NÃO APROFUNDOU A DISCUSSÃO SOBRE SOCIALISMO, LIMITANDO-SE A REAFIRMAR AS RESOLUÇÕES DO 7º ENCONTRO NACIONAL E DO I CONGRESSO.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

AUTOGOVERNO DO POVO ORGANIZADO

Nosso programa democrático e popular deve ser orientado por uma concepção de socialismo que represente o controle, pela população organizada, da gestão econômica e política da sociedade. O socialismo efetiva a soberania popular na definição dos destinos da sociedade, hoje alienada pelo mercado capitalista e por uma organização estatal que funciona como "um comitê executivo encarregado de gerir os negócios comuns da burguesia" (*Manifesto Comunista*)...

Isso significa a criação de instituições que ocupem o lugar tomado pelo mercado capitalista e pelo Estado burguês, instituições baseadas na "livre associação dos trabalhadores", na atividade autônoma, democrática e soberana da população...

Não queremos nem o estatismo, a tentativa de promover um processo de mudança social de cima para baixo, com a participação popular controlada pelos aparatos estatais; nem o domínio do mercado, com as necessidades populares submetidas a uma lógica que lhe é estranha e que favorece os proprietários de capital...

Como perspectiva para a época atual... nossa proposta deve... desenvolver todas as formas de auto-organização popular e de controle social sobre o Estado e sobre o mercado...

Nossa experiência dos últimos anos é extremamente útil para concretizar esta perspectiva, com o avanço conseguido na participação popular em diversas administrações municipais, especialmente em Porto Alegre. Ela tem mostrado que esta forma de tratar o Estado é democrática e eficiente...

Por outro lado, é preciso avançar no controle sobre os mercados (sem pretender eliminá-los a curto ou médio prazo, naturalmente). O controle sobre os mercados deve ser levado por organismos públicos, que só podem ser, nesta fase, organismos do Estado submetidos a controle popular... Não faz sentido, de um ponto de vista democrático, reduzir o Estado para ampliar os mercados capitalistas: isto significaria perder em capacidade de decisão do povo, e portanto regredir do ponto de vista da democracia...

O Estado deverá ter a capacidade de coordenar as atividades econômicas, de modo a que elas tenham coerência com o projeto de desenvolvimento democrático e popular, e que possa haver uma redução crescente das desigualdades sociais e regionais. Para isto, não é necessário estatizar toda a economia, mas é necessário que várias empresas estratégicas sejam de propriedade pública (estatal)...

Extratos da emenda "O socialismo como autogoverno solidário do povo organizado" apresentada pela tese Nosso Tempo.

O debate sobre o socialismo no II Congresso foi bastante reduzido. A Articulação emendou o seu próprio texto – reafirmando as teses sobre o socialismo do 7.º Encontro Nacional (1990) e do I Congresso (1991) – e somente uma emenda foi levada ao plenário para votação, a apresentada pela tese Nosso Tempo. Foi derrotada pelo "campo majoritário" e pela maior parte dos setores que se consideram à esquerda no interior do PT.

A emenda defendia ir além do acanhado programa da revolução democrática, assumindo um caráter de transição ao socialismo, integrando nesta perspectiva a experiência de participação popular, sobretudo a que é praticada no Rio Grande do Sul, como um desenvolvimento de elementos de democracia direta. Colocava a necessidade de dar um sentido estratégico aos governos conquistados pelo PT.

Apesar de não ter sido um debate que tenha polarizado o Congresso, vale a pena examinar as razões apresentadas para contestar a emenda. Pela Articulação, dois aspectos foram destacados: primeiro, que a reafirmação das resoluções anteriores já era suficiente; segundo, que a emenda superestimava o valor estratégico das experiências de participação popular, especialmente a do orçamento participativo no RS. O argumento de "esquerda" afirmava que a emenda defendia uma concepção processual de conquista do socialismo, deixando de lado a defesa de uma ruptura revolucionária.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

A questão da participação popular é a dimensão mais significativa e a que mais tem a ver com a política concreta do partido nos governos que dirige ou participa.

Sustentamos que a instituição de processos como o do orçamento participativo tem o potencial de introduzir formas embrionárias de democracia direta. E, que a sua prática pode ser inserida em uma perspectiva que reforce a necessidade de superar os limites da democracia representativa, de vincular a obtenção de

conquistas materiais de interesse da maioria a uma nova forma de organizar o sistema de decisões políticas. Trata-se de evidenciar que a passagem do Estado a uma condição pública, desprivatizada, em que ele não seja refém dos interesses privados, depende de modificações estruturais na sua organização e que isto não é resultado apenas de governar bem e honestamente. A experiência gaúcha parece confirmar esta idéia.

Mas este tipo de participação popular não é o único e nem o mais difundido. Em muitos casos – mesmo onde o PT tem a hegemonia do governo – o incentivo à participação é conduzido de forma bastante controlada e subordinada à palavra final do Executivo, ou, até mesmo, do chefe do Executivo. Cumpra aí uma função limitada de democratização da política, funciona mais como elemento de legitimação de governos de esquerda, mas sem alterar o mecanismo básico – democracia representativa restrita, clientelismo, etc – de estruturação do Estado.

A idéia de que a emenda superestima o papel estratégico da democracia direta nas experiências dos nossos governos talvez seja motivada pelas maneiras de ver a questão do poder, excluídas entre si. Uma, de que a participação popular em nossos governos têm um caráter apenas de "acumulação de forças", de reforço político e social do partido, para uma ruptura, quando então poderia ser realizada plenamente a democracia direta. Naturalmente uma visão deste tipo deveria enfatizar as tarefas estratégicas que levam à ruptura revolucionária. Como isso está ausente das preocupações majoritárias no PT, é difícil imaginar que seja esta a motivação da contestação à emenda da Nosso Tempo. Outra razão é a de pensar que o horizonte dos governos do PT é a administração do Estado burguês sem propor a sua superação. Assim, deveríamos nos contentar com o que se faz hoje na média, sobretudo no que respeita às formas de participação, como sendo a reforma possível.

É comum às correntes de esquerda a compreensão de que a transformação socialista da sociedade exige uma ruptura revolucionária. Esta idéia, em geral, é

vista como um momento concentrado no tempo em que o movimento político e social da classe trabalhadora converge suas forças contra a dominação burguesa, ou seja, contra o Estado, ao mesmo tempo destruindo a antiga "máquina" opressiva e inaugurando um novo Estado baseado na democracia direta.

PROCESSO E RUPTURA

"A dinâmica revolucionária está longe de referir-se a um momento mágico e acidental; ao contrário, em todas as experiências históricas revolucionárias esteve ligada a um processo de construção de um poder alternativo ou duplo poder, combinando elementos processuais e ruptura. Muitas vezes, setores de esquerda se contentam com a proclamação da necessidade da ruptura, mas contribuem pouco, ou nada, para a construção de um programa que supere a tradicional (etapista) visão que separa programa "máximo" (socialista) e "mínimo" (que beira a conciliação de classes), no qual a "questão do poder" é algo privativo do partido.

A crítica ao "processualismo" da emenda, vinda de setores da esquerda do PT, não resiste, a um enfoque crítico sobre a história das revoluções e sobre o processo concreto em curso no Brasil.

A emenda trata ainda do combater à privatização e o domínio do mercado, defendendo a (re)estatização de setores estratégicos (bancos e monopólios), vinculando-a a um sistema de controle social sobre o próprio Estado. Enfatiza que é possível e importante integrar dentro desta perspectiva um conjunto de iniciativas e experiências de cooperativismo, autogestão e formas não capitalistas de organização econômica. Isto diz respeito às conquistas da reforma agrária (em particular, a levada adiante pelo MST) e às lutas de resistência contra a desagregação econômica e o desemprego. A emenda dá importância a estes dois aspectos e procura inseri-los no programa do partido para orientar sua ação de oposição e de governo.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

O PT CONTINUA, DEPOIS DO II CONGRESSO, PATINANDO EM INDEFINIÇÕES, INCLUSIVE SOBRE A PRÓXIMA DISPUTA PRESIDENCIAL.

MILTON TEMER

O II Congresso do Partido dos Trabalhadores gerou um grande consenso – a absoluta desimportância do debate teórico, principalmente se levarmos em conta o que havíamos alcançado nas discussões do I Congresso, há quase dez anos. Numa primeira conclusão parcial, não há como absolver o chamado campo majoritário pela despolitização do II Congresso, e pela imensa oportunidade perdida de fazer avançar, em formulações, o PT, no seu papel, na esquerda combativa mundial, de verdadeiro e exemplar partido de massas.

Lamentavelmente, não parece ser esse o sentido das ações e ilações que o campo majoritário produz. Atentem, por exemplo, para o brutal aumento de representação entre o Encontro de Belo Horizonte e o do Rio de Janeiro. Passamos de algo em torno de 600 a mais de 900 delegados, o que não é pouca coisa, se considerarmos que cada delegado nacional representa nada menos de 260 filiados votantes!!

O que ocorreu nesse curto espaço de dois anos? Ocupamos as ruas com banquinhas de filiações? Houve alguma grande alteração no quadro nacional, com uma brusca recuperação da mobilização social?

CRESCIMENTO OU INCHAÇO?

Podemos até responder afirmativamente, se quisermos considerar casos isolados, aqui e ali. Mas não é essa a razão principal do “crescimento”. O que houve foi mais uma comprovação de que o caminho de leitura sobre o que o campo majoritário entende por representação “de massas” está inteiramente distorcido desde de algum tempo atrás. E aí estão os resultados preocupantes, nos meios e métodos utilizados, essencialmente depois que a chamada Articulação Sindical resolveu investir na condução do Partido dos Trabalhadores.

O que se registra entre os dois eventos não é crescimento orgânico consolidado, mas um significativo “inchaço”, com delegados municipais nunca d’antes vistos em reuniões de núcleos ou zonais. Descartáveis. Saídos de estranhos processos de filiação que, em alguns Estados, não nos fez dever muito aos partidos de direita mais fisiológicos e clientelistas.

No Rio, por exemplo, a semelhança foi imensa. Não só pelos métodos, como pelos próprio agentes, profissionais de irregularidades políticas, de velho passado conhecido nas legendas de aluguel e venda de tempo no horário obrigatório de campanha eleitoral na mídia. De repente, os vimos transformados em “lideranças comunitárias”, a serviço de alguns caciques e majestades de nosso Partido. Tudo, e todos, na fatura do “empre-



CONGRESSO SEM JAÇA

go prometido” na administração do Estado, que o “irmão” Garotinho não deixou por menos – ofendeu-nos com o “partido da boquinha”, pecha infamante, que valeria comissão de ética com séria punição para aquele que o insinuasse dentro de nossas fileiras. Mas que nos foi enfiado como “frase infeliz” daquele que constitui mais um brilhante exemplo de nossa “exitosa política de alianças”.

E por que isso foi possível?

Não é necessário muito esforço para elucidar. Isso se tornou possível desde o momento em que, céticos e perdendo perspectivas com o avanço inicial e avassalador da hegemonia neoliberal, alguns pensadores do campo majoritário incorporaram uma bizarra idéia. O PT estaria se transformando num “tedioso espaço de reuniões e discussões” que não levavam nada à busca de soluções para a “vida concreta”, para o dia-a-dia do cidadão ou cidadã comum. Qual a solução encontrada? Evidentemente, a mais pragmática. A que minimizava a política e a discussão sobre objetivos estratégicos, e a que introduzia caráter de peregrinação para as chamadas políticas compensatórias.

No plano partidário, resultou em afrouxamento das exigências de filiação, simultâneo à leniência com as regras de Encontros e Convenções. No plano de grande parte dos “poderes locais”, permitiu a transformação da bolsa-escola e da renda-mínima em fins em si mesmo, tudo com transparência e honestidade. Como se fossem esses os apanhados da esquerda revolucionária, e não a escola e saúde públicas e garantidas para todos, num cenário de justa distribuição de renda. E como se também não existissem administrações conservadoras, de partidos de direita, também com

a capacidade de serem honestas e portadoras de políticas compensatórias exatamente semelhantes a essas.

Claro que isso não é o valor geral. De Porto Alegre, e vários outros municípios gaúchos, a Belém do Pará, sem dúvidas temos exceções. Administrações que realmente colocam a semente de uma sociedade transformada em sua própria essência e consciência de governo atual. Onde quase não se nota o eixo compensatório porque o mais importante é o método qualitativamente distinto de governar. Mas não é a regra. O “poder local”, lamentavelmente, e em muitos casos, longe de representar a nossa forma de comer a ideologia e prática capitalistas “pelos bordas”, tem se transformado num espaço em que nos comemos a consciência, a ideologia e os princípios doutrinários na alma e na mente.

O FUTURO QUE NOS ESPERA

A partir do II Congresso, continuamos patinando em um parque de indefinições. Se é verdade que, ao contrário do que se anunciava até a véspera da abertura do evento, ninguém ousou colocar em questão a permanência do socialismo em nossos textos orientadores, também não é menos verdade que a forma e instrumentos para alcançá-lo não foram objeto de discussões, ou decisões, mais profundas.

Que preocupação tivemos com a avaliação do Partido que temos, e do Partido que queremos? Nenhuma.

Pelo contrário. Sob o efeito da frase de efeito – “temos que abrir o partido à sociedade” –, os líderes da maioria não permitiram que os novecentos e tanto congressistas se definissem. Transmitemos

a decisão para um diretório que, sabe-se lá quando, vai encontrar tempo para detalhar o conceito de “Partido de massas” que todos advogam.

Aliás, “partido de massas” é algo como “reforma tributária” – todos querem, embora cada corrente de pensamento tenha seu modelo específico para defender.

Pois eu diria que a discussão sobre o tema também me fascina, e não me é nova. Eurocomunista dos anos 70, eu já me ocupava disso quando concluía que “partido de massas” é o instrumento capaz de comprovar a inexistência de contradição fundamental entre Reforma e Revolução. Pelo contrário – e Carlos Nelson Coutinho trata disso com imensa competência em vários de seus ensaios, coisa que não vamos detalhar aqui –, são processos complementares se houver a compreensão, no confronto com as estruturas capitalistas, que movimentos táticos e objetivos estratégicos interagem.

E isso só pode se dar com a ação orgânica de um partido capaz de integrar quadros dirigentes, militantes, simpaticizantes e eleitores, cada um dentro de suas possibilidades e disponibilidades, unidos por uma perspectiva suprema – a compreensão de que não existe saída civilizatória para o desenvolvimento da humanidade dentro dos limites perversos de regime capitalista. As reformas profundas ocupam aí o papel de sapa-dores da nova ordem.

O partido de massas, nestes termos, é o instrumento, por excelência, anticapitalista. É o instrumento de organização e espaço de criação teórica mais eficaz para a condução de um processo de ruptura organizada com o atual regime, e de abertura dos caminhos por onde se construirá a sociedade de novo tipo, con-dizente com nossas características pró-

prias – culturais, sociais e econômicas.

Esse partido não tem nada a ver, evidentemente, com uma concepção de abertura desregulamentada, com um “ajuntamento inorgânico de massas”, onde política de alianças venha a ser símbolo de acordo de cúpulas partidárias, ou de personalidades, sem interferência dos movimentos sociais, populares, democráticos e progressistas. Não tem nada a ver com a “filiação em massa” que nos ronda, sem princípios, sem doutrina, sem compromisso com a transformação qualitativa das nossas estruturas.

O Congresso de Belo Horizonte, é forçoso reconhecer, não nos deixou claro o caminho pretendido pelo campo majoritário. Muito menos nos deixam esclarecidos as últimas entrevistas e declarações do companheiro Lula – importante pelos seus milhões de votos; não pela tentativa persistente de transformá-lo em instância partidária, pelo voto, a cada Encontro nacional.

O que se pretende com a tal eleição direta dos quadros dirigentes? Democratizar os órgãos de direção, ou cristalizá-los em torno das personalidades conhecidas pela atividade institucional, nos parlamentos ou nos governos? Como se dará o processo da sucessão da presidência do Partido? Com debates em todas as capitais de Estados? Com teleconferências? Pelos “chats” da Internet? Como? E em que tal tipo de processo eleitoral estimula a ação permanente dos militantes em períodos entre as mudanças de direção?

São, no mínimo, pontos que merecerão regulamentação com extremo cuidado. Para o quê, esperamos que haja consciência unitária dos companheiros do campo majoritário.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Outra questão fundamental que ninguém tratou. Estamos, ou não, com a decisão tomada? Ou melhor, quando tomaremos a decisão, e a partir de que cenário? Depende de quê e de quem?

Em princípio, independentemente de não ser mais consenso nem em seu próprio campo partidário, Lula sabe que é o candidato natural do PT à presidência da República.

Quarta vez, só se for para ganhar na certa, dizem alguns de seus mais próximos. O próprio Lula, por sua vez, parece transmitir uma dicotomia permanente: nunca teve tanta vontade de ser can-

didato, mas nunca teve tanta dúvida sobre a candidatura.

De qualquer forma, não podemos cair nessas armadilhas que nos estão a sugerir – ou bem Lula se submete a prévias, contra os demais candidatos potenciais da Frente de Partidos que o apoiou em 98, com decisão entregue aos filiados de todas essas legendas; ou bem Lula abre mão de sua candidatura e abre o processo sucessório entre os postulantes, no próprio PT.

O bom senso nos recomenda tranquilidade. Lula é o candidato natural – a despeito de divergências que possamos vir tendo com ele na sua sucessão de idas e vindas em busca de uma “nova identidade”.

Ninguém começa uma campanha com a certeza de alcançar algo em torno de 30 milhões de votos impunemente. O

sua candidatura para o buraco, em 98?

Lula vem sinalizando nos dois sentidos, o que não nos ajuda a decidir.

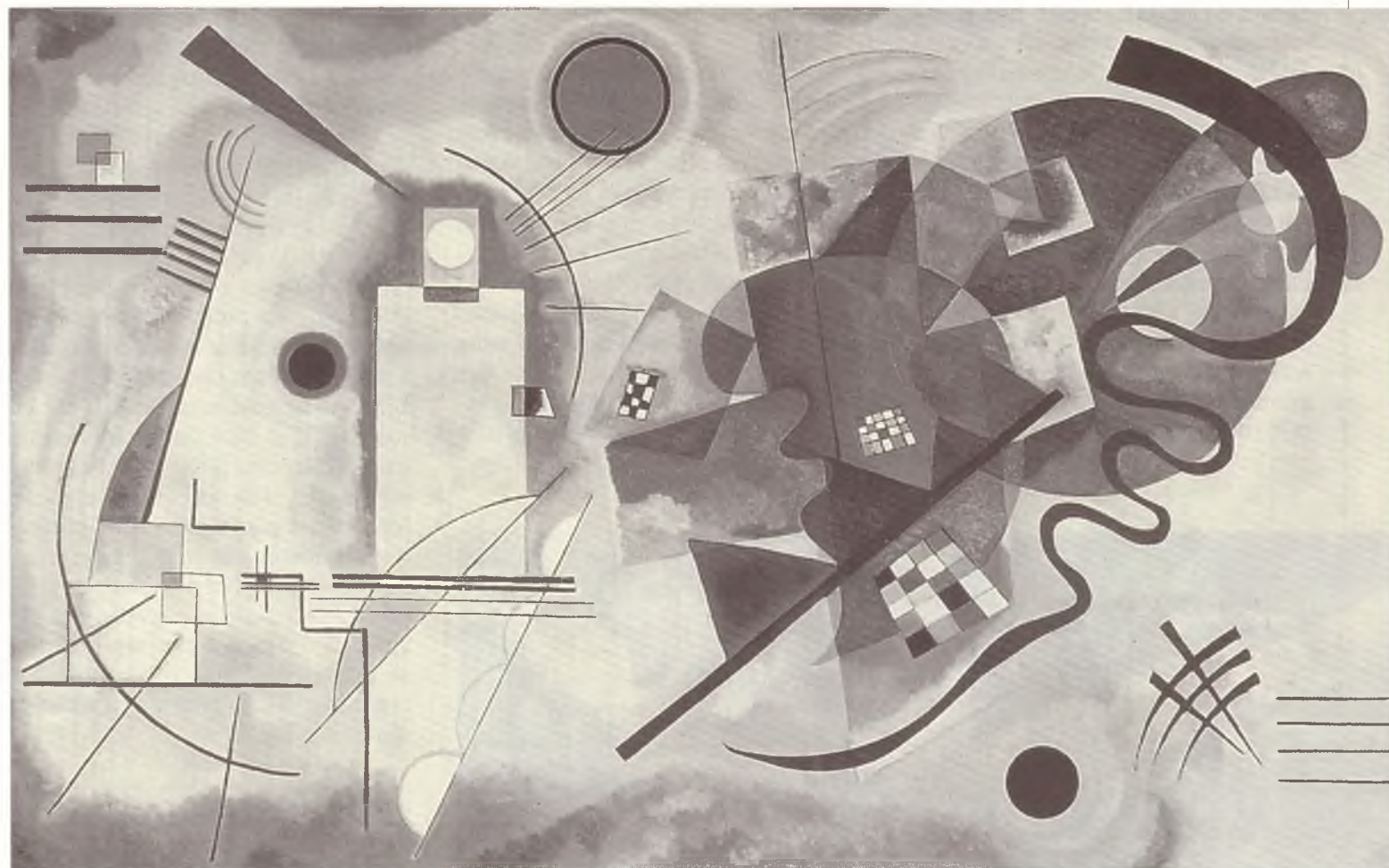
Mas considerando que ele não tem que lançar candidatura – tem, sim, que comunicar se pretende abdicar da candidatura –, a decisão se torna imprescindível até o início das próximas campanhas pelas prefeituras. Se é candidato, entra como tal nas campanhas de todo o País. Se não é, abre um curto processo (que não deve ultrapassar o início da campanha no horário obrigatório da grande mídia) para a indicação de sucessor, dentro de nossos quadros. Será o nome que apresentaremos, na mesa de negociação, aos nossos aliados naturais.

A única coisa que não devemos provocar é o chamado “processo do liquidificador” – os nomes mais indicados à

que tem a hegemonia das forças progressistas e democráticas da Nação. Seria o caos planejado, com resultados evidentemente caóticos.

Nesse quadro, cabe ao Diretório Nacional, tão logo instalado, começar a traçar as linhas do melhor rumo que teremos a percorrer. Pressionando Lula e ouvindo o Partido, em todas as suas instâncias.

Este processo, se bem conduzido, juntamente com o desenvolvimento previsível da conjuntura nacional cada vez mais denunciadora das seqüelas e mazelas do regime tucano-pefelista, pode nos abrir alternativas concretas de transformar a disputa da próxima presidência da República em algo mais do que uma simples operação de ocupação do governo. Pode até determinar uma real disputa pelo poder.



AMLETO TAMBURINI, 1934

problema vem depois: o que Lula acha que deve propor para superar essa barreira? Vai recuperar 89, quando a lógica da radicalidade e da transparência das propostas criou a maior frente de apoio de massas já vista em nossas campanhas eleitorais? Ou vai investir em mais uma tentativa de lençol branco, que quase levou

sucessão em 2002 são jogados num confronto mútuo em que todos se massacram, sem data marcada para a decisão, e estaremos todos triturados em 2002, com Lula, salvador, sendo tirado da cartola na última hora. Ou nos vendo obrigados a apoiar um nome de outra legenda, opção inaceitável para um partido

Não depende só de nós, mas depende muito de nós, e de nossa capacidade de emular a sociedade para que transforme a sua crescente raiva difusa do modelo vigente em rebeldia organizada contra o regime.

MILTON TEMER É DEPUTADO FEDERAL PT-RJ.

C I Ê N C I A

PEGANDO UMA ONDA

Uma das previsões mais interessantes da Teoria Geral da Relatividade de Albert Einstein (1915) é a de que uma massa é capaz de deformar o espaço à sua volta. A imagem que melhor representa esta situação é a de um colchão de espuma representando o espaço vazio. Neste situação ele é plano. Se jogarmos uma bolinha (bem levinha) sobre sua superfície, ela seguirá em linha reta. Contudo, se colocarmos uma bola grandona sobre o colchão, ela afundará, criando uma bacia. Ao arremessarmos de novo a nossa bolinha, ela agora será atraída pela grandona, terá seu curso desviado ao passar próximo a ela. É claro que a bolinha pequena também afunda no colchão, mas estamos supondo que é tão pouco, comparado à grandona, que não nos preocuparemos com isto. Da mesma forma como desvia o caminho

da nossa bolinha, a bacia criada no espaço pode também desviar um raio de luz (que na ausência de massas deve seguir uma trajetória em linha reta).

Uma das conseqüências do desvio da trajetória de um corpo quando passa perto de outro, é a emissão de ondas gravitacionais. Estas se espalhariam em todas as direções, como ondas produzidas por uma pedrinha ao ser lançada sobre a superfície calma de uma piscina. Entretanto, ondas gravitacionais seriam extremamente fracas, comparadas com as ondas eletromagnéticas (algo como 10^{40} vezes menor).

Assim, apenas eventos cósmicos colossais poderiam gerar ondas gravitacionais que fossem perceptíveis para os padrões tecnológicos que temos atualmente. Um forte candidato para este fim seria a colisão de buracos negros. Os buracos negros são formados pelo colapso de estrelas (ou outros objetos cósmicos)

de massa muito maior que a do Sol. Supõe-se que no centro das galáxias existam “enormes” buracos negros. As colisões de buracos negros seriam processos nos quais eles se aproximariam um do outro numa trajetória espiralada, como a água escoando pelo ralo de uma pia. Nestas colisões, apenas uma pequena parcela de suas massas seria convertida em ondas gravitacionais. A detecção destas ondas pode ser feita pelo encurtamento que elas provocam no espaço quando de sua passagem.

Um detector de ondas gravitacionais está em fase final de construção nos Estados Unidos. Trata-se do Interferômetro a laser para observação de ondas gravitacionais (LIGO, em inglês). Este detector é formado por dois longos braços em L: dois tubos de 1,2 m de diâmetro e 4km de comprimento. Quando passarem pelos braços do detector, estas ondas deverão encurtar a distância entre as extremi-

dades de um braço, enquanto alongam na outra direção (o detector tem sensibilidade para perceber mudanças da ordem de um milésimo de um trilionésimo de um milímetro).

Em artigo publicado na última edição da revista *Physical Review Letters*, Guarav Khanna e colegas (Universidade da Pensilvânia, EUA) apresentam cálculos sobre os tamanhos e a distância dos buracos negros cuja colisão seria detectada. Eventos envolvendo buracos negros de algumas centenas de vezes a massa do Sol (médios), ocorrendo a até setecentos milhões de anos luz da Terra poderiam ser detectados.

Assim, há um certo otimismo que nos próximos anos possamos “ouvir” estas colisões que fazem o Universo tilintar.

(Para saber mais: www.ligo.caltech.edu).

Américo Bernardes

A "GUERRA FISCAL" É CONSEQÜÊNCIA DA NECESSIDADE DE FHC DESTRUIR O PACTO FEDERATIVO, ELIMINANDO O RESTO DE AUTONOMIA DOS ESTADOS.

TEREZA CAMPELO

A "guerra fiscal" não é um assunto novo. Mas este ano acabou assumindo um contorno especial, muito por conta do debate do caso da "Ford" que envolveu um conjunto amplo de aspectos. Tinha a dimensão de um embate do governo FHC com um governo estadual de oposição, envolvia a possibilidade de fechamento das fábricas de São Paulo e sua ida à Bahia, foi palco para as manobras de ACM e do gabinete do presidente da República – quer dizer, envolveu praticamente todos os aspectos da "guerra fiscal", a "guerra federativa" propriamente dita. Acabou sendo não um caso a mais, porém o grande símbolo da "guerra fiscal" – pelo menos nos últimos seis anos.

DA GUERRA FISCAL AO DESMONTE DA FEDERAÇÃO

federado e uma das maiores empresas do mundo. Alterou o ordenamento legal vigente em meio a um contencioso muito forte vivido entre o Governo de Rio Grande do Sul e a "Ford". Agora, a base governista está usando o pretexto de "combater a guerra fiscal" como argumento para apressar a votação da colcha de retalhos que virou a reforma tributária.

UMA FALSA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para entender a situação devemos localizar o tema em relação ao modelo que estão implantando no país – e não como muitas vezes é colocado como uma disputa entre regiões, entre setores do movimento sindical ou entre segmentos da indústria.

Em nossa opinião a atual fase da "guerra fiscal" se origina em três elementos. Em primeiro lugar, há uma completa ausência de política de desenvolvimento regional no país. É a revelação de que para o governo não há

da indústria, a recessão e o desemprego – que tem tensionado mais e mais os Estados e municípios na medida que a crise acaba gerando mais demandas sociais e exigindo mais respostas deles (dada a omissão do governo federal).

O terceiro elemento é a grande dificuldade que os Estados têm para fazer políticas que contrarrestem essa orientação do governo federal (de ausência de políticas de desenvolvimento regional). Essa dificuldade tem sua origem no "garrote" da União, no ajuste fiscal violento imposto sobre os Estados, na situação criada pela crise econômica que constrange as receitas públicas, na crise fiscal que vivem os Estados, na ausência ou redução de repasses da União, na queda de suas receitas pela aplicação da "Lei Kandir" e do FEE, etc.

Sobrou para o Estados uma falsa alternativa de política. Praticamente a única variável de ajuste com que os Estados acabam contando é a possibilidade de renúncia fiscal. É em cima dela que os Estados montaram uma falsa teoria de desenvolvimento regional calcada em benefícios fiscais localizados para tentar atrair grandes investimentos em suas regiões e assim gerar um pouco mais de emprego etc. Enquanto isso, perde o ICMS agregado do país, o conjunto da massa salarial nacional, o conjunto das contribuições trabalhistas e assim por diante.

A CRISE DO "PACTO FEDERATIVO"

As três questões que originam a "guerra fiscal" na verdade encobrem outra coisa. A "guerra fiscal" é a expressão pública de uma crise político institucional seríssima, a crise do "pacto federativo", a desagregação da federação.

E desorganizar a estrutura federativa do Brasil não é só consequência dessa política, ela também é uma necessidade dela. No Brasil os tensionamentos não se originam de diferenças religiosas ou étnicas, mas das diferenças regionais. Parte do que organizava o pacto federativo e garantia um mínimo de equilíbrio era a ação do estado interventor, planejador, que buscava – com problemas de outras ordens – uma redução dos desequilíbrios regionais.

É uma vontade política – e não somente consequência do governo FHC – que os Estados percam autonomia. FHC tem que implantar seu modelo no país inteiro. Na fase anterior, o país de fato acabou descentralizando sua estrutura pública. Os Estados tinham bancos, empresas estatais (os municípios também). Quando falamos que o modelo FHC implica desmontar o Estado, ele não podia fazê-lo unicamente na União. Ele só consegue isso na medida que impõe uma agenda única e que suas metas são cumpridas também por Estados e municípios. Por isso FHC tem que centralizar na União os instrumentos tributários e fiscais.

O ÚLTIMO GOLPE: A REFORMA TRIBUTÁRIA

Nos últimos seis anos houve um desmonte gradual e sistemático das autonomias e competências dos Estados e municípios, restrição de receitas e imposição de um ajuste único. Isso foi possível porque o pacto federativo no Brasil não é público. Veio sendo feito pelas elites regionais, depois se construiu junto com os instrumentos de intervenção (estatais, bancos, agências), foi soldado pela Constituição de 1988, mas nós não temos um pacto onde esteja escrito e seja público o que cabe a cada um, quais são as competências e as obrigações, como se compensam as diferenças, como se distribuem os benefícios.

Agora estamos à beira da supressão do último grande elemento que sobrou do pacto federativo que vigorou no Brasil, as competências tributárias. Porque, pelo outro lado, compete a quem cuidar do que? Bom, saúde compete a todo o mundo, mas a União abandona, sobra para Estados e municípios; o mesmo com a educação; a União fechou o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que cumpriu um papel importantíssimo; e assim por diante.

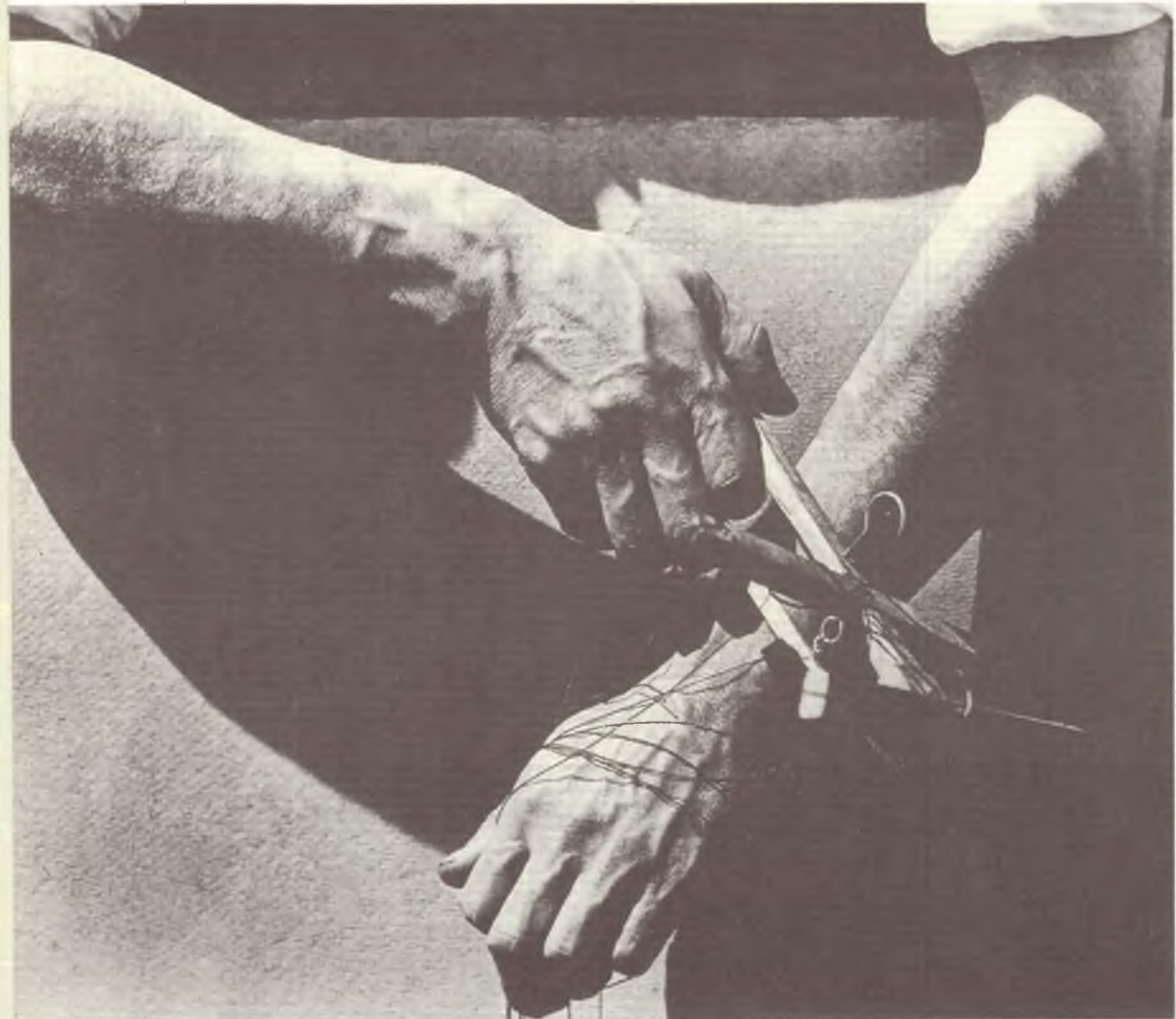
Portanto, o último bastião ainda não destruído por FHC é a estrutura e o sistema de competências tributárias. Destruí-lo é, provavelmente, o próximo passo a ser dado. Quando FHC anuncia o Imposto sobre o Valor Agregado, o fim do ICMS, o fim da competência dos Estados em legislar, em arrecadar e, portanto, ter autonomia na cobrança do imposto, os Estados vão perder a pequena margem que eles tinham de incidir sobre sua arrecadação.

Defendemos uma posição de que é possível garantir a autonomia dos Estados, manter-se a Federação e acabar com a "guerra fiscal". Hoje toda a "guerra fiscal" é feita a revelia da Constituição e das leis. Se a fiscalização fosse cumprida, não precisaria sequer mudar a legislação". Nossa pauta para acabar com a "guerra fiscal" não é liquidar a autonomia dos Estados, é controle público, é transparência, é sanção para quem pratica.

Em relação ao debate sobre reforma tributária, o primeiro elemento que deve ser considerado por nós é o da justiça fiscal. A velha discussão da esquerda de diminuir os impostos indiretos, aumentar os impostos diretos e sobre as grandes fortunas etc. A proposta em pauta no Congresso (do Dep. Mussa Demes, PFL-PI) não trata de nenhuma dessas questões que são centrais para nós. Além disso, acaba com o último bastião da preservação da Federação. E não acaba com a "guerra fiscal", porque se por um lado proíbe os Estados, a União está liberada para continuar fazendo.

Nos temos que dizer "não à 'guerra fiscal'", mas também temos que falar "não ao desmonte da Federação".

TEREZA CAMPELO É COORDENADORA DA SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. O ARTIGO REPRODUZ PARTE DA SUA INTERVENÇÃO FEITA EM 20/11/99 NO ENCONTRO DA CUT PARA DISCUTIR A "GUERRA FISCAL".



THINA HOOGSTRAAL/AGENCY OF THE AMSTERDAM, 1998

Esse caso nos permitiu popularizar o debate e entendo que hoje estamos em uma melhor correlação de forças para fazê-lo junto à opinião pública.

A segunda grande questão posta é o paradoxo e a investida que o governo FHC está fazendo sobre o episódio da "guerra fiscal" gerado pelo caso da "Ford". O governo federal é o grande responsável pelo que aconteceu, seja pela submissão de seis anos em relação a todos os aspectos da "guerra fiscal", seja porque foi ele próprio o detonador deste episódio na medida em que interveio na relação entre um ente

um projeto nacional de desenvolvimento e que se manifesta na inexistência de propostas que consigam trabalhar com a diversidade regional. O problema tem se agravado pelo desmonte do "Estado desenvolvimentista" que significou a perda do conjunto de empresas estatais, de serviços públicos, etc. que, em alguma medida, conseguiam equilibrar minimamente as diferenças econômicas e sociais entre regiões.

O segundo elemento é a própria política econômica do governo, com abertura indiscriminada, o desmonte

10 DE NOVEMBRO MOSTROU QUE AS MOBILIZAÇÕES VÊM CRESCENDO; E A MAIOR NOVIDADE É A VOLTA À CENA DE CATEGORIAS TRADICIONAIS.

RAFAEL FREIRE NETO
E SILVANA KLEIN

sa confrontação é sensivelmente positivo para a segunda estratégia, tanto do ponto de vista "econômico" (salários, direitos trabalhistas) como "político" (consciência dos trabalhadores dos seus direitos, não aceitação da "parceria" com as empresas etc).

RUMOS DA LUTA NO 2000

Mas não somente assistimos a um ressurgimento da atividade grevista como também a uma retomada das mobilizações de novos setores populares urbanos. A crise de moradia nas grandes cidades volta a ser enfrentada de forma organizada pelo movimento popular dos sem-teto com ocupações de terrenos e prédios. Caso se confirmem estas tendências, teremos, no ano 2.000, lutas e mobilizações de trabalhadores assalariados e de excluídos na base das três principais organizações sociais – o MST, a CUT e a CMP.

Depois do susto provocado nas classes dominantes pela Marcha dos 100 mil, o governo e a mídia vêm trabalhando em várias frentes para "tirar pressão" da conjuntura política. Afirmam que o pior da crise já passou. Reconhecem que FHC está desgastado, mas a oposição da opinião pública seria "passiva", isto é, as pessoas não estariam querendo sua substituição. Ensaíam tentar um clima de "união nacional" contra a pobreza (ACM no Congresso), contra o crime organizado (as CPIs que estão em andamento), ainda que não consigam ocultar seus vínculos orgânicos com essas chagas da sociedade brasileira.

Pelo caráter inconclusivo do 10 de novembro, a oposição pode assumir duas posturas. A primeira – que é a linha da Unidade na Luta no PT/Articulação Sindical na CUT – é tentar encerrar o ciclo de mobilizações de 1999 e partir para uma estratégia onde apenas se tenha no horizonte as eleições municipais de 2000. A segunda, que potencializaria as energias de oposição ao governo (cujo centro continua a ser "Fora FHC e o FMI!"), buscando a unificação e generalização das lutas. Em apoio a essa segunda opção, podemos lembrar que não foi por acaso que quando a esquerda (o PT) teve seu melhor desempenho político (e eleitoral) foi em 1989, ano em que se realizou a mais forte greve geral do Brasil contemporâneo, em um contexto de crise econômica e política que em muitos traços lembra a crise que o governo FHC atravessa desde janeiro de 1999.

RAFAEL FREIRE NETO E SILVANA KLEIN
SÃO MEMBROS DA EXECUTIVA
NACIONAL DA CUT.



POTENCIALIDADES E LIMITES

dicalismo tradicional", leia-se, aquele que faz greves, levanta reivindicações econômicas, faz a confrontação política etc. Mas também o comportamento de várias direções sindicais cutistas "propositivas" alimentou essas especulações, sugerindo um outro sindicalismo baseado na prestação de serviços a seus associados, em projetos financiados com verbas públicas (em especial, o FAT) e/ou na busca permanente do entendimento com o governo e o setor patronal.

DE NOVO À LUTA

Esse clima refletiu inclusive dentro da esquerda sindical cutista, levando a elaborações que teorizavam a mudança do foco da luta da "empresa" ou da "categoria" para a participação no "bairro" e a solidariedade com os excluídos (sem-terra, sem-teto etc.). O pessimismo em relação à disposição para a luta dos trabalhadores empregados "com carteira assinada" levava a uma estratégia onde o "sujeito" central passava a ser o excluído.

Desde 1998 havia sinais claros de mudança: estão voltando à cena categorias tradicionais, com métodos idem e as reivindicações econômicas de sempre. O caso mais sintomático é o dos metalúrgicos.

Seu setor sofreu uma profunda reestruturação com desverticalizações (terceirizações), desconcentração industrial (saída de empresas dos pólos industriais tradicionais), alteração do perfil dos trabalhadores que são contratados (mais jovens, mais qualificados) e queda acentuada do nível de emprego.

Pois bem, nesse contexto "estrutural" e em uma conjuntura adversa vêm acontecendo inúmeras greves em diversas regiões do país por reajuste de sala-

rios, por equiparação salarial (entre regiões), em defesa de direitos sociais etc.

No Estado de São Paulo, este processo tem uma história toda especial. Desde algum tempo uma forte polêmica vinha atravessando as campanhas salariais organizadas pela Federação Estadual de Metalúrgicos (FEM) que aglutina o conjunto dos sindicatos cutistas. Três sindicatos importantes, os de Campinas e Limeira (dirigidos pela Alternativa Sindical Socialista) e o de São José dos Campos (MTS), recusavam a política proposta e implementada pela Articulação Sindical de abrir mão de direitos antes estabelecidos na Convenção Coletiva, além de aceitar introduzir a "flexibilização" da jornada de trabalho ("banco de horas"). Resultado dessa divergência foi que a FEM (com maioria da Articulação Sindical) assinou em 1998 um acordo que implicava em perda de direitos trabalhistas enquanto os três sindicatos recusaram e ficaram sem acordo assinado.

Em 1999, por conta dessas divergências, instalaram-se duas mesas separadas de negociações entre sindicatos de metalúrgicos cutistas e as entidades patronais (além delas, há outra da Força Sindical e outra da Social Democracia Sindical). Enquanto a FEM tinha como patamar inicial de negociação o acordo com a retirada de direitos aceito em 98, os três sindicatos mencionados, com a força das greves e mobilizações realizadas nesta campanha salarial, arrancaram uma Convenção Coletiva com reajuste de salários, manutenção dos direitos trabalhistas antes questionados pelos patrões e sem a "flexibilização" exigida pelas empresas.

Esse caso pode ser considerado como um "laboratório" onde é possível analisar a "estratégia propositiva" e a "estratégia de resistência". O balanço des-

O Dia Nacional de Paralisações e Greves em 10 de novembro passado foi convocado para ser o momento alto de um ano marcado por manifestações de massa contra o governo FHC e sua política econômica. Buscava-se concentrar em um só dia, com iniciativas simultâneas em todo o território nacional, toda a energia de oposição que ao longo do ano tinha se expressado em diversos atos em Brasília, em vários estados, em marchas etc. Analisado desde essa perspectiva, o dia 10 não correspondeu às expectativas.

Mas por outro lado, nesse mesmo dia e nos que o antecederam, foi possível verificar que vem crescendo o potencial de mobilização dos assalariados e de diversos setores da população excluída, que esse fenômeno tende a adquirir dimensões nacionais e generalizar-se às diversas categorias de trabalhadores. Visto por esse ângulo, o 10 de novembro deve ser entendido como mais um sinal de que a política de oposição ao governo federal tem um terreno fértil para ser desenvolvida.

No dia 10, houve fortes mobilizações em alguns Estados – entre os quais o destaque foi Rio Grande do Sul. Houve categorias que combinaram suas campanhas salariais com mobilizações nesse dia (metalúrgicos do interior de São Paulo, funcionários de bancos públicos federais etc.) e ocorreram em algumas cidades paralisações de trabalhadores do transporte coletivo (ônibus e metrô).

Fato importante que deve ser registrado foi a participação nesse Dia Nacional de Paralisações e Greves do Movimento dos Trabalhadores dos Sem-Terra, do movimento estudantil e da Central de Movimentos Populares, que em vários lugares foram protagonistas principais das manifestações.

PROBLEMAS DE DIREÇÃO

Faltou, no entanto, volume para alcançar a dimensão de uma jornada nacional. Ficou evidente que não se conseguiu criar o "clima" que sinalizaria que um dia nacional de lutas iria acontecer. Entre a Marcha dos 100 mil a Brasília em agosto e o Dia Nacional não houve um "crescendo", apesar de que nesse período aconteceram mobilizações importantes como a Marcha Popular pelo Brasil, a Marcha pela Educação, o Grito dos Excluídos etc.

Esses problemas de direção podem ser debitados à fragilidade do Fórum Nacional de Lutas que convocou os protestos; mas nesse espaço a responsabilidade central é das principais organizações de massa da oposição, isto é, o PT, a CUT e o MST.

Fazendo-se uma avaliação de que não haveria condições para realizar uma verdadeira greve geral (como foi discutido na Plenária Nacional da CUT em agosto) marcou-se uma data para a realização de atividades de oposição ao governo – podendo ser greves, passeatas, interrupção do trânsito em rodovias etc. – mas sem uma diretriz clara. Na falta de uma presença maior das direções nacionais, as iniciativas ficaram por conta do ânimo da militância e das situações específicas de cada categoria ou região.

Após a heróica greve dos petroleiros e setores do funcionalismo federal em 1995, a cena do movimento de massas passou a ser ocupada quase que exclusivamente pelo MST e a luta pela reforma agrária. Isso deu espaço para teorias diversas sobre "o fim" do "sin-

LIVRO-ENTREVISTA DE
JOÃO PEDRO STEDILE
RECUPERA A TRAJETÓRIA
DO MST E DA LUTA
RECENTE PELA REFORMA
AGRÁRIA NO BRASIL.

CAIO GALVÃO DE FRANÇA

Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, narra a caminhada do mais importante movimento de massas da história recente do país. Nessa publicação da Editora Fundação Perseu Abramo, a trajetória do MST, desde as primeiras lutas e reuniões organizativas até a Marcha Nacional a Brasília, é contada por um de seus principais protagonistas, João Pedro Stedile, através de uma entrevista feita por Bernardo Mançano Fernandes, professor da Unesp e membro do Setor de Educação do MST.

Recontar os 20 anos de vida do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o objetivo de um projeto, mais amplo, de pesquisa sobre a memória do movimento, do qual essa entrevista faz parte.

A GÊNESE DO MST

Na gênese do MST, João Pedro identifica diferentes aspectos. Os camponeses expulsos da terra pelas transformações na agricultura, que não aceitam, nem a migração para as cidades, nem a colonização nas regiões de fronteira agrícola como solução para seus problemas, decidem “resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam”, formam a base social do movimento. O trabalho pastoral de organização e conscientização da igreja católica e luterana, reunidos na opção ecumênica da Comissão Pastoral da Terra contribui decisivamente para a confluência de diferentes experiências num único movimento nacional e autônomo, ao invés de uma possível fragmentação em diferentes organizações.

Mas o surgimento e constituição do MST como um importante movimento social só pode ser compreendido no contexto mais amplo da situação política brasileira, onde “a luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias”, ao “processo mais amplo de luta pela democratização do país”. Sua trajetória revela aspectos de continuidade e de ruptura com as experiências que o antecederam, conformando uma singularidade que a entrevista busca explicitar.

Um elemento importante dessa singularidade é o caráter do MST, onde coabitam elementos de uma organização política bem centralizada com uma dinâmica de movimento de massas. Para João Pedro, o MST pode ser caracterizado como um movimento social que aplica princípios organizativos – disciplina, formação de quadros, vinculação com a base, estudo, etc. –, fruto do aprendizado com outras organizações camponesas do Brasil e da América Latina, com profundos vínculos com sua base social, resultando em uma prática política diferenciada em relação a outros movimentos.



ERASTO SALGADO

DERRUBANDO CERCAS

Não vê contradição entre a natureza de movimento social de massas e a condição de organização política e social do MST, nem considera que essas preocupações com a organização devem ser exclusivas de um partido político.

Fundado em 1984, o MST realiza seu primeiro Congresso em 1985, convocando “todo mundo que estava fazendo luta pela terra no Brasil”, “todos que quisessem entrar no movimento”. Nesse momento, definem-se os princípios e as linhas políticas do movimento que ao apresentar a bandeira de luta “*Ocupação é a única solução*”, explicita o seu caminho para a conquista da reforma agrária.

Passada a fase de consolidação como movimento social, as respostas aos novos desafios colocados vão reconfigurando a organização e o programa do MST. A vivência pelos assentados dos problemas da agricultura e aqueles relacionados com o desenvolvimento das experiências coletivistas, colocam em um novo patamar o tema da organização da produção: repensando as formas de cooperação; incorporando a questão da agregação de valor com a transformação agroindustrial; a necessidade de conquistar uma política específica de crédito para a reforma agrária; etc.

REPENSANDO FORMAS DE COOPERAÇÃO

Nessa fase, que abrange os anos 1986 a 1990, destaca-se a reorientação do MST em sua maneira de conceber a organização da produção. Sai de uma visão rígida, maximalista, da coletivização total e imediata, inclusive como condição para integrar o movimento, para uma visão, que segue conferindo um valor estratégico para a cooperação agrícola, mas concebendo uma implantação processual. Suas formas devem ser adequadas à situação de cada caso para ver que tipo de cooperação pode ser assimilada por aquela comunidade. Se a forma de cooperação definida se desarticula, isso significaria, para João Pedro, que “aquela forma de cooperação não estava à altura das condições subjetivas” daquele grupo.

Esta visão apoia-se na contribuição de Clodomir Santos de Moraes, que, segundo João Pedro, “nos abriu para essa

questão da consciência do camponês”, mostrando como a organização do trabalho, em particular a divisão do trabalho, influencia sua consciência. Em seu livro sobre a teoria da organização há uma contraposição entre o comportamento ideológico do camponês (individualismo) e do assalariado/proletário (consciência social), indicando a necessidade de se atuar no sentido de “evoluir para uma consciência social diferente da do camponês típico”.

O lema “*Organizar, Resistir e Produzir*” expressa o processo que leva à criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), do Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária (ITERRA) e a elaboração de um programa agrário. Esse programa propõe uma reorganização do meio rural no Brasil, que democratize a terra e o conhecimento, e vislumbra “uma forma superior de organização da produção”, que signifique, superar tanto “o modo camponês típico”, como o modo capitalista. Do capitalismo, afirma João Pedro, assimilaram a “divisão do trabalho, não com objetivos capitalistas”, mas “ligada ao desenvolvimento técnico das forças produtivas”, de modo que “esteja a serviço do bem-estar de todos”. O que distinguiria essa “forma superior” seria a divisão da renda da produção entre todos, o que, segundo o entrevistado, “nem o capitalismo nem o camponês fazem”.

AS CERCAS DO LATIFÚNDIO, DO CAPITAL E DA IGNORÂNCIA

Um outro aspecto interessante é a revalorização do meio rural e a resignificação do conceito “trabalhador rural”, indicando a pessoa que vive do seu trabalho, independente da sua profissão mas vinculado com a produção rural, e em benefício de uma comunidade rural.

Pode-se, ainda, encontrar na entrevista formulações interessantes sobre o significado e uso da mística pelo movimento, que é apresentada como “forma de manifestação coletiva de um sentimento”. Na costura da identidade, da própria unidade entre os participantes do movimento, além da ideologia que é compartilhada, dão um papel importante ao uso dos

símbolos – bandeira, poesia, hino etc.

No livro há uma detalhada descrição do padrão organizativo do MST e do funcionamento de suas instâncias, que expressam uma visão muito particular sobre os procedimentos de tomada de decisão, bem como uma descrição e avaliação da Marcha a Brasília. Esta é apresentada como mais um exemplo de caminhadas massivas e longas presentes “nas lutas mais generosas da humanidade”, como um momento de diálogo com a sociedade, de crítica a política neoliberal e como forma para enfrentar o cerco armado pelo governo FHC.

Por fim, João Pedro critica a política do governo FHC, que qualifica como uma mera política de assentamentos, de assistência social, que não mexe na concentração da estrutura fundiária e explicita a visão de reforma agrária do MST. Para ele, a reforma agrária é condição para enfrentar dois problemas estruturais do meio rural brasileiro: a pobreza e a desigualdade social. Começa por uma amplo programa de desapropriações de terra e sua distribuição às 4,5 milhões de famílias sem-terra; avança pela democratização do capital, permitindo o acesso aos demais meios de produção e comercialização; e deve vir casada com a democratização da educação. Uma reforma agrária para romper três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância.

Apesar da crítica à ortodoxia de Clodomir e do aprendizado anunciado com outras experiências históricas, a entrevista revela a influência de uma visão tradicional da esquerda sobre o campesinato e seu processo de “evolução” para a condição de sujeito revolucionário.

Em alguns momentos, a leitura da entrevista dá a impressão de que a trajetória do movimento foi construída a partir de uma crítica prévia a erros e incompreensões de outras experiências políticas, pelo fato de não explicitar – com exceção da política coletivista – as tensões, conflitos que marcam o desenvolvimento da rica experiência que faz do MST um dos principais atores da luta social e política no Brasil.

CAIO GALVÃO DE FRANÇA É MESTRANDO EM SOCIOLOGIA NA UFMG.

OS SEM TERRA E A DEMOCRACIA

Celebrado por Celso Furtado como o movimento social brasileiro mais importante deste século, os sem terra perturbam, à direita e à esquerda, por encarnar um código ético-moral ora assimilado como expressão de uma drama histórico não resolvido mas antigo, ora traduzido como sinal quase profético de um Brasil democrático.

No ambiente midiaticamente legitimado do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, quando a palavra de ordem da modernidade exaltada em tom liberal fornecia a melodia e o compasso de uma espécie de um anti-samba de uma nota só, os sem terra desafiaram. Para o governo: como neutralizar em uma pauta fini-secular da modernização conservadora algo tão antiquado e cepalino como a reivindicação de Reforma Agrária? Para as oposições institucionalmente estabelecidas: como absorver este clamor de justiça, com gosto de terra e sangue, que emergia mais além da esquerda da ordem?

Seja como for, o desafio parece que veio para ficar: virou desafio. E suponho que apenas no plano de uma teoria da democracia ele pode ser adequadamente abordado.

AINDA A REFORMA AGRÁRIA?

Sabe-se que ao final da crise política que culminou em 1964, a pressão pela realização de uma Reforma Agrária no Brasil era tanta que parte da elite conservadora chegou a aceitar títulos públicos para desapropriação, além da utilização de terras devolutas. O Estatuto da Terra, promulgado logo a seguir pelo regime militar, procurava institucionalizar o tema em um novo período político.

De fato, porém, a grande opção do regime militar foi subsidiar em massa a modernização da grande propriedade, conectando esta estratégia ao esforço exportador. Nos 21 anos de regime militar, trabalhada missionariamente pela Igreja pastoral, a Reforma Agrária permaneceu adormecida no inconsciente profundo da sociedade brasileira. Utilizando os conceitos de Albert Hirschman de êxodo, voz e aquiescência, como já o fez Elisa Reis em seu belo ensaio *Cem anos de questão agrária*, o que se impôs para dezenas de milhões de brasileiros foi a migração para a cidade. Gerava-se o nosso inferno de cada dia no turbilhão das grandes cidades.

Seja como for, o tema retornou, na aurora da redemocratização do país, na experiência abortada de José Gomes da Silva durante o governo Sarney, foi barrado pela lógica do Centrão na Constituinte de 1988 e banido da pauta pelo governo Collor. E foi apenas acolhido como pauta compensatória e de segunda ordem no programa da coalizão que se formou em torno a FHC.

Esta não é toda a história, entretanto. No plano da formação da esquerda brasileira, no pós-64, a Reforma Agrária foi em alguma medida referida ao projeto populista do nacional-desenvolvimentismo que se queria ultrapassar. É conhecida a polêmica de Caio Prado Jr., generosa mas incorreta por extremar arbitrariamente a lógica de um raciocínio correto, contra a idéia de que

a Reforma Agrária fosse uma reivindicação passível de se enraizar na cena rural brasileira. Ao invés da terra, tratava-se de demandar salário, legislação trabalhista e sindicato.

Os ecos desta polêmica, já transfigurados em um registro não generosamente popular como o de Caio Prado Jr., aparecem na obra mais recente do primeiro presidente do Incra no governo FHC, Francisco Graziano, *A tragédia da terra*. Ali o argumento da ultrapassagem da necessidade histórica da Reforma Agrária era afirmado em nome da idéia de que no Brasil já não havia tanta terra improdutiva nem tantos sem terra. Estes não passariam de um milhão de famílias.

Esta interpretação, que se tornou referencial por um período para um certo público de esquerda, foi agora desmentida por um estudo realizado por dois técnicos do IPEA, José Gasques e Júnia da Conceição, a pedido do Ministério da Política Fundiária. Estudando os dados do Censo Agropecuario do IBGE de 1995-1996, estes técnicos produziram o documento *A demanda da terra para a Reforma Agrária no Brasil*, concluindo que há no país 4.515.818 famílias de trabalhadores rurais potencialmente beneficiárias de um plano nacional de Reforma Agrária. Para o IPEA, são considerados sem terra os pequenos proprietários que possuem áreas inferiores a dez hectares, as famílias que vivem como arrendatárias, parceiros e posseiros, além dos assalariados rurais. Ao todo, dezoito milhões de pessoas seriam diretamente beneficiadas. O número oficial quase coincide com o proposto pelo MST.

FORA DA AGENDA INSTITUCIONAL

A meta proposta pelo governo Fernando Henrique foi assentar 280 mil famílias em quatro anos de governo. A ambição do governo neste campo foi, desde o início, mínima: pouco mais de 6% da massa de demandantes de terra no Brasil, segundo o IPEA.

No balanço do Incra, o total de assentados nestes quatro anos teria sido de 254.792 famílias, pouco inferior à meta mínima estabelecida.

Os dados são, todavia, contestados. O governo reconhece que do total, 27% em média são famílias assentadas em projetos antigos. Além disso, 62% das famílias referidas estariam na região da Amazônia, onde as superintendências locais do Incra podem facilmente "transformar" posseiros em assentados. Mais: se consideradas as famílias assentadas que receberam o Proceira (Programa de Crédito Rural para a Reforma Agrária), os dados oficiais encolhem novamente. Resta lembrar que, segundo os próprios dados oficiais, 400 mil pequenas propriedades rurais foram à falência no campo e mais de dois milhões de trabalhadores rurais perderam o emprego nos últimos quatro anos. Isto é, nem como política compensatória o mínimo esforço governamental se legitima.

A TERRA E O DIREITO

A conclusão que se impõe é que, ao contrário do que diz o governo, a questão da Reforma Agrária não está artifici-

A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA ATINGE DIRETAMENTE 18 MILHÕES DE PESSOAS NO PAÍS E VAI CONTINUAR EM PAUTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

JUAREZ GUIMARÃES

almente amplificada pelos sem terra. É exatamente o contrário: ela está brutalmente subdimensionada na pauta do governo. Reconhecendo a legitimidade do clamor pela terra, o governo, no entanto, recuou para o argumento de que os sem terra agem por vias diretas, ferindo permanentemente o estado de direito. De fato, no plano da sua legalidade a democracia brasileira nestes anos noventa tem vagado em terra incerta. O mesmo governo que acusa os sem terra é o que, nas contas de Jânio de Freitas, promulgou três mil medidas provisórias, sem qualquer cobertura constitucional e promoveu revisões importantes na constituição, parte delas com métodos parlamentares publicamente fisiológicos e em proveito próprio.

Os sem terra respondem à lógica de criminalização de suas ações pelo governo com o argumento de que o artigo 184 da Constituição prevê que "compete à União desapropriar por interesse de Reforma Agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social". O governo retruca que os sem terra violam o artigo da Constituição, em seu parágrafo 22, que garante o direito de propriedade. Ocorre que as zonas fundamentais dos conflitos de terra, como o Pará e o Pontal do Paranapanema, situam-se em regiões marcadas exatamente pela ausência de uma legalidade assentada das propriedades, já que marcadas pelas ações de grileiros e por toda espécie de apropriação indevida do solo.

Os sem terra agem, é certo, extrainstitucionalmente, predominantemente por fora das instituições. Isto, no entanto, não configura uma quebra das regras do jogo democrático, mas uma outra lógica de democracia. Em uma tradição republicana que desconfia desde sempre dos movimentos de cidadania que vêm de baixo, o discurso de criminalização dos sem terra soa sensato.

O certo, no entanto, é que nem o governo, nem o Parlamento com sua dinâmica básica por este definida, nem o Judiciário que é extremamente rápido para dar cobertura legal à desocupação de propriedades ocupadas pelos sem terra, mas insuportavelmente lento para punir os crimes da terra, acolhem os sem terra.

E, se o grito por terra ecoa rouco, desafiado, inconveniente diante das sensibilidades que antepõem sempre o critério estrito de uma legalidade instrumental à legitimidade, mesmo que fundamentada nas exigências mais incontornáveis de Justiça, o problema não está na voz.



REYNALDO SAUGADO

JUAREZ GUIMARÃES É PROFESSOR DA UFMG.

A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA QUE DESENVOLVEMOS EM PORTO ALEGRE SE BASEIA NA PARTICIPAÇÃO POPULAR, NA AÇÃO PRÁTICA DIRETA DOS CIDADÃOS E NA SUA AUTO-ORGANIZAÇÃO.

RAUL PONT

O tema central deste seminário está presente no debate político da humanidade há, no mínimo, dois séculos. As raízes dos sistemas políticos de representação encontram-se nos regimes constitucionais dos Estados Modernos. Os regimes políticos antigos e medievais, por existirem em sociedades escravocratas ou servis, não podem ser identificados com as situações inauguradas com o Estado Moderno. Mesmo com o Absolutismo, onde a idéia de “contrato” já aparece e o súdito já é portador de certos direitos, sua condição ainda é distante da qualificação de *cidadão*.

As origens dos sistemas representativos nascem de concepções liberais que expressavam o desenvolvimento e amadurecimento das sociedades mercantis e das condições objetivas para o surgimento do capitalismo – a acumulação de capitais e a existência do trabalho livre.

Esse processo não foi linear, nem simultâneo, na Europa ou no Novo Mundo. As contradições e conflitos sociais que permearam o surgimento do modo de produção capitalista se expressaram através das várias correntes teóricas.

Simplificadamente, para efeito desta apresentação, podemos reduzir a duas grandes vertentes ideológicas o pensamento burguês que justifica a necessidade do Estado e o legítima. Ambas partem do direito natural do homem à liberdade e da crítica ao Estado absolutista. Este justificativa sua existência pelo direito divino das monarquias ou pelo “contrato” através do qual os homens – para saírem do permanente estado de guerra em que, naturalmente, se encontravam –, abdicavam da sua soberania e a transferiam de forma absoluta a um rei. Esta era, para os absolutistas, a única condição pela qual os homens poderiam viver em harmonia: todos abdicavam de sua soberania para um Estado todo poderoso que, pelo temor e poder coercitivo, garantia a paz e a vida em sociedade.

OS DOIS LIBERALISMOS

A primeira dessa vertentes, a concepção liberal proprietária, possessiva, marca o pensamento de John Locke (1632-1704) que critica o Absolutismo não por seu caráter contratual (que já aparecia na obra anterior de Thomas Hobbes), mas pela justificativa do *direito divino* no qual os monarcas buscavam justificar seu poder absoluto. O direito natural para Locke é o direito à liberdade que, junto com o trabalho, sustenta o direito a propriedade: o Estado tem como objetivo defendê-la. E mais: esta deve ser a função essencial do Estado sob controle de representantes delegados com o direito

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA



se cidadãos com direitos desiguais em função da propriedade, “cidadãos independentes e cidadãos não independentes”. A estes, por sua condição de despossuídos, de não proprietários, não se poderia conceder o direito do voto, o direito à repre-

soberania que não pode ser transferida, delegada ou dividida.

Para que se mantenham as condições de liberdade e igualdade, onde nenhum cidadão perde sua soberania no processo de formação da *vontade geral*, esta não pode ser delegada ou transferida, a não ser para encarregados de executá-la, cujos mandatos devem ser revogáveis a qualquer momento.

A concepção utópica de Rousseau era irreal em um mundo que rapidamente se transformava com a acumulação de capitais, mas prenunciava o grande desafio para qualquer avanço democrático no interior das concepções liberais.

LIBERALISMO NÃO É DEMOCRACIA

A partir destas grandes vertentes desdobram-se, ao longo destes quase dois séculos, sistemas políticos representativos com características próprias, com diferenciações, mas alicerçados predominantemente na visão do liberalismo proprietário, possessivo. Desdobraram-se nas formas de repúblicas ou monarquias constitucionais parlamentares onde a soberania popular delegada ao Parlamento unifica as funções legislativas e executivas a partir das relações de forças no interior da instituição. Expressaram-se, também, nas repúblicas presidencialistas onde a divisão de poderes e competências é mais nítida e onde Executivo e Legislativo são eleitos por critérios distintos.

Nessa longa experiência histórica dos países liberais, já temos um elemento de debate e troca de informações em nosso seminário: os sistemas eleitorais. Estes também expressaram diferentes estágios de desenvolvimento econômico e graus distintos na organização política das classes e frações de classes na disputa de espaços e representações dentro do sistema liberal.

Mas, principalmente, esse processo histórico deu visibilidade cristalina ao fato de que o liberalismo, ao longo desses dois séculos, não foi e não é sinônimo de democracia.

Dependendo do país, no século passado e mesmo neste, o direito à organização político-partidária e ao sufrágio universal foram conquistadas duramente alcançadas. Ao longo do liberalismo, o exercício do voto foi elitista, excludente ou limitador: o voto censitário baseado na propriedade e/ou nos impostos dominou o século XIX.

As lutas sociais pelo direito a sindicalização, ao partido político e a universalização do voto complementavam, assim, as lutas pela jornada e pelas condições de trabalho.

O SOCIALISMO E A CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO

As novas contradições, os novos conflitos, as novas relações de classe produziram novas concepções político-ideológicas de explicação do mundo e das relações entre a Sociedade e o Estado. Ao par de reivindicações e conquistas sociais desenvolve-se uma nova concepção de mundo: o pensamento socialista.

Este, também, não é unívoco, mas na concepção marxista faz a crítica da con-

de fazer as leis e aplicá-las.

A outra vertente é a concepção liberal “igualitária” de Jean Rousseau (1712-1778). Para ele, o contrato social pressupõe a idéia do direito natural à *liberdade*, mas também da *igualdade* como condição humana.

Esta introdução não é, pois, uma divagação teórica. Ela busca situar as origens do nosso debate sobre a delegação de poder e permite que compreendamos que este não é um debate recente, constituindo-se há séculos num desafio para a humanidade.

As diferentes explicações teóricas e ideológicas desse processo expressam interesses sociais distintos ao longo da história e tem, até hoje, conseqüências diferentes no desenvolvimento político da humanidade. Este debate expressa interesses distintos de classes e frações de classe na passagem de uma sociedade de pequenos produtores, artesãos e agricultores saindo do jugo feudal, para a consolidação de uma nova elite dominante tipicamente capitalista. Ele dá a dimensão histórica de que estas concepções respondem a um momento da humanidade e que não são eternas, como não o foram as explicações de mundo do feudalismo ou da transição absolutista. São relações da sociedade e do Estado que podem ser alteradas pelo protagonismo dos agentes históricos.

Isso valeu para essa época e vale, evidentemente, para os dias de hoje.

A concepção proprietária baseava-se na idéia de que o direito a liberdade é o direito a propriedade. O Estado é o “contrato” para garantir a manutenção da propriedade e de outros direitos.

Nesta concepção sobre o Estado de Direito, tanto em Locke como nas formulações de Kant (1724-1804) pressupõe-

sentação no poder de Estado, de preferência parlamentar.

Locke, apesar de sua visão laica e da defesa da tolerância numa época de intransigências confessionais, via o Estado (a sociedade política que resulta do contrato) como o que expressa a soberania, o poder coercitivo do Estado, inclusive o de condenar à morte!

O LIBERALISMO IGUALITÁRIO DE ROUSSEAU

A outra concepção, o liberalismo igualitário de Rousseau, baseava-se na visão de que “os homens nascem livres e iguais”, ainda que ele também constataste que, em sua época, “em todas as partes encontravam-se sob ferros”.

Se a frase traía a realidade do mundo em que vivia, onde os homens já não nasciam livres e iguais, como “desejava” o pensamento de Rousseau, esta fundamentação é riquíssima para expressar seu pensamento baseado na pequena produção e no artesanato, a realidade das pequenas localidades e/ou regiões que rapidamente começava ser superada pela acumulação capitalista.

Essa realidade vivida pelo autor foi suficientemente forte para que ele defendesse que a soberania do povo, formado por indivíduos “livres e iguais” não poderia ser *transferida* por necessidade e opção a um monarca como queriam os absolutistas, nem poderia ser *delegada*, no contrato, ao Estado Parlamentar.

Dizia Rousseau que ao ato no qual se realiza o contrato da *sociedade política*, onde o povo convencionava um governo, existe um momento anterior que é aquele em que *o povo é povo* e esta condição é a condição primeira, estabelecendo uma

E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

cepção liberal, afirmando – de forma esquemática – o caráter de classe do Estado, sua relação e subordinação aos interesses predominantes na sociedade na esfera da produção.

A igualdade do *Estado de Direito* não ultrapassa a igualdade jurídica do cidadão e apenas tenta esconder a enorme desigualdade presente na sociedade civil em função da propriedade privada dos meios de produção.

Afora a condição insubstituível de que o socialismo requer a superação da sociedade de classes e, portanto, do fim da propriedade privada, o marxismo não desenvolveu uma concepção de Estado socialista, no sentido de teorizar sobre novas instituições e sobre como seriam as relações políticas na nova sociedade.

Foram experiências concretas como a vivida pela Comuna de Paris (1871) e depois pela Revolução Russa (1917) que permitiram sistematizações teóricas e propostas que retomaram o problema da representação política, da delegação de poder.

A curtíssima vida da Comuna, sufocada após pouco mais de dois meses, não permitiu às classes populares que a impulsionaram desenvolver um novo tipo de Estado. Mas aí procuraram, ao menos, constituir novas relações políticas onde predominavam critérios para diminuir delegações de poder, ampliar a revogabilidade dos mandatos, desconstituir as forças armadas, substituindo-as por cidadãos armados e diminuir diferenças de remuneração entre os servidores públicos, visando não criar privilégios e favorecer burocracias.

A vitória da Revolução Russa inaugurou uma nova etapa na história da humanidade; ela propunha-se a constituir as relações políticas de um novo Estado, cuja grande pretensão e objetivo era, também, auto-extinguir-se junto com o fim da sociedade de classes.

O governo baseado em conselhos (soviets) – que retomava o velho tema da *delegação de poder* – propunha-se a superar a mera igualdade jurídica e a distância do poder político da maioria da população. Através dos conselhos (soviets) almejava-se fundirem numa só pessoa o *produtor* e o *legislador*.

A experiência soviética não sobreviveu a guerra civil e ao processo de autoritarismo e burocratização que prevaleceu na luta interna na União Soviética. O partido único e a identificação deste com o Estado centralizador e todo poderoso afastou a possibilidade do fortalecimento da auto-gestão, da auto-organização e do controle democrático de um Estado planejador apenas “das coisas” e não um instrumento de dominação de classe, “das gentes”.

O “socialismo real” do leste europeu e da China e seus seguidores menores sufocaram este debate no campo da esquerda ao longo do século e o longo domínio das experiências social-democratas ou de democracias burguesas liberais consolidou a democracia representativa como ápice do avanço político da humanidade.

O brilho foi ofuscado, certamente, pelo rosário de ditaduras militares e de autoritarismo populista que se sucederam na América, África e Ásia. Mesmo a Europa não escapou incólume, confirmando que o século XX ainda não seria

o século da civilização.

Nas últimas décadas, o fim da “guerra fria”, o colapso das experiências do leste europeu e a falência da “doutrina da segurança nacional” na América Latina, consolidaram a democracia representativa em um grande número de países. Nos casos em que substituíram ditaduras, elas constituíram importantes nas conquistas políticas dessas sociedades.

A CRISE DE LEGITIMIDADE DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO

É, inegável, entretanto, que na maioria dos países de democracia liberal, o sistema de representação vive um processo de crise de legitimidade, que se expressa na abstenção eleitoral, na apatia e não participação político-social e nos baixos índices de filiação partidária.

As causas variam entre os diferentes países mas se pode afirmar que as principais residem:

- no processo de burocratização e no caráter autoritário das administrações e parlamentares;
- na falta de controle dos eleitores e/ou do partido sobre os eleitos;
- nos sistemas eleitorais que distorcem a representação, fraudando a vontade popular, através dos mecanismos distritais e/ou barreiras e obstáculos para partidos pequenos;
- na falta de coerência entre o projeto e o programa eleitoral e a prática dos eleitos;
- nas trocas partidárias sem perda de mandato, onde o Brasil deve ser recordista mundial, resguardados pela lei;



- na incapacidade desses sistemas garantirem a reprodução do capitalismo com legitimidade frente a evidência de ser reprodutor da desigualdade e da exploração sociais.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Neste quadro é que nossa experiência de onze anos de democracia participativa, em Porto Alegre, adquire sentido e importância. Sem desconhecer os limites das experiências locais e de que nossa prática precisa estar inserida num projeto maior, que pense o país dentro de uma nova concepção de mundo, não cabe cruzar os braços e esperar que to-

dos os problemas teóricos e estratégicos estejam resolvidos para podermos atuar. Afinal, como diz Eduardo Galeano, a utopia, mesmo quando parece afastar-se tem como função nos obrigar a caminhar para alcançá-la.

Nesta última década, construímos, governo e movimento popular, uma rica experiência participativa. Ela tem seu centro no Orçamento público, o elemento mais importante, mas não o único, em uma gestão municipal. Certamente, o grau de compreensão e consciência é diferenciado entre os participantes, mas quem vive essa prática dificilmente não adquire outra visão do Estado, de seu funcionamento e do seu caráter. O que importa, porém, do nosso ponto de vista é que na prática desenvolvida ressaltam experiências que compõem, ou tem a potencialidade de compor, um projeto maior que venha retomar o velho dilema de como construir e garantir uma democracia conscientizadora e transformadora de si mesma.

Não pretendo retomar a dinâmica e os mecanismos de funcionamento dessa experiência. Nosso objetivo, neste momento, é tentar refazer o elo de uma experiência concreta com esse debate teórico anterior sobre a democracia representativa e participativa.

UM MÉTODO DE ATUAÇÃO POLÍTICA

Para nós, essa questão é essencialmente programática, constituindo-se numa reflexão e numa prática do campo político democrático-popular, que as for-

nossa experiência podem ser resumidas em alguns aspectos suscetíveis de serem de referência e de método, independente do conhecimento insubstituível de cada realidade, para outras experiências.

A primeira delas é a *participação popular*, direta ou indiretamente, como no caso de Porto Alegre onde a participação direta no Orçamento Participativo, *regional* e *temática*, não é contraditória com uma rede de conselhos municipais formados por representantes de entidades e associações que também influenciam, fortemente, nas políticas públicas.

A segunda característica é a *prática direta*, a ação insubstituível dos cidadãos nas reuniões, discussões e momentos de conhecimento dos dados, para que as pessoas se apropriem dos elementos necessários para decidir, formem comissões de controle, de fiscalização e tenham o espaço para a cobrança e a crítica. Quanto mais isto for feito diretamente, sem transferir para outros, sejam eles líderes comunitários, sindicais ou vereadores, maior e mais rápido será o avanço da consciência democrática.

A terceira característica da nossa experiência é a *auto-organização*, expressa na auto-regulamentação construída e decidida pelos próprios participantes num saudável exercício de soberania popular que não fique sempre a mercê de leis e decretos decididos por outros. A experiência da auto-regulamentação foi riquíssima, incorporando critérios que vinham da própria prática desenvolvida, como por exemplo, conselheiros com delegação imperativa e substituição ou revogação dos mandatos quando conselheiros ou suplentes abandonam ou não cumprem as funções assumidas.

Desta forma, a experiência e o debate entre os participantes levou-os a estabelecer também que funcionários da administração com cargos de confiança do governo não poderiam ser conselheiros a não ser que renunciassem a esta situação.

O regulamento incorporou, igualmente, critérios de proporcionalidade quando a comunidade não encontra consenso e a disputa envolve vários candidatos a condição de conselheiro, bem como o espírito de solidariedade na hora de definir variáveis (população, carência de equipamentos públicos) para hierarquizar obras e serviços.

Ao concluir, quero reafirmar que a nossa experiência não é uma receita ou um modelo de exportação, mas uma prática que se soma a outras e com as quais queremos dialogar e aprender na busca de novos caminhos para nossas comunidades.

Nossa convicção funda-se no processo histórico que nos ensina que não há verdades eternas e absolutas nas relações entre a sociedade e o Estado. Estas se fazem e se refazem pelo protagonismo dos seres sociais. A busca de uma democracia substantiva, participante, regida por princípios éticos de liberdade e igualdade social continua sendo nosso horizonte histórico e nossa utopia para a humanidade.

RAUL PONT É PREFEITO DE PORTO ALEGRE. TEXTO DA PALESTRA NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA (PORTO ALEGRE, 11/11/1999). OS INTERTÍTULOS SÃO DA REDAÇÃO.

A PAISAGEM DO CONTINENTE, MOLDADA POR ANOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL, PASSA POR UMA SITUAÇÃO DE FORTE INSTABILIDADE.

ERNESTO HERRERA

Uma análise da situação política da América Latina nos obriga a colocar em pauta uma questão: as mudanças em curso indicam a emergência de um novo período de recomposição das relações de forças socio-políticas? Diversos fatores de ordem política, econômica, social e militar, criam um quadro de afirmação de uma crise de governabilidade. De qualquer forma, está claro que a paisagem socio-política moldada por anos de ofensiva neoliberal está, no mínimo, em uma situação de instabilidade. Em mais de um país a desordem está na ordem do dia.

Esse quadro acontece no exato momento em que os EUA, após a guerra na ex-Iugoslávia, reafirma seu papel de "nação indispensável" e de polícia do mundo. Mas a instabilidade política e social na América Latina se desenvolve em uma região onde, diferente de outras partes do mundo, estão ausentes os "alicerces geopolíticos" (na expressão de Zbigniew K. Brzezinski) que servem de garantia à dominação econômica, política e militar dos "jogadores estratégicos". Região, além disso, onde não existem instrumentos (como a OTAN, por exemplo) que permitam uma intervenção imperialista disfarçada de multilateralismo humanitário.

CRISE DE DIREÇÃO POLÍTICA BURGUESA

Os fatores de crise mais visíveis são a situação na Colômbia, Venezuela e Equador, que se desenvolvem em um ano marcado por uma série de acontecimentos potencialmente desestabilizadores e que poderíamos resumir nas seguintes questões:

- a retirada (parcial) dos EUA do Canal de Panamá, e a necessidade de contar com plataformas seguras de controle e intervenção militar;
- a realização da Cúpula Ibero-americana em La Habana e o ingresso de Cuba à ALADI (Associação Latino-americana de Integração);
- a crise no Mercosul e as tensas negociações econômicas regionais que têm como tema de fundo a proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), os acordos Mercosul/União Européia e, fundamentalmente, o início da "Rodada do Milênio" na OMC, onde na verdade os países do Terceiro Mundo irão renegociar os termos de sua dependência;
- a realização de eleições nacionais na Argentina (com a derrota do menemismo), no Uruguai (com a possível vitória do Frente Amplo no segundo turno, após vencer o primeiro) e Chile. O panorama político pode se modificar nos três países com efeitos políticos sobre o Cone Sul.

Mas o estopim da atual fase de ingovernabilidade política e social na América Latina e desta particular crise de direção política burguesa são os brutais

A "ORDEM" NEOLIBERAL

efeitos da crise econômica capitalista internacional e o crescimento de uma resistência social de massas, cada vez mais ampla e radical, que transcende as fronteiras das estratégias políticas e das propostas programáticas das organizações de esquerda latino-americana.

Funcionários e generais dos EUA percorrem o continente. Sua preocupação tem fundamento: o "quintal" está agitado e se deve evitar, por todos os meios, que essa crise de direção política burguesa se traduza em uma crise de dominação de classe. Por isso, quaisquer alterações da "ordem liberal" – mesmo que seja pela via de moderadas propos-

amplas e radicais, ainda que sua forma de expressão seja diferente do caso colombiano.

Na Venezuela assiste-se ao desmonte da antiga estrutura partidária tradicional e ao nascimento de um novo regime político-institucional que atrai um entusiasmado e massivo apoio popular. O governo de Chavez aparece como um populismo nacionalista de dupla face: por um lado, desfaz o estado clientelista dos partidos burgueses, modificando as relações com os EUA; por outro, aplica um plano econômico de austeridade que garante os fluxos de capitais estrangeiros nos setores estratégicos da economia

democrática", as lutas dos índios mapuches e de diversos sindicatos convergem com as reivindicações das organizações de direitos humanos que se levantam contra a impunidade e exigem o julgamento de Pinochet. E outras lutas têm se desenvolvido também, com maior ou menor intensidade e radicalidade, em outros tantos países: Argentina, Bolívia, Panamá, Nicarágua, Paraguai, Porto Rico, Uruguai etc.

A essas lutas incorporam-se uma multiplicidade de sujeitos sociais que mantêm suas diferenças. Não prevalece a identidade de classe definida como em décadas anteriores, mas continua sendo o sujeito "trabalhador" (urbano ou rural) o eixo articulador da resistência. No entanto, como resultado das contra-reformas neoliberais, a resistência também inclui, como não se via em tempos anteriores, os setores da pequena empresa, comerciantes, setores de classe média e pequenos agricultores que foram à falência com a mundialização.

Em resumo: o questionamento da "governabilidade" em muitos países da América Latina acontece em um cenário de transição política e crise econômica. Os dois elementos convergem no tempo, ainda quando é o segundo fator que exerce a pressão maior.

PANO DE FUNDO DA CRISE ECONÔMICA

A América Latina não atravessava uma conjuntura tão crítica desde a crise da dívida externa em 1982. A coincidência de recessões em todos os países da região – exceto México – somada à extrema vulnerabilidade do setor externo, coloca à maioria dos países em uma situação com poucos antecedentes. A região ficou exposta, com as reservas em um nível baixo e prognósticos de recessão prolongada. Sua participação no intercâmbio comercial mundial continua se deteriorando: era mais de 10% em 1950 e é hoje menos de 5%.

Antes da crise brasileira, a CEPAL estimava que para o conjunto da América Latina o crescimento do PIB seria de pouco mais de 1%. A crise do Plano Real agravou as perspectivas da região em 1999. O Banco Mundial, em projeções de abril, indicava que América Latina entraria em recessão durante o ano com uma queda do produto de 0,8%. Em maio, um informe da ALADI era mais sombrio ainda, com projeções do PIB da região apontando para uma redução de 1,6%.

Os esforços da América Latina para se diferenciar no meio da crise capitalista internacional – global – têm sido totalmente em vão. Todo o processo de transição, qualificado de "modernização", tem estado conectado – e subordinado ao "aparelho de respiração artificial" dos capitais externos. O que tem aumentado os desequilíbrios da balança de pagamentos.

A explosão asiática, no segundo semestre de 1997, veio se agregar um fator a mais de dramaticidade à crise econômica. Contra os prognósticos dos gurus econômicos a crise não se limitou à esfera financeira e afetou fortemente o nível de atividade da economia real. O Chile recebeu o impacto direto por ser o país latino-americano que tinha conseguido maior penetração no mercado asiático.



tas programáticas antineoliberais ou "neoliberais de baixa intensidade", e de mudanças via eleições – aparecem como intoleráveis para as elites governantes e representam sinais de incerteza para os organismos financeiros internacionais.

RESISTÊNCIA SOCIAL, AMPLA E RADICAL

A América Latina tem manifestado, historicamente, um alto grau de homogeneidade no surgimento de demandas e lutas populares. Essa idéia parece se confirmar novamente. Assistimos hoje uma poderosa onda de explosões sociais, greves, ocupações de terra, marchas de protesto, enfrentamentos violentos e mobilizações sob o signo da resistência e da radicalidade pelos quatro cantos da América Latina.

A situação pré-revolucionária que atravessa Colômbia – onde o Estado entrou em colapso colocado em xeque pela potência do movimento guerrilheiro, as lutas sindicais e camponesas, os paramilitares, o narcotráfico e a pior crise econômica das últimas décadas –, concentra a atenção da mídia que assim deixa de registrar outros processos de confrontação, de luta de classes não menos

EM PLENO CAOS

A crise russa, em agosto de 1998, jogou mais lenha à fogueira. Ficou evidente o agravamento da crise e seus efeitos sobre a América Latina em relação ao crescimento econômico, o fluxo de capitais e, em certa medida, sobre a dinâmica dos processos de integração. No curso de 1998 todos os países da região já estavam sofrendo os efeitos da depressão do comércio mundial.

Para finais de 1998, os preços dos produtos básicos exportados pela América Latina (excluído o petróleo) tinham sofrido uma queda de 13%. A economia latino-americana voltou a perceber sua dependência da exportação dos produtos primários – que tinha se acentuado desde que a abertura provocou a “especialização” nesses itens, contrariamente ao processo de industrialização próprio do período de substituição de importações do pós-guerra. Esse quadro confirma a tese do economista peruano Ugarteche, de que a América Latina está voltando a um processo de “re-primarização” de sua produção e de suas exportações.

Todo o processo de “transformação pela abertura”, de liberalização descontrolada das economias da região nos anos 90, teve como base de financiamento o capital estrangeiro. Mas os empréstimos e as aplicações financeiras prevaleceram sobre o investimento estrangeiro direto (IED) que, por sua vez, não é a panacéia que propalam os governos como o “fator indispensável para o desenvolvimento”. Ao contrário, os números da relação investimento estrangeiro/crescimento evidenciam a magnitude do mito.

Os dados da CEPAL mostram que com um ingresso de capitais que esteve próximo aos US\$ 76 bilhões entre os anos 80 e 90, os países latino-americanos cresceram em média 50% menos que na década de 70, quando o investimento foi 13 vezes menor. O problema, de acordo com a CEPAL, é que 2/3 dos IED na região destinaram-se à “compra de ativos que já existiam e não à criação de novas unidades de produção”. A situação se viu agravada porque “houve uma concentração de investimentos no setor de serviços que não gera divisas internacionais. Os IED tem levado a uma internacionalização das economias nacionais, o que já se percebe no balanço das vendas: entre 1994 e 1997 a participação das empresas estrangeiras nas vendas cresceu de 29% para 33% do total.

Mas o maior problema é que os países latino-americanos utilizaram grande parte dos recursos dos IED (nas privatizações) para tentar equilibrar o déficit de sua balança de pagamentos. Os governos classificaram esses recursos de investimentos, quando, na verdade, eram transferências de propriedade pública para o setor privado. Agora começa a se esgotar o processo privatizador (das grandes empresas públicas) e, em consequência, aumenta o perigo de uma redução do investimento externo.

De fato, venderam para pagar a dívida externa, como demonstra o paradigmático caso da Argentina, onde ingressaram por privatizações, entre 1989 e 1999, US\$ 39,6 bilhões, dos quais 57% foram usados para cobrir a dívida externa.

Essa dependência do capital estrangeiro resultou em um aumento da dívida externa e, em consequência, dos ju-



ILUSTRAÇÃO: DEVICENTE HIRIONANCA

ros a pagar a cada ano. O montante da dívida externa latino-americana passou de US\$ 478 bilhões em 1981 para US\$ 731 bilhões em 1998. E ainda que o ritmo de endividamento pareça diminuir, é suficiente para obrigar muitos países a liquidar suas empresas públicas que passaram a serem controladas por um restrito círculo de grupos financeiros ocidentais. Quando a crise capitalista ameaçou fechar a torneira, ao mesmo tempo que aumentavam as necessidades de financiamento, a região entrou em curto-circuito.

O atual impasse do “modelo neoliberal” confirma que a consequência imediata do receituário dos organismos financeiros internacionais – aumentar as taxas de juros para evitar a fuga de capitais e restringir ainda mais o gasto público – produz um aprofundamento da recessão, ainda que se restabeleça a “confiança dos mercados”. América Latina, além disso, é candidata a alvo dos próximos ataques especulativos. E os organismos financeiros internacionais têm demonstrado que são um grande fracasso para enfrentar as crises sistêmicas.

UMA “NOVA” RECEITA PARA OS POBRES

Nesse contexto, os governos da burguesia – em um marco de perda de qualquer traço de identidade e soberania nacional – apresentam-se com mãos e pés amarrados, ainda que seja arriscado afirmar que não surgirão tentativas de saídas “heterodoxas”, que procurem colocar em novos termos o consenso regional sobre política econômica. Podem acontecer reações dispersas, pontuais, como de alguma forma acabou acontecendo no Equador com o problema da dívida externa ou, tentativas como a de Chavez de renegociar os termos da dependência. Mas a verdade é que o espaço para manobras é muito menor do que em décadas anteriores.

As estatísticas não deixam lugar a

dúvidas: mais de 150 milhões de latino-americanos (33% do total) têm uma renda inferior a dois dólares por dia. 85% dos novos postos de trabalho foram criados na economia informal, na qual os rendimentos vêm diminuindo 1% ao ano, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Frente a esse aterrorizante panorama social chega uma “nova receita”. O cerne da proposta dos organismos multilaterais é que o estado recupere parte de sua atuação que foi abandonando no marco da ofensiva liberal. Os governos deveriam investir mais em educação e tecnologia, programas de assistência social focalizados nos setores mais pobres da população, não privatizar os “monopólios estatais” antes de instaurar uma adequada regulação que “garanta a concorrência” etc. A proposta apresentada por Joseph Stiglitz, vice-presidente e economista chefe do Banco Mundial, vem acompanhada do diagnóstico: “a primeira geração de reformas tem melhorados as condições, mas muitos países não atingiram níveis de crescimento pré-crise [da dívida externa na década de 80] e a pobreza não diminuiu como esperávamos”.

Mas o balanço que fazem os organismos multilaterais do processo de desnacionalização na América Latina é globalmente positivo, por isso propõem uma “segunda geração de reformas”, ou seja, mais e pior do mesmo.

POR OUTRO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

No horizonte próximo está colocada uma nova ofensiva contra a soberania nacional e os trabalhadores. Um receituário que torne os mercados latino-americanos novamente atrativos e traga uma segunda onda de fluxo de capitais estrangeiros. Privatizadas as grandes empresas estatais, agora é a hora do “mercado de serviços” (federais, estaduais e municipais). Os mecanismos de transferência de riquezas dos trabalhadores de

América Latina para o capital financeiro dos países imperialistas são brutais.

Nesse quadro tem que se evitar qualquer ilusão com o conteúdo econômico e social dos “novos” programas popularizados por “Stiglitz”. Por isso, é urgente que as mobilizações populares sejam acompanhadas de uma reflexão e um debate em escala continental sobre quais programas alternativos devem ser defendidos.

Trata-se de incorporar e generalizar o que as diversas lutas têm levantado: oposição aos planos de “ajuste estrutural” e de subordinação ao imperialismo e ao FMI, Banco Mundial e BID; contestação da dívida externa; as demandas em relação aos sistemas de saúde, educação e moradia; geração de empregos e uma batalha contra a retirada de direitos trabalhistas; defesa dos direitos das pessoas, em conjunto com os direitos sociais, democráticos e políticos, o que significa discutir a relação mercado/democracia; luta contra a impunidade dos aparelhos de repressão policiais, militares e paramilitares; redefinição do papel do Estado para enfrentar a abertura das economias.

O conjunto dessas questões que compõem as diversas propostas programáticas da esquerda latino-americana, colocam a necessidade de relançar um verdadeiro debate sobre os temas do crescimento, do modelo de desenvolvimento no contexto da mundialização do capital e de projetos de sociedade alternativos. É o momento em que as plataformas políticas da esquerda podem incorporar uma crítica aos processos de integração econômica regionais, da necessidade de proteger as economias nacionais, de uma “desconexão relativa” (em relação ao mercado internacional) e de uma dinâmica de ruptura com o atual modelo acumulação de capital em escala mundial.

ERNESTO HERRERA É DIRIGENTE DO PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (PST) DO URUGUAI E DO SECRETARIADO UNIFICADO DA QUARTA INTERNACIONAL.

FERNANDO DE LA RUA, PRESIDENTE ELEITO DA UNIÃO CÍVICA RADICAL, CONSEGUIU CAPITALIZAR O DESGASTE DO GOVERNO MENEM, MAS NÃO APONTA PARA NENHUMA MUDANÇA DO MODELO VIGENTE NO PAÍS.

PEDRO BRIEGER

As eleições de 24 de outubro na Argentina foram marcadas pela apatia, falta de debate de propostas concretas entre os candidatos e pouca credibilidade dos políticos. Quinze anos depois do retorno da democracia e de dez anos de menemismo, a sociedade civil argentina está desarticulada e desmobilizada.

O tema da corrupção foi muito importante na campanha eleitoral e grande parte da votação em De la Rúa reflete uma população cansada com o estilo de governo que faz lembrar o mais grotesco das "repúblicas bananeiras": frívolo, soberbo, de ostentação da riqueza e do poder. Vários dos colaboradores mais próximos de Menem estão envolvidos em escândalos e casos de corrupção. Um ex-ministro do Interior disse certa vez que "roubava para a coroa" (ou seja, para o esquema do presidente Menem); armas argentinas chegaram a Croácia e Equador quando estava vigente um embargo decretado pela ONU (dois ministros estão sendo processados nesse caso).

DEZ ANOS DE MENEMISMO

Os dez anos de presidência de Carlos Menem deixaram um país "modelo" para os organismos internacionais que podem mostrar de que maneira é possível implementar políticas neoliberais por "consenso", quase sem oposição. É um modelo porque conseguiu convencer à população de uma forma muito simplista que todo o privado é "bom" e todo o estatal é "ruim", e que os políticos estragam aquilo que os "técnicos" querem implementar. Depois de dez anos de menemismo não ficou quase nada sem privatizar.

Se os anos oitenta foram a "década perdida", os noventa serão a "década do mito neoliberal". É verdade que o PIB argentino cresceu 50% nos últimos dez anos, que não há hiperinflação e que al-



ENTRE A APATIA E A MUDANÇA

guns serviços privatizados – como o de telecomunicações – funcionam melhor. Mas a dívida externa, que em 1991 era de US\$ 61 bilhões, ascende hoje a US\$ 139 bilhões. A renda por habitante está hoje cerca dos US\$ 8.300, mas uma análise mais detalhada mostra que 80% da população está abaixo desse nível. A quinta parte da população (7 milhões de argentinos) vive com 64 dólares por mês, isto é, pouco mais de 2 dólares por dia. O abismo entre ricos e pobres cresceu.

Na Argentina conseguiu se criar nos

últimos anos um consenso muito amplo de que este modelo econômico não deve ser alterado. O fantasma de hiperinflação de 1989, ainda está presente.

Por essa razão, os candidatos dos partidos majoritários garantiram que não haveria retorno ao passado "estatista" ou "populista", nem qualquer proposta alternativa que afugentasse os investimentos estrangeiros.

O presidente eleito, Fernando De la Rúa, provem do setor mais conservador da União Cívica Radical (UCR), o partido

mais antigo do país, cuja base social esteve sempre nas classes médias. Se é verdade que a UCR fez uma coligação (a "Aliança") com setores de centro-esquerda, o novo governo é hegemônico pela UCR.

A Aliança foi resultado da debilidade da UCR, depois que ficou em terceiro lugar, atrás da Frente País Solidário (FREPASO), nas eleições presidenciais de 1995. Nesse ano, a divisão UCR e FREPASO permitiu que Menem ganhasse as eleições. Mas a UCR, um partido com longa tradição histórica, "ressurgiu das cinzas" e acabou absorvendo os restos do FREPASO que em 1995, apoiado por quase toda a esquerda, representou um vento novo na política argentina até que várias divisões provocaram sua atomização.

O tronco principal do FREPASO – liderado pelo vice-presidente eleito Carlos "Chacho" Álvarez e Graciela Meijide, candidata derrotada ao governo da província de Buenos Aires – acabou diluindo-se na aliança com a UCR e se adaptando ao discurso "realista", pouco se diferenciando do que propõe De la Rúa. Hoje quase ninguém discute os alicerces do modelo neoliberal, apenas seus efeitos "colaterais" como a exclusão social e a corrupção.

De la Rúa recebe um país empobrecido, com um desemprego crescente e que voltou a ser exportador de matérias primas (cujo valor está caindo no mercado mundial).

E AGORA?

O 48% dos votos que obteve De la Rúa representa um respaldo importante a nível nacional ainda que não tenha maioria no Congresso (seja em Deputados ou Senadores). Em contraposição, a mais importante província do país, Buenos Aires, será governada pelo peronismo. É um cenário de "cohabitação" que começa a se desenhar.

Mas é impossível prognosticar como irá a reagir o peronismo frente a sua derrota eleitoral. Já não é mais o peronismo de massas dos anos 50 ou o peronismo radicalizado dos anos 70. O menemismo conseguiu o que nem a ditadura militar tinha conseguido: desarticular sua base social, destruindo o poder dos sindicatos, que fizeram 13 greves gerais contra Alfonsín.

O novo governo terá margem para "governar", se conseguir negociar com o peronismo que fez da província de Buenos Aires uma trincheira, um "governo paralelo". Apesar da crise econômica e social, não há ainda no horizonte uma "ameaça", por agora, de explosão social.

PEDRO BRIEGER É SOCIOLOGO E ANALISTA DE POLÍTICA INTERNACIONAL.



PORTUGAL ELEGE DEPUTADOS DA ESQUERDA RADICAL

Nas eleições ao Parlamento português de 10 de outubro passado, o Bloco de Esquerda obteve 2,5% dos votos e terá direito a dois deputados. O Bloco foi conformado pelo Partido Socialista Revolucionário (PSR, seção da IVª Internacional), a UDP (ex-maoístas) e setores independentes. O resultado representa um expressivo aumento no número de votos da esquerda radical portuguesa (130 mil votos), em relação à votação obtida nas eleições de junho passado para o Parlamento Europeu (60 mil votos). O perfil da voto se manteve inalterado, veio majorita-

riamente dos jovens e das cidades.

Francisco (Chico) Louçã do PSR e Luís Fazenda da UDP foram os eleitos pela região de Lisboa, onde o Bloco teve seu melhor resultado (4,9%).

Chico Louçã é dirigente do PSR e diretor de sua revista *Combate* (uma versão eletrônica dela pode ser lida em: <http://www.teravista.pt/ilha/loMel/1917/>). Economista marxista especializado em econometria, publicou recentemente o livro *Turbulência na economia* (Ed. Afrontamento).

Fazenda é o principal dirigente da UDP e

já tem experiência como deputado – sua organização teve uma vaga na lista do Partido Comunista Português (PCP) em 1991. Também foi ele um dos mais entusiastas defensores da idéia de constituir uma lista unificada da esquerda radical em inícios de 1999.

Ao fazer uma primeira avaliação da eleição, Chico comentou à imprensa que "há uma esquerda nova que está no parlamento, que está no país". Para ele, nasceu "uma força determinante", "um sinal de esperança", "uma esquerda que na segunda-feira estará nas empresas a lutar, nas ruas, nas escolas".

Comemorou ainda que o Partido Socialista (PS, atualmente governo) não tenha conseguido maioria absoluta, afirmando que foram os próprios socialistas que mostraram um "cartão vermelho" às pretensões "absolutistas" do primeiro ministro Guterres (PS).

Para ele outro fato a comemorar foi a "derrota estrondosa daquela direita que reclamou vitória no referendo do aborto" (o Partido Social-Democrata e o Partido Popular). O Bloco tem, entre suas prioridades para a atuação parlamentar, recolocar a questão do aborto em pauta.

A frente liderada pelo PCP também teve, por sua parte, um avanço subindo de 15 para 17 deputados. Contabilizando os resultados da esquerda radical e da esquerda tradicional, o sociólogo Manuel Villaverde Cabral sintetizou: "o PS ganhou alguns votos à sua direita, mas perdeu muitos para a esquerda". De fato, foi nos principais centros urbanos do país – com destaque para Lisboa onde o Bloco elegeu seus dois deputados – onde o PS perdeu mais votos.

Da redação

POLÍTICAS DE GÊNERO NO GOVERNO GAÚCHO

COMO SE DEU A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER DO GOVERNO DEMOCRÁTICO-POPULAR?

A necessidade de estruturas para articular a política de gênero dentro dos governos vem sendo referendada pelo Partido dos Trabalhadores desde 1992, com a experiência da Prefeitura de São Paulo e, posteriormente, com a incorporação de propostas nos programas de governo da Frente Popular. No RS esta discussão começou na elaboração de nosso programa de governo e se consolidou na vitória eleitoral. Já na transição promovemos um amplo debate junto aos outros partidos que compõem a Frente Popular e Trabalhista, bem como junto ao movimento de mulheres. Esse processo resultou na composição da Coordenadoria, ligada diretamente ao Gabinete do Governador, com uma representante de cada partido das duas Frentes e cinco companheiras petistas, onde se combinou o critério de diferentes áreas de atuação: saúde, movimento popular, trabalhadoras rurais, movimento de mulheres negras, área jurídica, movimento ecológico, educação e juventude.

QUAL O PAPEL DA COORDENADORIA DA MULHER DENTRO DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO POPULAR?

A Coordenadoria tem a função de articular, propor, estimular e coordenar políticas públicas de gênero em todas as áreas de atuação do governo. Um de nossos grandes desafios é trabalhar na mudança da cultura e da própria estrutura da Administração Pública, que tem se revelado um espaço de reprodução da discriminação contra a mulher. Também faz parte da nossa tarefa a relação com o movimento de mulheres, traduzindo as demandas e necessidades das mulheres para as ações de governo. Podemos dizer que a Coordenadoria da Mulher é um instrumento fundamental num governo que se propõe a enfrentar as desigualdades e inverter prioridades.

ESSE PAPEL É COMPREENDIDO PELOS DEMAIS SETORES DO GOVERNO?

Ainda enfrentamos uma série de resistências já que a lógica machista está impregnada nas práticas de homens e mulheres. A própria estrutura fragmentada impede uma visão mais articulada na implementação das políticas públicas. Mesmo com essas dificuldades já avançamos em uma série de iniciativas, onde destacamos a preparação da Conferência Estadual da Habitação e a criação do Fórum de Gênero Intersecretarias.

COMO ESTÁ SENDO NA PRÁTICA A ATUAÇÃO DA COORDENADORIA?

Apesar de ser o primeiro ano de trabalho, várias iniciativas políticas estão sendo implementadas, garantindo visibilidade às problemáticas enfrentadas pelas mulheres e, concomitantemente, comprovando que as soluções são possíveis, com o devido comprometimento do poder público. Um exemplo é o Projeto de Documentação e Valorização da Mulher Trabalhadora Rural, que busca o reconhecimento da profissão da trabalhadora rural, através da conscientização de

seus direitos e aquisição de seus documentos. Até o final deste ano o projeto atingirá em torno de sete mil trabalhadoras. Outra experiência é o Programa Estadual de Assistência à Anemia Falciforme, que estamos lançando em dezembro, com o objetivo de beneficiar a população negra do estado. A reestruturação do Conselho Estadual da Mulher significou um processo de democratização da composição deste conselho, suscitando novas organizações de mulheres em todo o RS. Uma ação importante é a discussão de uma política de gênero dentro do Sistema Público de Emprego, onde já iniciamos um processo de capacitação da(o)s servidor(a)s que trabalham nos postos de atendimento. A Coordenadoria atuou, também, junto a Academia de Polícia Civil, ministrando 40 períodos/aula na disciplina de Direitos Humanos, que envolveu 150 delegados(as) na discussão

sobre as questões de gênero. Mesmo com uma estrutura enxuta, conseguimos espraizar o trabalho da coordenadoria para o interior do Estado, percorrendo mais de cem municípios com palestras, discussões, organização dos Conselhos Municipais, oficinas, seminários, etc. Por último, não poderia deixar de mencionar o Projeto de Casa de Apoio e Abrigo para Mulheres e Crianças Vítimas de Violência, que prevê a criação de quatro casas no estado, nas cidades com maiores índices de violência.

QUAL A DISCUSSÃO DA COORDENADORIA SOBRE OS 500 ANOS?

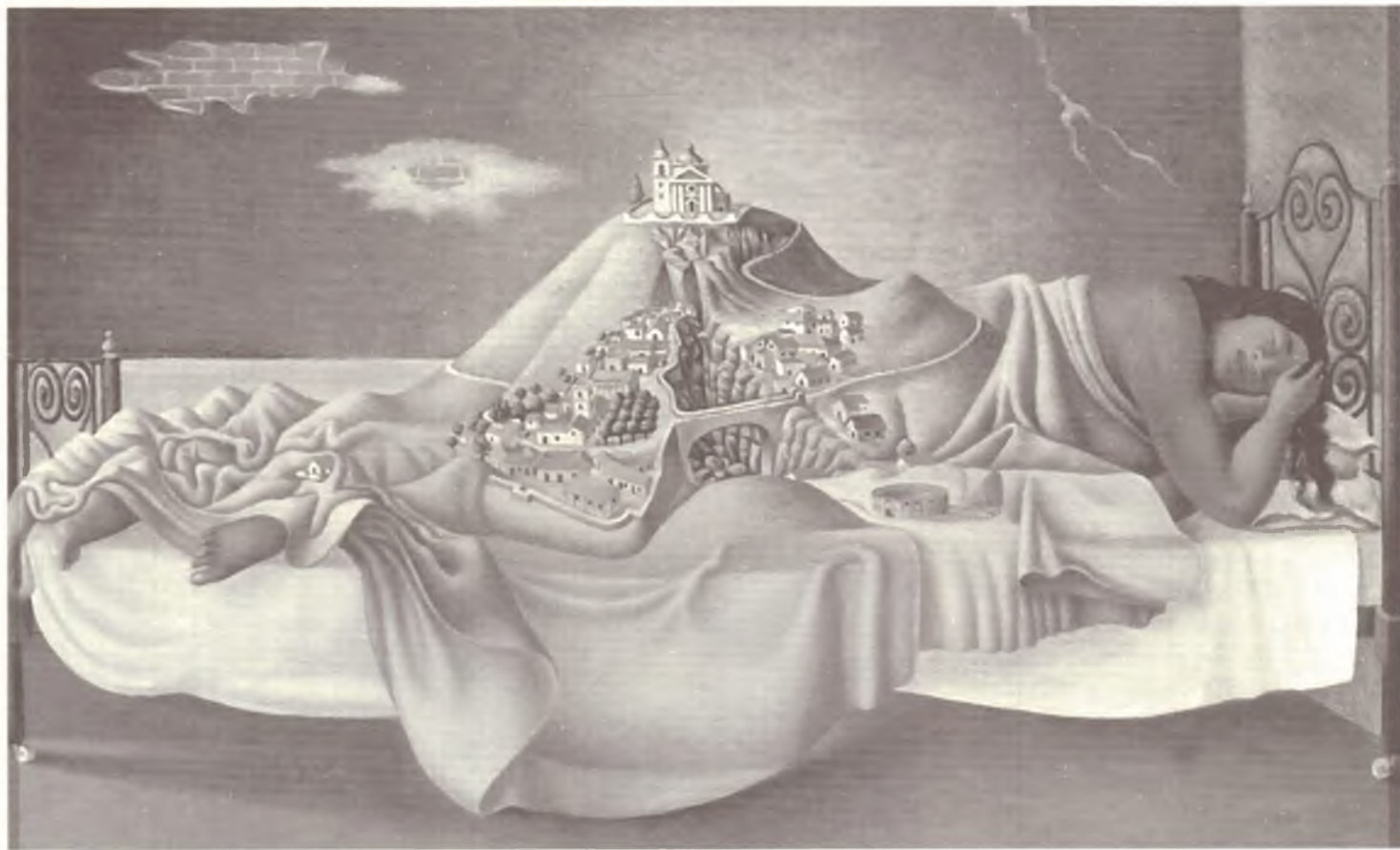
A Coordenadoria integra uma comissão do governo que está organizando a programação "Aqui são outros 500", compreendendo que este projeto traz à tona os atores – e as atrizes – sociais que foram excluídos(as) da história oficial e

A COORDENADORIA DA MULHER PROPÕE, ESTIMULA E COORDENA POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO EM VÁRIAS ÁREAS.

ENTREVISTA COM VÂNIA MACHADO

que tiveram um papel fundamental de resistência ao modelo dominante. Juntamente com a população negra e indígena, as mulheres foram protagonistas de mudanças fundamentais nos últimos séculos como, por exemplo, a revolução sexual. Esta programação contempla o lançamento da I Conferência Estadual da Mulher, em março, que envolve pré-conferências regionais e debates temáticos.

VÂNIA MACHADO DIRIGE A COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. ENTREVISTADA POR ELIANE SILVEIRA.



MARCHA MUNDIAL DE MULHERES NO BRASIL

A Marcha Mundial de Mulheres é uma ação do movimento de mulheres de diferentes partes do mundo na luta contra a pobreza e a violência sexista. A Federação de Mulheres do Québec, no Canadá, coordena a Marcha mundialmente. Até hoje já aderiram formalmente a este projeto 2.733 grupos de 140 países. O lançamento da Marcha será no 8 de março de 2000 e seu término no dia 17 de outubro, dia internacional de luta contra a pobreza. No dia 15 de outubro uma delegação de mulheres dos países envolvidos na Marcha fará uma manifestação em frente ao Banco Mundial e ao FMI, em Washington, nos Estados Unidos. No dia 17, entregarão milhares de abaixo assinados de apoio às reivindicações ao secretário geral da ONU, Kofi Annan.

No Brasil a Marcha não pára de receber adesões. Exatamente um ano antes das manifestações internacionais 44 mulheres de 15 estados de todas as regiões do país se reuniram em São Paulo para definir os eixos das reivindicações brasileiras, estratégias de mo-

bilização e a coordenação do processo.

Um dos objetivos definido para a organização da Marcha no Brasil foi retomar com toda a força a ação militante das mulheres na luta pelo fim da pobreza e das desigualdades entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, questionando suas causas estruturais. Para isto pretendemos realizar inúmeras atividades com as mulheres para que possamos nos apropriar dos debates sobre as tendências da economia mundial e brasileira, as estratégias do capitalismo neoliberal e nossas alternativas. Nestas atividades estaremos recolhendo assinaturas de apoio às reivindicações internacionais da Marcha. Nossa meta é recolher 2 milhões de assinaturas entre 8 de março e 10 de outubro de 2000.

Queremos fortalecer o protagonismo das mulheres e dar visibilidade à nossa participação nas lutas do campo democrático popular. Estaremos presentes nas ações do Fórum Nacional de Lutas, no plebiscito da dívida externa e queremos organizar um dia de luta contra o capital financeiro com atos, festas e performances em frentes a Bolsas de Valores e bancos internacionais.

As questões centrais a serem trabalhadas nas reivindicações da Marcha no Brasil são: Reforma Agrária, Reforma Urbana, Educação, Saúde, Trabalho, meio ambiente, questiona-

mento da dívida externa e da subordinação ao FMI, combate à discriminação racial e étnica, luta pela autodeterminação das mulheres, combate à violência sexista, pela livre orientação sexual.

Os movimentos nacionais participantes da Marcha organizarão ações em um calendário de lutas. Nossa tarefa agora é organizar comitês nos estados para mobilizar as mulheres, articular as iniciativas, garantir o fluxo de informações desde Québec até as mulheres nos bairros e regiões mais distantes. Uma pessoa de referência de cada comitê e mais uma representante por movimento nacional formam a coordenação da Marcha no Brasil. Esta coordenação se reunirá duas vezes no ano 2000. A primeira será próximo ao Encontro Feminista, que acontece de 26 a 30 de abril na Paraíba.

Uma secretaria executiva da Marcha foi formada com representantes de entidades nacionais localizadas em São Paulo. Tendo definido como vamos funcionar agora é mãos à obra. O próximo passo é preparar o 8 de março.

Contatos: SOF telefone e fax (11) 870-3876. E-mail: marcha2000@ax.apc.org. Site: http://www.geocities/marcha_2000_br

Miriam Nobre

NÃO HÁ O QUE COMEMORAR

O DEBATE SOBRE O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA É FUNDAMENTAL PARA O PT FORMULAR SEU PRÓPRIO PROJETO SANITÁRIO PARA O PAÍS, ALTERNATIVO AO DO GOVERNO FHC.

TÚLIO BATISTA FRANCO E EMERSON ELIAS MERHY

O debate em torno do Programa de Saúde da Família (PSF) é salutar e, sobretudo, oportuno. Prosseguimos, portanto, a partir das considerações de David Capistrano Filho, publicadas no *Em Tempo* nº 310, em relação ao artigo sobre o tema (*Em Tempo* nº 309), sem contudo usar de adjetivações ao texto.

PSF: UMA VELHA IDÉIA

O PSF não é uma novidade, embora tenha sido apresentado pelo Governo FHC como tal. O programa é primo irmão da "Medicina Comunitária" (EUA, anos 50/60) e dos "Cuidados Primários em Saúde", todos eles, programas que foram implantados com forte conteúdo racionalizador, centrando suas diretrizes em uma lógica administrativo-financeira, mais voltada à redução de custos, do que às necessidades reais da população. No primeiro caso, a Medicina Comunitária tinha o objetivo de expansão do mercado médico à faixa da população que não conseguia comprar a custosa assistência oferecida pelos planos de saúde privados. No segundo caso, atendia à redução da capacidade de financiamento do estado às políticas sociais, no caso à saúde, dado a crise recessiva do capitalismo, dos anos 70/80.

Suas estratégias foram formuladas a partir do campo teórico da Vigilância à Saúde. Estas ações levam a uma maior expansão de cobertura assistencial, centradas na prevenção e promoção à saúde. Contudo, não enfrentam as questões do acesso e da baixa resolutividade dos serviços, pelo fato de que esses problemas têm suas causas desenvolvidas internamente às Unidades de Saúde, onde a assistência se dá por um processo de trabalho estruturado e comandado pelos interesses das corporações dos profissionais da saúde e mercado, em relação aos procedimentos, pela lógica de mercado.

Aqueles programas e sua versão contemporânea, o PSF, rearticulam o ingênuo ideal higienista, de que fazendo prevenção se resolveriam os problemas de assistência à saúde, como se uma boa estratégia curativa fosse dispensável quando um trabalho preventivo eficaz foi realizado. A realidade nos diz que é necessário alterar a forma de trabalho e o perfil assistencial das Unidades de Saúde, inserindo nos serviços diretrizes que humanizem a atenção à saúde e elevem seu potencial resolutivo.

É aí que o PSF mostra sua grande fragilidade: ele não potencializa a rede assistencial pública no atendimento às pessoas nas quais já se instalou o processo mórbido. Mas isto não é sem razão: o objetivo dos seus mentores é deixar ao mercado a assistência de caráter "curativo" — é este o ponto do debate. É como se dissessem: da prevenção cuidamos nós, o sistema público através da Vigilância à Saúde e sua expressão mais notória, o PSF; e da cura, cuidam vocês, as corporações médicas e seus sócios no mercado da saúde. A resultante desta equação, é que nos serviços de saúde públicos, os usuários continuam submetidos a uma carga adicional de sofrimento, pois permanecem as grandes filas de madrugada, as barreiras de acesso, as limitadas "fichas" para atendimento médico, cardápio de serviços restritos e relações em geral conflituosas entre trabalhadores e usuários, tudo isto tirando a credibilidade da assistência prestada na rede pública de saúde.

O PSF REAL

É viável encaminhar propostas de mudança dos serviços de saúde, que organizem uma assistência centrada nos usuários e seus problemas, acolhedora e resolutiva, produto de uma consciência sanitária formada a partir da solidariedade e humanização da assistência. Essa mudança se opera a partir de uma vontade política onde se agrega um determinado arsenal tecnológico e valores pautados nos direitos de cidadania à saúde. Experiências baseadas nestas concepções têm sido encaminhadas em diversas administrações petistas e servem para pensar uma proposta alternativa aos serviços de saúde.

Os PSFs, foram uma das prioridades do governo tucano em Minas Gerais, gestão 1994/98, que semeou o programa em todo estado. Alguns sobrevivem com radicais modificações realizadas no plano local, à proposta original do Ministério da Saúde (MS). Outros, que seguiram o receituário oficial, produziram verdadeiros desastres.

Por exemplo, a contratação de Recursos Humanos conforme propõe o Ministério da Saúde para o PSF, via contratos administrativos e outras formas "terceirizadas", tem feito estragos espetaculares, especialmente na transição de administrações (como em Brumadinho, MG). Continuamos considerando válida e atual a proposta da Xª Conferência Nacional de Saúde de que o provimento de recursos humanos do SUS, inclusive PSF, deve se dar através do velho e democrático concurso público. Há documento do MS indicando formas alternativas de contratação para o PSF e PACS, inclusive via Associações Comunitárias. Isto cria verdadeiras deformações contratuais e reduz as possibilidades de relações mais promissoras entre os trabalhadores e o serviço, como por exemplo, atitudes que significam uma maior responsabilização com o cuidado aos usuários. Terceirizados, os trabalhadores terão sempre uma relação tênue e efêmera com os serviços. Outros desastres têm sido produzidos com o pagamento diferenciado de profissionais do PSF.

Contudo, há mudanças criativas em relação ao Programa que modificam radicalmente a proposta do Ministério. Por exemplo, para responder à demanda espontânea, há experiências que somaram o Acolhimento na Unidade Básica ao PSF no território (como em Santa Luzia, MG). O Acolhimento é uma di-

retriz de comprovada eficácia, que eleva muito o acesso aos serviços. Ora, o Acolhimento não está incluído nas diretrizes do PSF. Já em Luz (município do Centro Oeste mineiro; 17.000 hab.), a população votou por unanimidade, na II Conferência Municipal de Saúde (Dezembro/1998), a substituição do PSF por um modelo de assistência que tinha como diretrizes centrais o Acolhimento e Vínculo de usuários às equipes de referência, na Unidade Básica de Saúde, adotando o "Projeto Luz é Vida".

É fácil observar como os municípios estão penalizados com os altos custos do Programa de Saúde da Família. Programas implantados na rede básica, que conseguem inverter as tecnologias de trabalho atuais, centradas em procedimentos, para aquelas que valorizam as relações produtoras de saúde, têm um custo muito menor e melhores resultados.

O Ministério da Saúde não regulamentou a Norma Operacional Básica/96, naquilo que possibilitava um tratamento mais flexível aos municípios que inovam no modelo assistencial (programas "similares"), porque só lhe interessa mesmo a fórmula PSF-PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde). Por exemplo, o município de Betim (Região Metropolitana de BH; 270.000 hab.) que conta com 180 equipes de referência constituídas na rede básica, com 168.657 usuários adscritos às mesmas (dados de novembro/1999), opera através do Acolhimento e Vinculação de Clientela, mas não conseguiu o reconhecimento pelo MS como um programa "similar" ao PSF, apto portanto a receber recursos adicionais do SUS. Não é correta a informação que o MS flexibiliza.

OS DESAFIOS DA POLÍTICA SETORIAL

Um programa é bom ou ruim dependendo do parâmetro que se utiliza para avaliá-lo. Tomando o exemplo oferecido por David, da "Fazenda da Juta - 50.000 habitantes", sem Unidade Básica, a oferta do PSF para assistência à saúde, pode ser vista como a "tábua de salvação" (embora não seja) daquela população. Mas se, por outro lado, olharmos experiências inovadoras como as aqui citadas, concluímos com facilidade que o PSF está muito aquém das reais necessidades de assistência à saúde da população.

Vender a idéia do PSF como a saída para a crise da saúde pública nos desarma para lutarmos por soluções melhores e mais definitivas. Não é uma boa política este adesismo à agenda do Ministério da Saúde, quando podemos constituir uma agenda própria de disputa de um projeto sanitário para o País, a partir de experiências petistas, que acumularam um vasto patrimônio.

O Setorial Nacional de Saúde do PT deve promover este debate e produzir, coletivamente, uma política para o setor.

De toda forma, gostamos do David de *Contra a maré, a beira mar: a experiência do SUS em Santos*, In Campos, F.C.B. & Henriques, C.M.P. (orgs.). São Paulo: Scritta, 1996. Ficamos, portanto, com aquele.

TÚLIO FRANCO É PSICÓLOGO, SANITARISTA, MESTRE E DOUTORANDO EM SAÚDE COLETIVA E EMERSON ELIAS MERHY É PROFESSOR DO DMPS/UNICAMP.



Saiu na França um livro-entrevista com Daniel Bensaïd, *Elogio da resistência ao ar dos tempos* (ver resenha de Michael Löwy no *Em Tempo* 310, p.12). Reproduzimos a seguir a passagem do livro em que Bensaïd comenta sua posição frente às teorias do dissenso, defendidas por filósofos da esquerda radical como Badiou, Rancière e Negri.

Philippe Petit: Existe uma forte oposição entre os partidários da filosofia política (Myriam Revault d'Allones, Blainde Barret-Kriegel) e os do antiparlamentarismo que defende uma filosofia do acontecimento (Alain Badiou), da igualdade (Jacques Rancière) ou da inventividade (Toni Negri). Como você se situa neste contexto filosófico?

Daniel Bensaïd: Em um primeiro momento, fui seduzido por eles. Expressam a radicalidade no pensamento político dos anos 80: uma recusa de se render às razões dominantes; de se dobrar à lógica do consenso, do apaziguamento e da reconciliação geral; de se sacrificar ao adeus às armas do pós-68. A manutenção intransigente do desentendimento e da discordia.

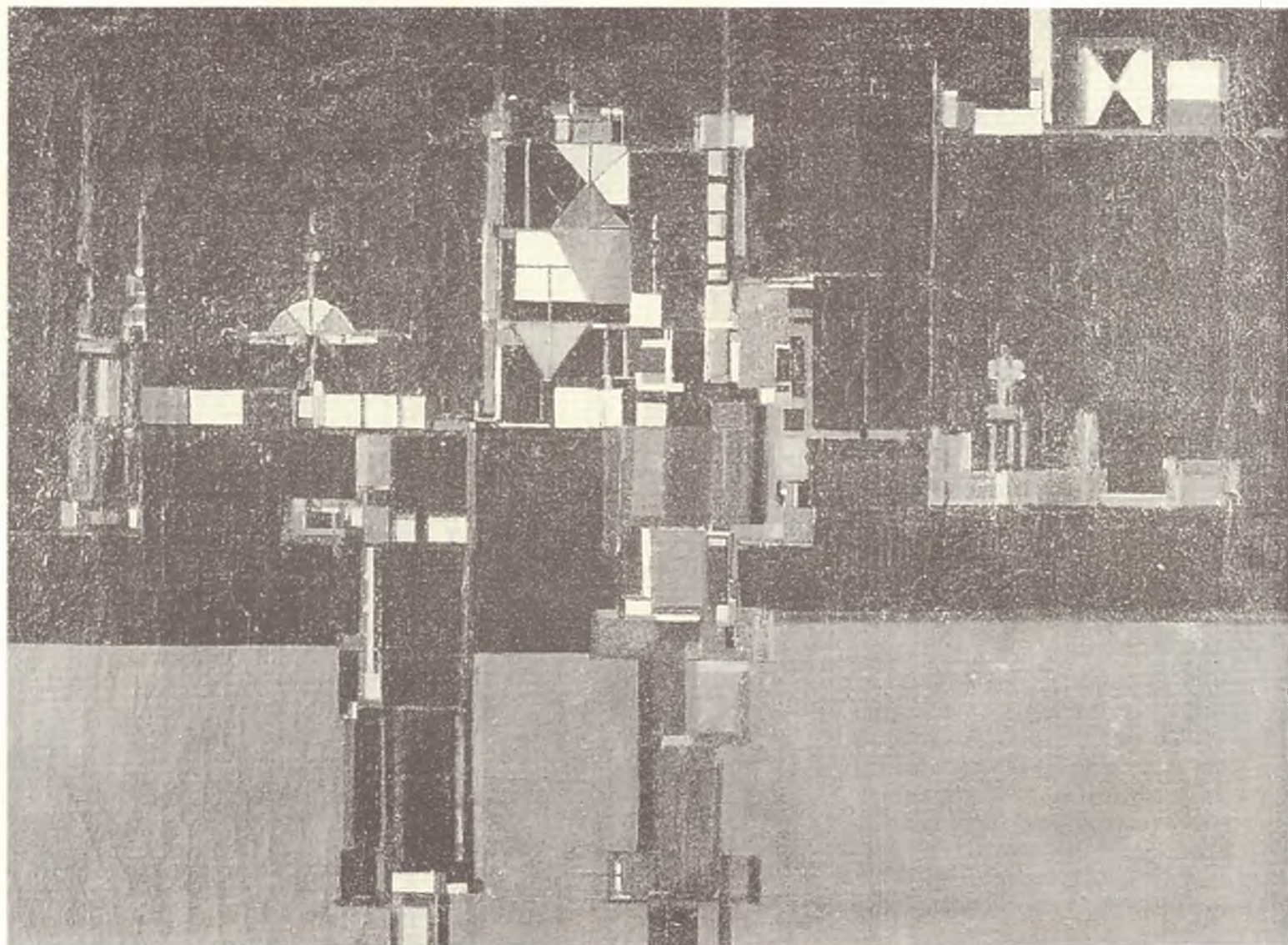
Estes autores não podem ser colocados no mesmo saco. Entretanto, eles têm em comum a busca de um alicerce teórico para a recusa desta lógica de pacificação pelo mercado. Em Badiou, a fórmula que resume esta resistência é "a fidelidade ao acontecimento no qual o povo se pronuncia". Mas esta fidelidade tem um preço: o acontecimento fundador de uma sequência (a Bastilha, a Comuna, Outubro...) aparece desenraizado da duração, arrancado de sua historicidade. Há irrupções acontecimentais, irrupções de verdade política, mas não se vê bem como isso se articula com condições sociais determinadas. Junto com Sylvain Lazarus, Badiou teorizou esta idéia de "sequências" abertas por um nome próprio (o do acontecimento inaugural). Elas acabam sem que se saiba bem como e porque. Pelo simples desgaste do tempo? Por um efeito mecânico da inércia? Não se encontra nenhuma explicação, entre eles, da contrarrevolução estalinista ou do maoísmo burocratizado. Há uma incapacidade de dar conta dos processos sociais de burocratização.

A partir de Aristóteles e de Foucault, Rancière desenvolve uma oposição estruturante entre a política e isso que ele chama "a polícia". Quanto a Negri, ele destaca a potência criadora do "poder constituinte", relacionada com o acontecimento revolucionário, em ruptura sistemática com o instituído e o estatal.

A POLÍTICA É RARA E INTERMITENTE?

Vê-se bem os pontos de unidade entre estes pensamentos. Para além de suas diferenças, estes pensamentos têm em comum o seguinte ponto de vista: a política, reduzida ao acontecimento ou à manifestação do poder constituinte, é da ordem da raridade e da intermitência. Há momentos raros, quase milagrosos, de política, entre mantos de polícia e de petrificação estatal. Rancière fala assim do sujeito político como de um "sujeito com eclipses" e da política como de uma "manifestação pontual" ou de um "acidente provisório" nas formas de dominação.

A consequência extrema seria que o fato de aceitar a controvérsia, de entrar no debate, de se comprometer com a opinião, equivaleria praticamente à colabo-



O MARXISMO E O DISCURSO DO DISSENSO

rar, deixar-se agarrar pelo consenso pegajoso. A atitude política exemplar teria por modelo, então, o "silêncio do mar".

Meu primeiro reflexo de atração por estes discursos de resistência e de dissenso não foi, portanto, até a adesão. Vejo neles uma forma sofisticada de evitar a política, que corre permanentemente o risco de derrapar para uma postura estética ou filosófica que foge da contradição. Retomemos: a política não se reduz ao Estado, mas nem por isso ela escapa da institucionalização ou da historicidade. Negar esta relação permite, talvez, se manter fora do alcance das impurezas da política ordinária. Mas nem por isso deixa de constituir uma política de fato, que oscila entre um elitismo esquerdista e uma retirada contemplativa.

Para melhor compreender a importância dessas posições, deve-se começar por dizer a quem elas se opõem. O vento dominante dos anos 80 foi o do "retorno do político" (no masculino) e da filosofia política em detrimento da crítica social. Ao pretender tomar altitude, esta filosofia propõe uma arquitetura institucional invariante do político e da democracia através das idades, de que as políticas concretas seriam apenas uma espécie de mobiliário efêmero.

CONTRA OS "JUÍZES" DA POLÍTICA

É inútil dizer que os filósofos políticos encontraram nisto seu canto: podiam se erigir em juizes da política sem ter que meter muito a mão na massa. Em troca deste conforto celeste no país do politicamente puro, sua filosofia política trazia à política prosaica a nobreza do conceito. Em nome de uma leitura embobrecida de Hanna Arendt, de quem

sobrevoam vagamente as idéias de pluralismo e de multiplicidade, celebravam com zelo o despotismo da opinião, a lei do nome e as virtudes do servilismo pensante.

Alain Badiou, ao contrário, proclama como uma das exigências fundamentais do pensamento contemporâneo a necessidade de acabar com esta filosofia política, que se arroga o poder de pensar fora do prumo da empiricidade das políticas reais e o privilégio de determinar os princípios da boa política sem ter que militar em um conflito real.

Rancière, por sua vez, avalia que esta celebração da política pura oblitera o litígio constitutivo da política para reduzi-la ao estatal. O que vale não é o político, mas políticas irredutíveis umas às outras, inconciliáveis e irreconciliáveis. Até aí, eu acompanho.

VERDADE X OPINIÃO?

Mas Badiou vai mais longe. Ele absolutiza a oposição entre verdade e opinião, filósofo e sofista. Os dois são, para ele, incompatíveis. Bourdieu também opõe, de forma igualmente radical, a ciência do sociólogo à ideologia do "doxosofo". Tudo isso relembra as polêmicas inflamadas dos anos 60 sobre o "corte epistemológico" entre ciências e ideologias. Reencontramos a oposição entre um discurso magistral de verdade e um comércio de opiniões constitutivas do espaço público.

A crítica das pesquisas de opinião, das mídias, dos fabricantes de opiniões é certamente mais necessária do que nunca. Mas Protagoras foi também um pensador da democracia. Deve-se, portanto, segurar bem as duas pontas da

OS DISCURSOS DE RESISTÊNCIA E DE DISSENSO TAMBÉM PODEM SER UMA FORMA SOFISTICADA DE EVITAR A POLÍTICA; MAS ELA NÃO PODE ESCAPAR DA INSTITUCIONALIZAÇÃO OU DA HISTÓRIA.

DANIEL BENSALD

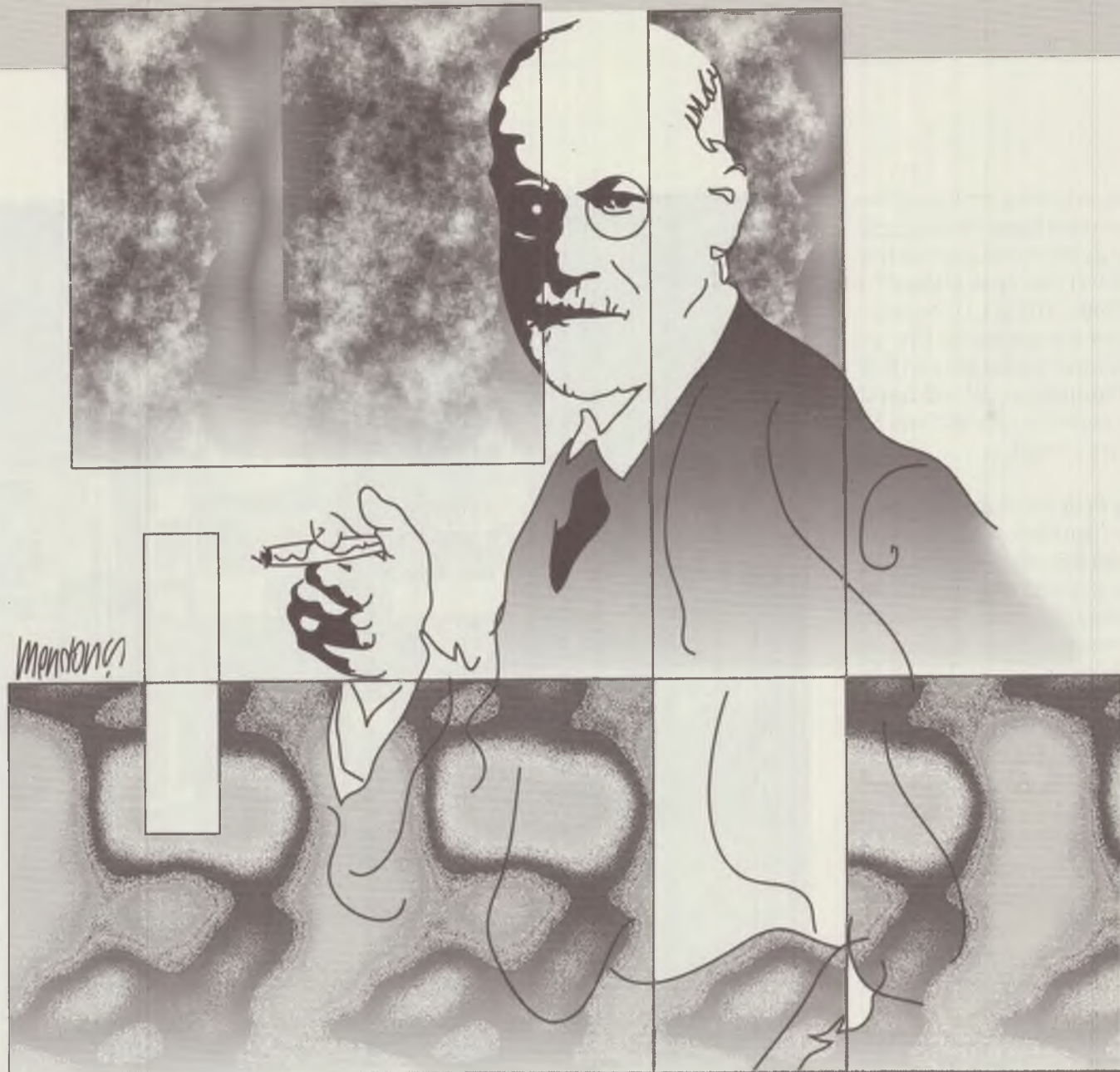
cadeia, instalar-se na contradição que toma aqui a forma de uma tensão irredutível entre verdade e opinião. O filósofo e o sofista não existem um sem o outro. A verdade de um sofre uma tentação autoritária (a do filósofo e de sua república disciplinar); a opinião do outro sofre uma tentação demagógica e relativista (sacrificando-se ao imperativo de obter o número necessário, como se a maioria tivesse o valor de verdade).

Dito isso, eu não coloco a radicalidade do dissenso lado a lado com as ideologias liberais ou estatistas que são infinitamente mais pesadas, que representam interesses poderosos, contra os quais o combate deve ser travado... Mas é importante não embaralhar as linhas.

DANIEL BENSALD É FILÓSOFO E AUTOR DE **MARX, O INTEMPESTIVO** (RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1999). OS INTERTÍTULOS SÃO DA REDAÇÃO.

O NOVO LIVRO DE ELISABETH ROUDINESCO É UMA CRÍTICA RADICAL DA "SOCIEDADE DEPRESSIVA", QUE ELA MOSTRA SER A OUTRA FACE DA "SOCIEDADE DEMOCRÁTICA MODERNA".

ANTOINE ARTOUS



EM DEFESA DE FREUD

O recuo da psicanálise é acompanhado da ascensão de um obscurantismo marcado pelo cientificismo e as medicinas paralelas, explica Elisabeth Roudinesco em *Por que a psicanálise?* (Paris: Fayard, 1999). Esta renomada historiadora da psicanálise desenvolve uma crítica radical da "sociedade depressiva" como a outra face da "sociedade democrática moderna".

Elisabeth Roudinesco não se confronta com a ciência, mas com o cientificismo como ideologia, um discurso que — apoiando-se no desenvolvimento desta ou daquela disciplina — se apresenta como uma teoria científica global dos fenômenos psíquicos, quando nada autoriza esta pretensão. É desta forma que procedem aqueles que querem generalizar a psiquiatria biológica baseada em cuidados apenas com medicamentos, para quem a doença mental é uma questão de processos biológicos.

É o cognitivismo, que vai hoje de vento em popa. Apoiando-se em disciplinas como a neurobiologia, a inteligência artificial, etc., a ideologia cognitivista, explica Roudinesco, visa "dar conta, de forma universal, do funcionamento da atividade mental do homem a partir do sistema nervoso enquanto sistema fisiológico-químico".

O cientificismo, cujo discurso é amplamente difundido, alimenta o desenvolvimento de medicinas paralelas, que surgem da pré-história do freudismo quando se sobressaia uma "concepção ocultista do corpo e do espírito".

A ERA DOS INDIVÍDUOS

Roudinesco mostra como a ascensão deste obscurantismo está ligada aquilo que se tornou o paradigma dominante neste final de século: "a sociedade depressiva". Nem neurose, nem psicose, nem melancolia, a depressão — categoria abandonada por Freud — é uma "entidade amorfa", remetendo a um "estado de fadiga" ou "de enfraquecimento" da personalidade. A depressão se enraiza em uma sociedade composta de indivíduos fechados sobre si mesmos, sem subjetividade, que se dão "a ilusão de uma liberdade sem limites, de uma independência sem desejo e de uma historicidade sem história".

Quando a depressão toca este indivíduo, "imerso em uma massa onde cada um é a imagem de um clone, quem prescrever a mesma gama de medicamentos quaisquer que sejam os sintomas". E como esta "medicina científica"

não é capaz de dar conta de sua identidade, ele "se perde, então, no labirinto das medicinas paralelas".

Se Elisabeth Roudinesco fala de "derrota do sujeito", ela não está com saudades do sujeito clássico, transparente para si mesmo, da sociedade burguesa triunfante — para a qual, como pensa a psiquiatria tradicional, a doença mental é uma alienação, uma perda de si porque a atividade do sujeito "normal" apenas pode emergir da consciência clara. Ela remete, assim, à problemática freudiana da subjetividade, aquela de um "sujeito livre, dotado de razão, mas cuja razão vacila no interior dele mesmo"; um sujeito "imerso no inconsciente", que se constitui através do conflito.

O indivíduo depressivo, ao contrário, fugindo de seu inconsciente, está "preocupado em eliminar de si a essência de todo conflito". É o indivíduo da "sociedade democrática moderna [que] quer banir de seu horizonte a realidade da adversidade, da morte e da violência, procurando integrar tudo em um sistema único, as diferenças e as resistências. Em nome da mundialização e do sucesso econômico, ela quer abolir a idéia de conflito social. Da mesma forma, ela tende a criminalizar as revoluções e eliminar o heroísmo da guerra, a fim de substituir a política pela ética, o julgamento da história pela sanção jurídica".

A ESPECIFICIDADE DOS FENÔMENOS PSÍQUICOS

Roudinesco combate, repetimos, não a ciência, mas os cientificismos para os quais existe apenas um modelo de discurso científico, aquele das ciências ditas "exatas", que se apoiam sobre a experimentação. Ela mostra como a teoria freudiana carrega um outro sistema explicativo, igualmente rigoroso.

Freud sofreu, inicialmente, a tentação de basear sua teoria do inconsciente

no modelo da ciência mais evoluida de seu tempo, a ciência natural. Mas, mesmo se a idéia sempre o assombrou, ele renuncia a ela "para construir uma teoria puramente psíquica do inconsciente". Aqui é bom lembrar como, em *O capital*, Marx "faz ciência de uma forma diferente", segundo a fórmula de Daniel Bensaid em *Marx, o intempestivo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999), sempre se reivindicando dos métodos das ciências naturais.

Na história da psicanálise, o perigo cientificista se exprime sob a forma de uma "biologização" do inconsciente. Ele não está presente em Freud, que associa "uma teoria não genital da sexualidade à uma concepção não cerebral do inconsciente" a fim de apreender a realidade específica dos fenômenos psíquicos. Elisabeth Roudinesco afirma isso com clareza a propósito do abandono por Freud da teoria da sedução, que supõe a realidade de um ato de violência moral ou psíquica de um sujeito sobre outro sujeito, em benefício daquela do fantasma.

Para o Freud dos anos 1895-1897, a neurose tinha origem em um abuso sexual real. A passagem da teoria da sedução para a do fantasma resolve "o enigma das causas sexuais: elas são fantasmáticas, mesmo quando existe um traumatismo real, pois a realidade do fantasma não é da mesma natureza que a realidade material". É a melhor ilustração da problemática freudiana, mas também por isso ela rompe, como toda ciência, com o senso comum.

Roudinesco destaca a proximidade, nos pressupostos teóricos, entre os puritanos para os quais "toda sexualidade se reduz a um ato abusivo" e os adeptos de uma "sexologia libertária" para os quais a prática real do sexo "é necessária ao desenvolvimento da saúde psíquica". Os dois negam a existência do fantasma e remetem "toda forma de problema psíquico à um traumatismo realmente vivido".

A LEI SIMBÓLICA

Agregamos que os adeptos do freudo-marxismo, que tentaram fazer uma síntese (ecclética) entre Freud e Marx, frequentemente se apoiaram sobre uma concepção genital da sexualidade formulada por Reich; ou sobre a tradição culturalista norte-americana, que se contenta em remeter aos fatores culturais e sociais na análise e na teoria dos problemas mentais, esquecendo a dimensão fantasmática do psiquismo. A problemática conduz a pensar as condições de socialização do indivíduo sob a forma de uma simples oposição entre seus desejos e uma instância social repressiva. Mas, destaca Roudinesco, "a interiorização de uma lei simbólica, a interdição do incesto, por exemplo, é absolutamente necessária ao funcionamento de todas as sociedades humanas".

Sabe-se que Freud pensa este problema através de sua teoria da universalidade do complexo de Édipo. E pode-se discutir a forma como Roudinesco parece fazer da família um efeito institucional, ele também universal, deste complexo.

Mas ela destaca corretamente as consequências de um cientificismo que, para tratar da dialética entre o universal e o particular como sujeito singular, dispõe apenas de dois modelos explicativos. De um lado, a organicidade, que toma como "modelo único da realidade humana os processos físico-químicos, biológicos ou cognitivos", que carrega uma "universalidade simplista". De outro, a diferença, "portadora de um culturalismo empírico", torna-se a única maneira de pensar o indivíduo singular. A valorização ética ou identitária é a outra face do homem-máquina, do homem neural.

ANTOINE ARTOUS É FILÓSOFO E AUTOR DE *MARX, L'ÉTAT ET LA POLITIQUE* (PARIS: SYLLEPSES, 1998).

POLÍTICA E HISTÓRIA: RELER HANNAH ARENDT

Durante a guerra fria, ideólogos e jornalistas liberais quiseram abrandar o pensamento de Hannah Arendt, neutralizando seu aspecto subversivo para reduzi-la a uma crítica do “totalitarismo comunista”. Uma série de livros recentes restabeleceram uma imagem muito mais rica e complexa.

A imagem de uma filósofa que se reivindicava de Rosa Luxemburg e da idéia dos conselhos operários, e que se inspirou na experiência judaica para formular uma crítica radical do racismo e do colonialismo imperialista. O belo livro de Martine Leibovici – *Hannah Arendt, une juive. Expérience, politique et histoire* (Paris: Desclée de Brouwers, 1998) – nos mostra como esta experiência “particular” e “minoritária” a ajudou a apreender significados universais e a decifrar o sentido do político “em geral”.

O pensamento da autora de *Origens do totalitarismo* – o pensamento de uma judia, mas não um “pensamento judeu” – parte de quatro grandes experiências históricas: a emancipação dos judeus, o ascensão do anti-semitismo moderno, a tentativa de extermínio pelo nazismo, o sionismo e a criação do Estado de Israel.

O ANTI-SEMITISMO MODERNO

O caso Dreyfus, primeira manifestação massiva do anti-semitismo moderno, ao mesmo tempo política e social, abala a ilusão de uma emancipação inelutável que tinha alimentado o Iluminismo, e permite o surgimento de uma reflexão judaica que leva o anti-semitismo à sério e não mais como um “vestígio do passado”: é a de Bernard Lazare. Os sionistas alemães, como Kurt Blumenfeld, não tinham compreendido a especificidade do anti-semitismo totalitário, este produto do imperialismo moderno e do nacionalismo tribalista da Europa central, que se distingue radicalmente do anti-judaísmo tradicional.

Como os judeus reagiram a estes acontecimentos? É aqui que Arendt introduz a célebre distinção – inspirada em Lazare – entre párias e os que sobem na vida (*parvenu*), isto é, entre a massa de judeus excluídos dos direitos e uma minoria rapinante e servil que se dissocia dos primeiros para ascender ao topo da sociedade. Os párias e os que sobem na vida constituem, frequentemente, um siste-

ma, como nas relações de “filantropia” entre os banqueiros judeus (Rotschild) e os *Schnorrer* (mendicantes) da comunidade.

As relações dos párias entre si, a solidariedade e a fraternidade, sofrem, frequentemente, de uma tendência apolítica, o “acosmismo”. Este termo, que Arendt retoma de Max Weber, remete, para o caso dos párias judeus, a um comportamento de abolição de toda distância, que recusa o conflito externo ou interno. As tentativas para transcender o “acosmismo” constituem o que ela chama de “a tradição oculta” dos párias judeus: intelectuais atingindo a universalidade sem renegar sua identidade judaica, quer seja sob a forma literária – Rahel Varnhagen, Heine, Kafka – ou política, como Lazare. A herança destes pensadores, trazendo uma “nova idéia de humanidade”, contribui para a resistência contra a tentação niilista que ameaça a cultura européia moderna.

Para além dos indivíduos isolados que constituem esta corrente subterrânea do judaísmo, Arendt se interessa pelo movimento sionista, que ela considera – parece-me erradamente – como a primeira tentativa e a mais significativa para transcender o “acosmismo” e constituir o povo judeu, enquanto povo oprimido, como

sujeito político. O que é chocante, aqui, é a ausência de toda referência ao *Bund*, o grande movimento operário judeu da Europa do Leste, que foi uma outra tentativa, não menos importante, de transpor a questão judaica do terreno social para o político. Trata-se de um verdadeiro ponto cego de sua análise, que merece uma reflexão crítica.

Sua adesão de princípio ao sionismo não impede Hannah Arendt de ser uma “dissidente” do movimento, como mostra sua crítica às injustiças cometidas contra os árabes palestinos e seu apoio às proposições de um Estado binacional formuladas por seu amigo Judah L. Magnes, reitor da Universidade Hebraica de Jerusalém.

RESPONSABILIDADE

A distinção entre párias e os que sobem na vida desaparece com a chegada do totalitarismo nazista, que reduz todos os judeus à condição de párias. A compreensão do fenômeno totalitário, que encontra no campo de concentração seu laboratório, e do fenômeno do genocídio, este crime contra a pluralidade humana cometido sobre o corpo do povo judeu, exige a ruptura com a ideologia do progresso e que se leve em conta a descontinuidade do tempo histórico – uma problemática que Arendt toma emprestada de seu amigo Walter Benjamin. Deve-se, entretanto, identificar campos de concentração e campos de extermínio, estalinismo e nazismo? Esta foi a principal crítica de Raymond Aron à concepção arendtiana de totalitarismo. Martine Leibovici mostra, ins-

A FILÓSOFA ALEMÃ,
QUE SE INSPIROU NOS
CONSELHOS OPERÁRIOS
E NA EXPERIÊNCIA
JUDAICA, NOS AJUDA
A DECIFRAR O SENTIDO
DO POLÍTICO NA
MODERNIDADE.

MICHAEL LÖWY

pirando-se nas análises de Enzo Traverso, as hesitações da filósofa sobre isso, e propõe a seguinte conclusão, que me parece muito pertinente: pode-se comparar Kolyma e Buchenwald, mas não o Gulag e Treblinka.

Como em suas reflexões sobre a emancipação e o anti-semitismo, Arendt se interessa, em sua análise do genocídio, pela reação dos judeus, recusando-se a considerá-los unicamente como vítimas passivas. É um dos temas, com aquele da “banalidade do mal”, de seu controvertido livro *Eichmann em Jerusalém*. Fiel à sua idéia da responsabilidade do indivíduo, ela questiona dois tipos de comportamentos durante os anos trágicos do Terceiro Reich.

De um lado, a “*realpolitik*” dos Conselhos judeus na Alemanha até 1938, sua tentativa de manter uma vida judia sob as novas autoridades: estes notáveis fracassaram em sua responsabilidade política perdendo a única possibilidade real de ação, o possível, neste caso, a emigração. De outro lado, a prática da “cooperação” – que deve se distinguir da colaboração, verdadeira traição – dos Conselhos judeus com as autoridades nazistas durante o período da “solução final”: neste caso, trata-se de uma responsabilidade moral, pois as alternativas políticas eram muito limitadas. Mas era possível, para os dirigentes, demitirem-se, recusando-se a cooperar – como alguns o fizeram.

A poderosa argumentação de Arendt foi enfraquecida por certas formulações desajeitadas, que abriram o flanco para ataques. Ela parece, assim, eliminar a distinção entre carrascos e vítimas, falando de seu “colapso moral” comum, ou comparando os membros dos *Judenräte* que não se demitiram com os SS que não pediram para serem deslocados de suas funções. Não é menos discutível sua tentativa de “explicar” o comportamento de Eichmann pelo fato – entre outros – que ele “não encontrava ninguém, absolutamente ninguém que fosse contra a solução final” – um argumento perigosamente próximo das auto-justificações levantadas pelo próprio criminoso.

Em sua conclusão, Martine Leibovici nos faz entrever, em algumas páginas densas e lúcidas, a atualidade das idéias da filósofa judia-alemã como alternativa aos falsos debates entre liberalismo e comunitarismo. Vê-se aqui que a obra de Arendt, quaisquer que sejam os reparos que se possa ter, é uma fonte inesgotável para a reflexão crítica sobre as contradições da modernidade política.

MICHAEL LÖWY É DIRETOR DE PESQUISAS DO CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, (CNRS), EM PARIS.



ALGUMA COISA SOBRE ALMODÓVAR

TUDO SOBRE MINHA MÃE
É UM FILME SOBRE A
CAPACIDADE DA MULHER
PARA FINGIR, A
MATERNIDADE FERIDA
E A SOLIDARIEDADE
ESPONTÂNEA ENTRE
AS MULHERES.

LUCIANA RODRIGUES

É

quase possível afirmar que se no início da década de 80 alguém falasse: "Cinema espanhol", desencadearia automaticamente uma reação de ligação: "Carlos Saura" (ou para outros, um pouco menos, Luis Buñuel). Hoje, duas décadas e treze filmes mudaram para sempre a história do cinema espanhol, pois é quase impensável falar sobre ele ignorando Pedro Almodóvar e seus melodramas pós-modernos.

Apesar de só ter se tornado mundialmente conhecido pelo filme *Mulheres a Beira de um Ataque de Nervos*, em 1987, foi exatamente no ano de 1980 que se iniciou a trajetória de longas de Almodóvar (antes, no período da morte de Franco, fez trabalhos em Super-8), com o filme *Pepi, Luci, Bom y Otras Chicas del Montón*, uma divertida e escrachada viagem em meio ao universo da *movida madrileña*, tão familiar ao diretor. Com este filme, o cineasta nos introduz ao seu "mundo paralelo" de paixões extremas, de perversidades sexuais, de excentricidades, de tipos que hoje já fazem parte das nossas vidas com toda a naturalidade do mundo. Afinal nada mais comum do que uma freira grávida de um travesti, filha de uma mulher conservadora que sobrevive às custas de falsificações de quadros; uma jovem mãe que utiliza-se do eixo Madri-Barcelona para fugir e encontrar Estebans marcados por tragédias; travestis que engravidam freiras; uma atriz veterana que sofre às voltas com sua amante viciada... Desconcertantes?! Não, desconcertantes são os homens e suas guerras, é o que parece nos querer dizer Pedro Almodóvar, com seu premiado filme *Tudo Sobre Minha Mãe* (Todo Sobre Mi Madre, 1999).

AS MULHERES FINGEM MELHOR

Desta escolha do tema fala Almodóvar: "Minha idéia no início foi fazer um filme sobre a capacidade de atuar de determinadas pessoas que não são atores. Desde criança me lembro de ter visto esta qualidade nas mulheres da minha família. Fingiam mais e melhor do que os homens. E com base em mentiras, conseguiam evitar mais de uma tragédia. Contra este machismo da região da Mancha que eu recordo (talvez agigantado) da minha infância, as mulheres fingiam, mentiam, ocultavam e deste modo permitiam que a vida fluísse e se desenvolvesse, sem que os homens se inteirassem



CENAS DO FILME: MULHERES À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS, PEDRO ALMODÓVAR, 1988.

nem a bloqueassem. (Além de vital, era espetacular. O primeiro espetáculo que vi foi o de várias mulheres falando, nos pátios). Não sabia, mas este ia ser o tema de meu décimo-terceiro filme, a capacidade da mulher para fingir. E a maternidade ferida. E a solidariedade espontânea entre as mulheres. 'Sempre confiei na bondade dos desconhecidos', dizia Williams pela boca de Blanche Dubois. Em *Tudo sobre minha mãe*, a bondade é das desconhecidas..."

Um pouco de enfeite autoral? Certamente, como muitos dos outros condimentos que já fazem parte do bem construído (pelo próprio) "produto Almodóvar", que para muitos críticos já se tornou por demais pasteurizado e higienizado.

De fato, a versão Almodóvar anos - 90 *Ata-me!* (Átame!, 1989), *De Salto Alto* (Tacones Lejanos, 1991), *Kika* (idem, 1993), *A Flor do Meu Segredo* (La flor de mi secreto 1995), *Carne Trêmula* (Carne Trêmula, 1997) - parece se perder em meio à pura fruição do pastiche melodramático, cada vez menos irônico e questionador, um pouco afastado do

contestador satírico e ácido da década anterior - *Pepi, Luci, Bom y Otras Chicas del Montón* (1980), *Labirinto de Paixões* (Laberinto de Pasiones, 1982), *Maus Hábitos* (Entre Tinieblas, 1983), *¿Qué he hecho yo para merecer esto?* (1984/1985), *Matador* (idem, 1985/1986), *A Lei do Desejo* (La Ley del Deseo, 1985/1986) e *Mulheres a Beira de um Ataque de Nervos* (Mujeres al borde de un ataque de nervios, 1987).

UM ENORME MELODRAMA

Nesta linha, o 13º filme de Almodóvar é um enorme melodrama, no sentido das personagens, distante de grandes realismos, sofrerem uma avalanche incomensurável de desgraças, principais e subtramas, chorarem exacerbadamente, irem aos extremos da dor para quase invariavelmente serem premiadas com um *happy end*...

Mas que belo melodrama! Que exemplo de beleza cinematográfica, que imagens que nos envolvem, que diálogos que nos encantam, que exemplo de

cinema! É o filme de um autor que não abriu mão de suas preferências pessoais e, amadurecidamente, soube resgatar o frescor do início da sua carreira: irônico, sensível.

Tudo Sobre Minha Mãe carrega a síntese de Pedro Almodóvar.

Esta obra é uma homenagem a diversas mulheres, a começar no título para Bette Davis (também para Gena Rowland e Romy Schneider) fazendo uma referência a *All About Eve*, de Joseph Mankiewicz (chamado no Brasil de *A Malvada*) e para a mãe do diretor, que morreu em setembro.

Almodóvar também dá o melhor de si na escolha do elenco, repetindo algumas de suas parcerias mais exitosas: Marisa Paredes, Candela Peña, Penélope Cruz e a argentina Cecilia Roth, além de introduzir novas atuações que, pelo sucesso alcançado, deverão ser repetidas, como Antonia San Juan, no papel do travesti Agrado.

A história é até bastante simples: Manuela (Cecilia Roth) trabalha em um hospital em Madrid e convive em harmonia com filho Esteban (Eloy Azorín), um adolescente que deseja conhecer a identidade do pai. Um dia, após um acidente, Manuela vê-se novamente sozinha no mundo e, desesperada, acaba por retornar à Barcelona que fugiu dezessete anos antes, grávida. Mas, se antes fugia do Esteban pai de seu filho (Toni Cantó), agora busca encontrá-lo para contar seu infortúnio (ele sequer sabe que ela engravidou).

Entretanto, ao chegar à Barcelona vê um pouco de sua tragédia se repetir na jovem freira Rosa (Penélope Cruz), também grávida de Esteban-pai (que agora é o travesti Lola, la Pionera).

Nas histórias de Rosa, da atriz Huma (Marisa Paredes), de um antigo amigo agora travesti, Agrado (Antonia San Juan) e de outras, Manuela saberá ser solidária e encontrará solidariedade, reaprendendo, mesmo a contragosto, a sorrir e reconstruir sua vida, uma característica de mulheres, que encontram em seus infortúnios as avanças para seguirem suas vidas, superando e se superando.

Não é a toa que Almodóvar representa *Um Bonde Chamado Desejo* em muitos momentos do filme, ele parece nos dizer: Manuela não será a Blanche Dubois vencida pela opressão e pela loucura, se tiver de ser um personagem de Tennessee Williams, será a sobrevivente Stella.

Ver o quase septuagenário Carlos Saura, ícone da reflexão e do combate à ditadura franquista, já não é a mesma experiência de alguns anos atrás; o Saura de *Tango* já não é o mesmo Saura de, por exemplo, *Ana e os Lobos* (Anna y Los Lobos, 1972). O público também já não é o mesmo. Isto é bom? Isto é mau? Só cabe estas reflexões a quem se dispõe a fazê-las, sentando em uma poltrona, de frente para a telona. Assim, quando assistir *Tudo Sobre Minha Mãe* esqueça por uns instantes o Estado Espanhol, Almodóvar, esqueça o cinema, apenas se deixe levar pela história bem contada daquelas mulheres e, se tiver vontade, chore mesmo, dificilmente alguma coisa neste filme não alcançará, de alguma forma, algum espectador.

LUCIANA RODRIGUES É CINEASTA.

O projeto universalista

Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster (orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Importante coletânea de artigos de polêmica do marxismo com o pós-modernismo, de dois editores da *Monthly Review*: uma introdução de Wood, seis artigos agrupados no bloco "pós-modernismo e intelectuais" e mais seis no bloco "pós-modernismo e movimentos populares e um posfácio de Foster.

NUNCA MAIS

Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos filhos deste solo.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Boitempo, 1999.

Amplio trabalho documental de resgate da história dos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar; agrupados por organizações políticas. Um subsídio para a responsabilização do Estado brasileiro pelo reparação moral dos mortos e a indenização financeira dos seus familiares.

ATTAC

François Chesnais. *Tobin or not Tobin?* São Paulo: Ed. da Unesp, ATTAC, 1999.

Um folheto muito útil e bem fundamentado explicando a proposta fundamental do ATTAC: porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. A apresentação é de Maria da Conceição Tavares.

ADMINISTRAR OS SINDICATOS

Centro de Estudos Sindicais (CES). *Administração sindical em tempos de crise.* São Paulo: CES, 1999.

Coletânea de artigos agrupados em torno de quatro eixos: a ofensiva neoliberal contra o sindicalismo, recursos sindicais: uma questão estratégica, experiência concreta: como se arrecada e como se gasta e propostas para superar a crise financeira.

Antonio Candido

Flávio Aguiar (org.). *Antonio Candido: pensamento e militância.* São Paulo: Humanitas e Fundação Perseu Abramo, 1999.

37 textos do seminário realizado em agosto do ano passado na Universidade de São Paulo em homenagem aos 80 anos do professor Antonio Candido. Eles dão conta das sete mesas de discussão que compuseram o seminário e são encerrados por uma nota biográfica, uma bibliografia e um registro fotográfico.

VULNERABILIDADE DO BRASIL

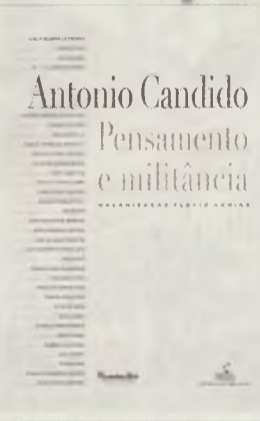
Reinaldo Gonçalves. *Globalização e desnacionalização.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Obra que analisa o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira devido a entrada de investimentos externos diretos e a presença de empresas estrangeiras no país durante o governo FHC. Baseado em relatórios de uma pesquisa para a Escola de Políticas Públicas e Governo da UFRJ.

O armamento do Ocidente

Alfred Crosby. *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600.* São Paulo: Editora da Unesp e Cambridge University Press, 1999.

Obra em que o autor continua suas pesquisas sobre as razões da hegemonia europeia sobre os outros povos do planeta. Aqui, ele mostra como os europeus souberam organizar pessoas e capitais e explorar a realidade física de maneira mais eficiente do que qualquer outro povo da aurora da modernidade.



UM REVOLUCIONÁRIO PROFISSIONAL NA CULTURA

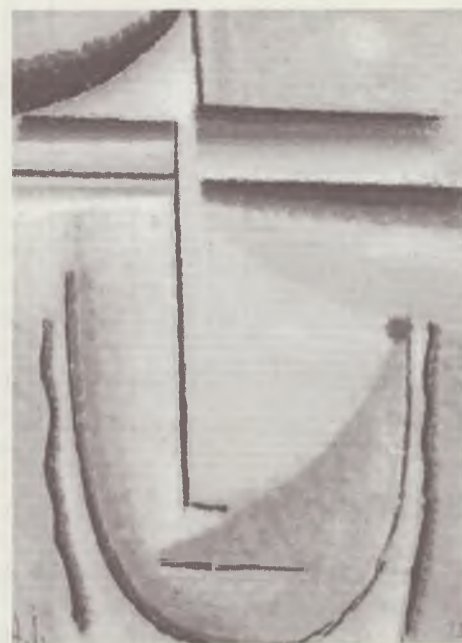
O livro *Guy Debord* (Petrópolis, RJ: Vozes, 1999) é o trabalho de um jovem pesquisador franco-germano-italiano, Anselm Jappe. Trata-se de uma bem sucedida síntese e análise (crítica) do pensamento de um dos espíritos mais subversivos do século.

As teorias de Debord são frequentemente "recuperadas" e neutralizadas, reduzindo-as a uma crítica dos meios de comunicação de massa. Ora, o que Debord chamava de "sociedade do espetáculo" não era somente a tirania da televisão – a manifestação mais superficial e imediata de uma realidade mais profunda – mas todo o sistema econômico, social e político do capitalismo moderno (e sua cópia burocrática nos países da Europa Oriental), baseado na transformação do indivíduo em espectador passivo do movimento das mercadorias e dos acontecimentos em geral. Este sistema separa os indivíduos uns dos outros, inclusive por uma produção material que tende a recriar continuamente tudo aquilo que engendra o isolamento e a separação, do automóvel à televisão. O espetáculo moderno, escrevia Guy Debord em uma de suas fórmulas soberbas, era "um canto épico", mas que não canta, como a *Ilíada*, os homens e suas armas, mas "as mercadorias e suas paixões" (*A sociedade do espetáculo*, § 66).

Como bem mostra Anselm Jappe, Debord deve muito à *História e consciência de classe*, obra de Lukács de 1923, que já tinha colocado no centro de sua teoria da reificação a transformação dos seres humanos em espectadores do movimento das mercadorias. Como Lukács, Debord vê no proletariado a única classe capaz de resistir à reificação: graças à prática, à luta, à atividade, o sujeito emancipador rompe com a contemplação. Deste ponto de vista, os conselhos operários (os soviéticos), ao abolirem a separação entre produto e produtor, decisão e execução, são a antítese radical da sociedade do espetáculo.

Um outro ponto comum aos dois pensadores marxistas é uma certa nostalgia da comunidade. O valor de troca e a sociedade do espetáculo dissolveram a comunidade humana, baseada em uma experiência direta dos fatos, um verdadeiro diálogo entre os indivíduos e uma ação comum para resolver os problemas. Debord menciona frequentemente as realizações parciais da comunidade autêntica no passado: a polis grega, as repúblicas medievais italianas, as vilas, os bairros, as tavernas populares. Retomando a distinção de Tönnies entre "sociedade" e "comunidade", Debord estigmatiza o espetáculo como "uma sociedade sem comunidade" (*A sociedade do espetáculo*, § 154).

Estas teorias são inseparáveis de uma certa prática coletiva, inicialmente na Internacional Letrista (1954-57), cuja revista, *Potlatch*, proclamava: "O aventureiro é aquele que faz as aventuras ocorrerem, mais do que aquele a quem as aventuras ocorrem" – uma máxima que poderia ser a epígrafe de todo o itinerário de Guy Debord. Depois, ele se tornaria um dos ideólogos da Internacional Situacionista (1958-72), brilhante constelação de artistas e de intelectuais europeus, que ele definiu como "uma tentativa de organização de revolucionários profissionais na cultura". Cedo, porém, uma divisão vai separar o núcleo politicamente mais engajado (situado em Paris) dos artistas alemães, italianos ou escandinavos com preocupações principalmente culturais. A doutrina situacionista que é elaborada nos anos 60 se inspira, ao mesmo tempo, no romantismo negro dos surrealistas e no romantismo revolucionário de Henri Lefebvre, para desenvolver e aprofundar sua crítica da vida cotidiana. Mas se trata de um pensamento novo e original, que traz um vento fresco para a teoria revolucionária.



O imaginário do Maio de 1968 deve aos situacionistas, e a Debord em particular, alguns de seus impulsos mais audaciosos. As palavras de ordem da Internacional Situacionista – como a célebre "viver sem tempo morto, gozar sem entraves" de Khayati – vão ornar os muros da Paris insurgida. Em um primeiro momento, a Internacional Situacionista vai conhecer um certo desenvolvimento. Entretanto, depois de uma série de exclusões e de divisões, restavam apenas Debord e duas outras pessoas para dissolver a Internacional Situacionista em 1972.

Analisando o comportamento de Guy Debord após esta derrota, Anselm Jappe destaca o contraste entre sua coerência intelectual e política, seu rechaço obstinado da ordem estabelecida, e a atitude da maior parte dos "intelectuais de Maio", prontos para se adaptar às modas do dia. Frente à ideologia da "modernização", Debord escreve: "Quando 'ser absolutamente moderno' se tornou uma lei especial proclamada pelo tirano, aquilo em que o escravo honesto acredita acima de tudo é que se possa suspeitar que ele seja passadista" (*Panegyrique*, 1989).

Espírito aristocrático, fechado em uma solidão orgulhosa, frequentemente megalomaniaco, admirador do barroco e dos estrategistas políticos astutos (Maquiavel, Castiglione, Baltasar Gracian, o Cardeal de Retz), Debord nem por isso deixa de ser um inimigo irreconciliável da sociedade do espetáculo. Sua pretensão desmesurada de ser o único indivíduo livre em uma sociedade de escravos não o impediu de produzir algumas páginas de uma sóbria e rara beleza, como o roteiro do filme *Im girun Imus Nocte et Consumimur Igni* ("Nós erramos pela noite e somos consumidos pelo fogo").

Que balanço podemos fazer hoje deste pensamento radicalmente não-conformista? Anselm Jappe destaca certas limitações da doutrina de Debord: por exemplo, a ignorância do inconsciente. Herdeiro autêntico da filosofia das Luzes, Debord concebe a revolução como "desejo da consciência e consciência do desejo". De outro lado, ele continua a acreditar que as forças produtivas terminariam por subverter as relações de produção, cedendo assim a uma certa teleologia, e mesmo a um certo "determinismo". (A crítica de Jappe à centralidade da luta de classes em Debord não me parece, todavia, correta).

Em várias passagens deste belo livro, o autor destaca as analogias evidentes entre a crítica da sociedade do espetáculo por Guy Debord e a dialética do Iluminismo de Adorno e Horkheimer. Pode-se considerar a ignorância recíproca entre Debord e a Escola de Frankfurt como um lamentável exemplo das limitações resultantes das barreiras culturais separando algumas das manifestações mais avançadas da teoria crítica de nossa época.

Michael Löwy

O TRABALHO E SEUS SENTIDOS

O NOVO LIVRO DE RICARDO ANTUNES DEBATE A SITUAÇÃO ATUAL E O FUTURO DO TRABALHO E DO MOVIMENTO OPERÁRIO.

GUSTAVO CODAS

A classe trabalhadora tem estado nas últimas duas décadas sob intenso ataque do capital em todo o planeta. Nos países imperialistas trata-se de uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores como não se via desde os anos do fascismo (nas décadas de 20 e 30). Nos países da América Latina (o Brasil incluído), que tinham registrado avanços em matéria de direitos sociais, é fundamentalmente no período recente que eles começaram a ser retirados – o que não aconteceu antes quando mesmo ditaduras militares assolaram a região eliminando direitos políticos.

Enquanto isso acontecia, parte importante das ciências sociais dedicou-se a explorar – por um lado – a idéia de que o proletaria-

CLASSE-QUE-VIVE-DO-SEU-TRABALHO

O assunto não ultrapassaria os muros das universidades se “a crise do socialismo” na virada dos anos 80 para os 90 e a ofensiva ideológica conservadora na atual década não tivesse criado um campo fértil para a assimilação dessas teorias por expressivos setores dos partidos de esquerda interessados em dar um verniz científico e ético à sua conversão ao liberalismo. Para não ir longe, já assistimos em figuras importantes do nosso partido seu desconforto até com a denominação de “Partido dos Trabalhadores”. Outro tanto está acontecendo com a relação do partido com o projeto socialista.

Nos anos 90, além das lutas da esquerda petista contra a diluição do projeto socialista e contra a perda do caráter de classe do partido, têm tido um peso grande a postura de vários professores universitários que estabeleceram um diálogo frutífero com os setores da militância social e partidária que não se curvaram frente à ofensiva neoliberal.

Ricardo Antunes, professor de sociologia da Unicamp, é um deles. E, precisamente, seu mais recente livro, *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (SP: Ed. Boitempo, 1999) intervém diretamente no debate sobre a situação atual e o futuro do trabalho (e do movimento ope-

nea do capitalismo e das respostas do capital nesse novo contexto. Busca desvendar o caráter das novas formas de acumulação de capital – o que ajudará a explicar o conteúdo das novas formas de relação entre capital e trabalho.

A análise do que vem acontecendo na Inglaterra desde inícios da década de 80 – quando o neoliberalismo chegou ao poder com Margareth Thatcher – é o segundo momento do livro. País que já foi berço do capitalismo industrial duzentos anos atrás, a Inglaterra foi também no período recente o laboratório das experiências mais avançadas e agressivas de neoliberalismo entre os países imperialistas.

Esses dois momentos do livro se articulam para mostrar como crise capitalista, revolução tecnológica e ataques à classe operária se combinam em um mesmo todo indivisível. O mesmo processo que introduz uma inovação tecnológica é o que destrói direitos trabalhistas para tentar extrair de ambos a recuperação dos níveis de rentabilidade perdidos pelo capital. Malgrado o discurso ideológico da “parceria” capital-trabalho, do novo e idílico cenário de “integração” e “participação” dos trabalhadores nas empresas, da “autonomia” do trabalhador mais qualificado etc. com que vêm acompanhadas as novas formas de organização do trabalho, sua aplicação se dá intensificando a explo-

Antunes permite rearticular no plano da teoria aquilo que a direita se empenha em desconstituir e que é tarefa central da esquerda buscar recompor: a classe trabalhadora enquanto sujeito da ação política transformadora.

TRABALHO E SUBJETIVIDADE

O momento seguinte se centra em dois debates teóricos com as elaborações de Jürgen Habermas que alicerçaram as posições de “superção do marxismo” para parte da esquerda: a tese da “ciência como principal força produtiva” (que nega atualidade da teoria do valor trabalho de Marx) e a tese da substituição da “centralidade do trabalho pela centralidade da esfera comunicacional e da intersubjetividade” (que questionando o “paradigma do trabalho” abre um amplo campo para se re-ler a vida social sem referência nas classes, suas lutas, etc).

Se é verdade que o marxismo sofreu neste século de fortes tensionamentos vindos do economicismo que o esterilizaram para entender a própria luta de classes, também as tentativas de superção (como a de Habermas) – que simplesmente cindem as esferas da subjetividade e da organização do trabalho – apenas se constituem em outra variante de leitura deformada da realidade.



riado estaria definindo como classe, sob o impacto da substituição de trabalhadores/as por máquinas (robôs, computadores etc.) e do trabalho direto pela ciência aplicada à produção, etc. A classe trabalhadora perderia qualquer papel preponderante (já não falemos “como sujeito da revolução”) para ser reduzida à insignificância e melancolia dos seres em extinção.

Por outro lado, essas vertentes do pensamento social questionavam as idéias até então dominantes sobre a “centralidade do trabalho” para se explicar a conformação das sociedades. Tratava-se de uma operação cuja utilidade era diluir qualquer traço de “classes” na definição da arena política e com elas apagar as pegadas de dois séculos de lutas entre a burguesia dominante (seu modo de produção capitalista) e o multifacético movimento operário e seus vários projetos socialistas.

Mas que “ser social” é esse que desde sua insignificância e decadência atrai toda a atenção e ódio de duas décadas de políticas neoliberais pelo mundo afora?

rário) confrontando as formulações da ciência social que tem estado ao serviço dos socialistas convertidos em liberais.

Trata-se da continuidade da pesquisa que deu origem a seu livro anterior, de 1995, *Adeus ao trabalho?*, que estava focado nas transformações sociais que vinha sofrendo a classe trabalhadora sob o impacto da ofensiva do capital e na elaboração da noção de classe-que-vive-do-seu-trabalho como conceito ampliado de proletariado. O novo livro se propõe a fazer uma construção teórica e traçar um panorama empírico mais completo.

A CRISE CAPITALISTA E A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

O livro segue um percurso lógico que se inicia no debate sobre a crise contemporá-

ção da força-de-trabalho e a alienação do trabalhador. (Mencionemos de passagem que a rápida rendição de uma parcela importante da esquerda se deu frente ao “discurso” empresarial e não frente aos “fatos” do mundo do trabalho.)

No terceiro momento do livro, Antunes volta ao conceito de “classe-que-vive-do-trabalho” para explicar a conformação do proletariado na sua fase atual. O dessalariamento produto do desemprego e do trabalho precário – provocados pela ofensiva conservadora do capital – vinha sendo traduzido pela sociologia como a extinção da classe trabalhadora. Isso constitui uma curiosa operação ideológica onde o caráter da opressão deixa o oprimido invisível frente à sociedade ou pelo menos a seus mais acurados observadores, os cientistas sociais. O conceito trabalhado por

Por isso, o recurso de Antunes a Lukács é importante. Trata-se de um dos poucos pensadores marxistas que já na década de 20 introduziu a dimensão “subjetiva” na análise marxista, mas em articulação com a esfera das relações de produção. Essa continua sendo a veia mais frutífera para o pensamento crítico.

Finalmente, Antunes faz nos três últimos capítulos uma incursão na elaboração de uma visão e um programa que apontem para a superação da sociedade baseada no trabalho assalariado e na alienação do trabalho para outra que crie as condições concretas para “uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho”, passando da crítica ao capitalismo à elaboração dos contornos de um projeto socialista que valha os sofrimentos, as esperanças e as lutas das amplas massas que compõem a “classe-que-vive-do-seu-trabalho”.

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PP DISTRIBUIÇÃO ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIAIS

GUSTAVO CODAS É ASSESSOR DA CUT NACIONAL.